

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

INARA TEIXEIRA PASCHOALINO

**AS CONTRADIÇÕES DOS GOVERNOS MILITARES EGÍPCIOS (1952-2011):
A INFLUÊNCIA DAS POTÊNCIAS NA REGRA DO JOGO**

**Santana do Livramento
2015**

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

P279c Paschoalino, Inara Teixeira

As contradições dos governos militares egípcios (1952-2011): a influência da potências na regra do jogo / Inara Teixeira Paschoalino. VIII, 87 f. ; 2 il. : 29,7 cm

Orientador: Renato José da Costa

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2015.

1. Egito. 2. Nasser. 3. Sadat. 4. Mubarak. 5. Estados Unidos. Monografia. I. Costa, Renato José da. II. Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações Internacionais, 2015. III. Título

CDD: 327.62

INARA TEIXEIRA PASCHOALINO

**AS CONTRADIÇÕES DOS GOVERNOS MILITARES EGÍPCIOS (1952-2011):
A INFLUÊNCIA DAS POTÊNCIAS NA REGRA DO JOGO**

de acordo
Sr. 18/06/2015



Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-
UNIPAMPA

Orientador: Prof. Dr. Renato José da
Costa

**Santana do Livramento
2015**

INARA TEIXEIRA PASCHOALINO

**AS CONTRADIÇÕES DOS GOVERNOS MILITARES EGÍPCIOS (1952-2011):
A INFLUÊNCIA DAS POTÊNCIAS NA REGRA DO JOGO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa-
UNIPAMPA

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03/07/2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Renato José da Costa
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Prof. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Para os meus pais, Wagner e Eliana
Para minha irmã querida, Naiara
Para os meus amores, Vinícius e Brisa

AGRADECIMENTO

A primeira frase que ouvi quando eu entrei na faculdade foi do meu pai, Wagner Paschoalino: “a faculdade é a melhor fase da vida, aproveita o máximo que puder”. Após quatro anos e meio, eu posso afirmar que a UNIPAMPA foi a melhor fase da minha vida.

No meio dessa caminhada, no entanto, eu tive apoio de inúmeras pessoas maravilhosas e iluminadas. Por isso, eu gostaria de agradecer por todo esse companheirismo, amizade e dedicação.

Agradeço aos meus pais, Wagner e Eliana, por todo amor, paciência e dedicação comigo.

Agradeço a minha irmã, Naiara, pela amizade e companheirismo.

Agradeço ao meu noivo, Vinicius, pelo seu amor e, acima de tudo, pela sua amizade.

Agradeço a minha família, em especial, aos meus avôs- Waldemar e Olavo-, minhas avós- Layde e Conceição- e aos meus tios.

Agradeço aos meus pequenos companheiros, Brisa, Pitt e Juli.

Agradeço aos meus amigos/irmãos que a UNIPAMPA uniu, Agnes, Carlos Henrique, Cassiel, Cássio, Diego, João Guilherme, Pedro Victor, Rafael e Thaísa, pela amizade.

Agradeço aos meus amigos de longa-data de Araraquara e, principalmente, a minha amiga Geórgia- que Deus te ilumine na sua caminhada.

Agradeço aos meus colegas e amigos da Unipampa, especialmente, Amir, Bruno e Heron por toda palhaçada.

Agradeço a todos os funcionários da UNIPAMPA, vocês foram fundamentais ao meu aprendizado.

Agradeço ao meu orientador, Renatho, por toda dedicação e, incentivo. A sua ajuda foi fundamental para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada por todo conhecimento que me incentivou a conhecer mais sobre a cultura e a política do Oriente Médio.

Por fim, agradeço aos meus novos amigos egípcios, principalmente, ao Maged e a Samira que me incentivaram nessa caminhada sobre a história egípcia.

RESUMO

O Egito sempre foi um importante país no Oriente Médio, no entanto, após algumas décadas, ele vem perdendo a sua capacidade de liderança regional e, ao mesmo tempo, apresenta uma aproximação com a principal potência- os Estados Unidos. Ao longo do final da década de 1950, o golpe de Gamal Abdel Nasser (1956-1970) estabelece a contínua presença militar na presidência egípcia- sucedido por Anwar al-Sadat (1970-1981) e, Hosni Mubarak (1981-2011). Embora no começo esses governos repressivos tivessem grande popularidade entre os cidadãos, aos poucos, foram perdendo a sua estima- no entanto, estes governos continuaram no poder por mais quatro décadas, apesar de todo protesto e manifestações nacionais contrárias. Assim, o presente trabalho busca analisar a influência das principais potências na legitimação dos governos militares egípcios- principalmente, a administração de Nasser, Sadat e Mubarak. Desta maneira, para elucidar as atividades das potências, primeiramente, é preciso compreender o funcionamento do sistema internacional e as suas atribuições no comportamento dos Estados. Posteriormente, por meio da análise histórica dos governos egípcios, serão apontadas as principais participações externas do império norte-americano na política egípcia, para encontrar as suas principais motivações para apoiar esses militares egípcios.

Palavras-Chave: Egito, Nasser, Sadat, Mubarak, Estado Unidos.

ABSTRACT

Egypt had always been an important state in Middle East, however, after some decades, it has been losing its capacity of regional leadership and, at the same time, it shows an approach with the major superpower- America. Throughout the late 1950s, Nasser's coup (1956-1970), established a continuous military presence in Egypt – succeeded by Anwar al-Sadat (1970-1981) and Hosni Mubarak (1981-2011). Although these repressive governments, had great popularity among the citizens, at the beginning, it has gradually losing its respect – however, these governments remained in power over four decades, despite all protests and anger demonstrations. Thus, this paper analyses the influence of the major powers in the legitimacy of Egypt's military governments – mainly, the Nasser, Sadat and Mubarak administrations. In this manner, it seeks to elucidate the functioning international of the system and how it effects in the State's behavior. Later, by means of the historical analyses of Egypt's government, it will be appointed the US external interests in Egypt's politics.

Keywords: Egypt, Nasser, Sadat, Mubarak, United States of America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Egito	29
--------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modelo da estrutura internacional (modelo sistêmico)	16
Tabela 2 – Indicadores Econômicos Egípcios.....	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ESTRUTURA DO SISTEMA INTERNACIONAL.....	14
3	GOVERNO DE GAMAL ABDEL NASSER.....	28
3.1	Os antecedentes históricos da Revolução Militar.....	28
3.2	A Revolução dos Oficiais Livres.....	35
3.3	Governo do Segundo Presidente: Gamal Abdel Nasser.....	39
3.4	O que restou do legado de Gamal Abdel Nasser.....	50
4	GOVERNO DE ANWAR AL-SADAT.....	52
4.1	O surgimento do último faraó egípcio.....	52
4.2	A descontinuação nasserista.....	57
4.3	O avanço da religiosidade no Egito: o fundamentalismo egípcio.....	64
5	GOVERNO HOSNI MUBARAK.....	69
5.1	O alinhamento absoluto ao Ocidente.....	69
5.2	Uma Primavera pelo caminho.....	79
5.3	A articulação para o Velho Mundo- o curto governo de Morsi.....	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o conceito de democracia¹ é tratado como um valor universal e, desse modo, temos a possibilidade de ver guerras deflagradas em nome da “liberdade dos povos”. Contudo, mesmo a partir de um levantamento superficial, podemos perceber que em determinados Estados, alguns grupos vêm se mantendo no poder por décadas e não há manifestações enfáticas de organismos internacionais ou mesmo de Potências no sentido de condenar tal prática ou implementar ações que visem reverter essa situação. Nesse sentido, um questionamento em especial ganha destaque aos nos voltarmos para os acontecimentos que pontuaram nos noticiários durante os anos de 2010 e 2011, qual seja, por que um governo iminentemente não democrático como o egípcio goza de prestígio internacional e perdura por tantos anos? Ainda, que processo legitimaria a manutenção dos militares no poder por mais de meio século e que somente passou a ser mais enfaticamente questionado a partir de 2011, com os eventos que convencionamos chamar de “Primavera Árabe”?

Historicamente se constata que os militares egípcios estão diretamente relacionados à condução da política do país desde 1952, ocasião em que ocorreu o golpe de Estado realizado pelo Movimento dos Oficiais Livres. O grupo que galgou o poder era formado por jovens militares que estavam desacreditados com a monarquia do Rei Farouk e com seu grande apoio ao Ocidente, em detrimento das necessidades da população local. Deste modo, após um curto período de transição, em 1956, Gamal Abdel Nasser tornou-se presidente do país, realizando uma

¹ Neste trabalho adota-se o entendimento de Robert Dahl (2001) acerca do conceito de Democracia, o qual, segundo o cientista político, em seu sentido estrito, é um modelo idealizado e que ainda não conseguiu ser colocado em prática em qualquer Estado, moderno ou não. Nesse sentido, Dahl aponta que existem parâmetros – universalidade de voto, liberdade de contestação, eleições livres, alternância no poder, etc., dentre outros – para estabelecer se um regime é democrático, ou não. E, existem fatores que ratificam a importância de se ter um regime democrático sendo implementado num determinado Estado, em detrimento a outro autoritário. Ainda, de acordo com Dahl, a Democracia seria um *regime idealizado*, então, o que existem são *poliarquias*, sistemas políticos que possuem graus variáveis de participação da sociedade nos desígnios do Estado. Dahl desenvolve seu modelo e possibilita que se atribua a um determinado Estado a característica de democrático, ou não. Assim, apesar de o escopo deste trabalho não ser a análise do sistema político egípcio, frente às características propostas por Dahl para a análise dos níveis de democracia, ainda que pese o fato de que algumas instituições estiveram presentes no país no período ora analisado, o Egito dificilmente poderia ser classificado como um país democrático. Ou, se fosse utilizada a escala das *poliarquias*, estaria muito abaixo do que Dahl entende como ideal.

mudança significativa no cenário local e, também, por meio do seu posicionamento na política externa.

Com a morte de Nasser (1970), Anwar Al-Sadat assumiu a presidência do Egito e promoveu a aproximação com a Irmandade Muçulmana – que fora banida pelo governo anterior. Sadat também implementou um modelo econômico com viés liberal que ficou conhecido por *Al-Infitah*, cujo resultado foi a formação de uma nova classe social voltada para a indústria do setor privado. Na política externa, ele promoveu uma mudança substantiva na geopolítica do Oriente Médio com a aproximação a Israel.

Por sua vez, a política externa de Mubarak (1981) sofreu uma guinada ainda mais acentuada no sentido de privilegiar interesses geopolíticos norte-americanos. Quanto ao cenário interno deste governo, os principais problemas que podem ser apontados são a miséria, o desemprego e a pouca representação política da população (OSMAN, 2011).

O resultado iminente, após décadas de restrições cívicas e políticas, foi a revolta árabe, denominada de “Primavera Árabe” (2010-2011) ². O movimento teve seu início na Tunísia, através da autoimolação do vendedor de frutas chamado Mohamed Bouazizi, que desencadeou um processo revolucionário, alcançando todo o Oriente Médio. No Egito, através das redes de comunicações, os manifestantes fizeram com que a morte do jovem Khaled Mohamed Saeed, vítima de policiais militares, fosse transformada no ícone do questionamento acerca da legitimidade do Governo (GRAÇA, 2013).

Os dias de protesto na Praça Tahrir, importante localidade da cidade do Cairo, fizeram com que o presidente egípcio fosse deposto. Por sua vez, Mubarak legou o governo a uma junta militar que teve a função de ocupá-lo transitoriamente até a próxima eleição.

O resultado do pleito foi a eleição, em 2012, de um partido islamista (ou fundamentalista, como é mais comumente conhecido) ³, a Irmandade Muçulmana,

² O presente trabalho considera o período compreendido na “Primavera Árabe” com o começo dos movimentos realizados na Tunísia, em 2010, até as agitações sociais ocorridas no Egito, que resultaram na queda do Governante Militar, Hosni Mubarak, em 2011.

³ “Na literatura árabe se usa tanto *islamiyya*, ou seja, islamismo, quanto *al-usuliyya al-islamiyya*, o equivalente a ‘fundamentalismo muçulmano’” (DEMANT, 2013, p. 194). Nas línguas inglesa e

liderada pelo candidato Mohamed Morsi. Sua manutenção no governo durou apenas um ano e logo foi deposto por um golpe político-militar que aclamava pela restauração da democracia no país, pela promoção de algumas mudanças nacionais e pelo reordenamento (ou reorientação) externo.

Atualmente, o Egito, após um curto período de incerteza política, realizou uma nova eleição em que o candidato vencedor foi o general Abdel Fattah al-Sisi, ou seja, ocorreu o retorno dos militares ao governo egípcio.

Portanto, a partir desse breve panorama histórico é possível perceber que aparentemente o cenário político do Egito se assemelha ao estágio em que se encontrava em 2011, ou mesmo, em 1952, com o golpe militar. Com isso, o questionamento acerca de quais atores legitimam esses governantes e quais motivos têm para restabelecer o “antigo modelo” ganha importância, haja vista o fato de que mesmo após as indagações políticas trazidas pela “Primavera Árabe”, os militares continuam no poder. Assim, a pergunta proposta pelo trabalho é: quais atores legitimam as políticas de governo dos militares egípcios para sua manutenção no poder desde a década de 1950?

E, como mencionado, na política atual do Egito é perceptível a influência do longo período em que o governo foi exercido pelos representantes militares, a partir da década de 1950. No entanto, ainda deve ser considerado o fato de que historicamente o Egito é um país que sempre sofreu interferências externas das grandes potências. De Napoleão, no final do século XVIII, passando por Grã-Bretanha e França, nos séculos XIX e XX, e, Estados Unidos, no século XX – mais precisamente a partir do final da II Guerra Mundial – e XXI, o Egito sempre esteve circunscrito a área de influência estrangeira.

Deste modo, isso faz crer que os possíveis legitimadores das políticas dos governos militares sejam essas potências ocidentais, principalmente pela posição estratégica do Egito no Oriente Médio. Pois, segundo Waltz (2002), o sistema internacional é baseado nas relações sistêmicas, em que as condicionais internas

francesa se utilizam os termos *islamism* e *islamiste* para designar o movimento revivionista que trouxe uma leitura mais “radical” do Islã. Em língua portuguesa, como os termos islamismo e islamista são frequentemente utilizados de modo sinônimo – apesar de a academia estabelecer diferença –, consagrou-se a utilização da expressão “fundamentalismo islâmico” quando se quer referir-se ao movimento revivionista iniciado por Sayyid Qutb no Egito e que deu origem à Irmandade Muçulmana e outras organizações semelhantes.

não exercem relevância nas decisões internacionais, ou seja, a organização da política interna dos países não tem relevância dentro do cenário internacional. E com a inexistência de um órgão supranacional dentro deste sistema, permite que este cenário seja anárquico e desregulamentado, por conseguinte, faz com que os interesses das grandes potências sejam o principal condutor das decisões da política internacional.

No intuito de responder os questionamentos propostos neste trabalho, ele está dividido em seis capítulos, os quais compreendem a introdução e a conclusão. Os demais capítulos possuem o objetivo de analisar os governos dos presidentes egípcios de 1956 a 2011, por meio de uma perspectiva neorrealista, na qual as relações entre os Estados são organizadas pela estrutura internacional de poder. Assim, o capítulo dois se concentra nas concepções do sistema internacional, analisando os aspectos da sua organização e das suas principais unidades. O capítulo três concentra a análise na atuação do governo do primeiro presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser – analisando as suas políticas nacional e internacional. O capítulo quatro examina a administração presidencial de Anwar al-Sadat, apontando as suas principais características internas e externas, principalmente o seu relacionamento com o Mundo Árabe e com os Estados Unidos. Concluindo esta parte das análises, o capítulo cinco se concentra na atuação do governo de Hosni Mubarak e, do islamista, Mohamad Morsi.

Por fim, mas não de modo definitivo, a última parte deste trabalho apresenta as Considerações Finais que visa responder ao questionamento proposto e propiciar novas abordagens sobre as revoltas que começaram no Oriente Médio, mas não se pode dizer que se encerraram completamente.

2 A ESTRUTURA DO SISTEMA INTERNACIONAL

O desejo de compreender a organização do sistema internacional e, a influência da sua estrutura nos seus principais componentes fez com que surgissem inúmeras escolas teóricas das Relações Internacionais. Apesar das diversidades teóricas, o presente trabalho opta por utilizar-se dos conceitos estabelecidos pelo neorrealismo estrutural e ofensivo, principalmente, para compreender a longa permanência de governos militares no Egito, desde o fim da monarquia (1953)⁴ até 2011.

Assim, faz-se necessário expor as diferenças existentes entre as teorias políticas reducionistas e sistêmicas, já que ambas, dentro do campo neorrealista, abordam explicações importantes do cenário internacional. Desta forma, a primeira estabelece explicações ao nível das unidades, ou seja, estão concentradas no âmbito nacional. E, além disso, estabelece que as interações estão compreendidas pelas características das suas principais unidades. Porém, esta não tem condições de explicar o arranjo internacional, porque ao delegar a explanação à condição unitária, faz com que surjam inúmeras variáveis que não facilitam a distinção do que é importante ou não para a compreensão do sistema, ou seja, “[...] o estudo das unidades em interação é pensado para esgotar o assunto, para incluir tudo o que pode ser incluído ao nível das unidades e ao nível do sistema” (WALTZ, 2002, p. 96). Assim, procura explicar tudo ao mesmo tempo e acaba por nada explicar. Portanto, a explicação nunca se encontra no domínio das partes, principalmente, devido à continuidade e repetições existentes no sistema internacional.

Por outro lado, a teoria sistêmica proporciona explicação ao âmbito internacional, ou seja, está localizada na estrutura do sistema, que se caracteriza pela regularidade dos inúmeros eventos realizados pelas unidades no sistema, desconsiderando as suas características internas. Assim, a teoria não se concentra apenas no nível unitário, mas também no nível sistêmico, isso posto, “[...] devemos, então, cuidadosamente manter os atributos e as interações das unidades do sistema fora da definição da sua estrutura” (WALTZ, 2002, p. 85). Resumindo, a teoria demonstra a organização de um domínio no qual a força constrangedora e ordeira

⁴ Apesar de o regime monárquico ter sido extinto em 1953, com a proclamação da República, o governo do Rei Fuad II durou apenas 18 meses após a Revolução de 1952, ocasião em que a Junta Militar passou a governar, de fato, o país.

da estrutura permite influir nas interações das unidades. Por último, é importante ressaltar que são as principais unidades que ditam as regras para as demais, principalmente porque a estrutura é estabelecida pelas interações das maiores unidades.

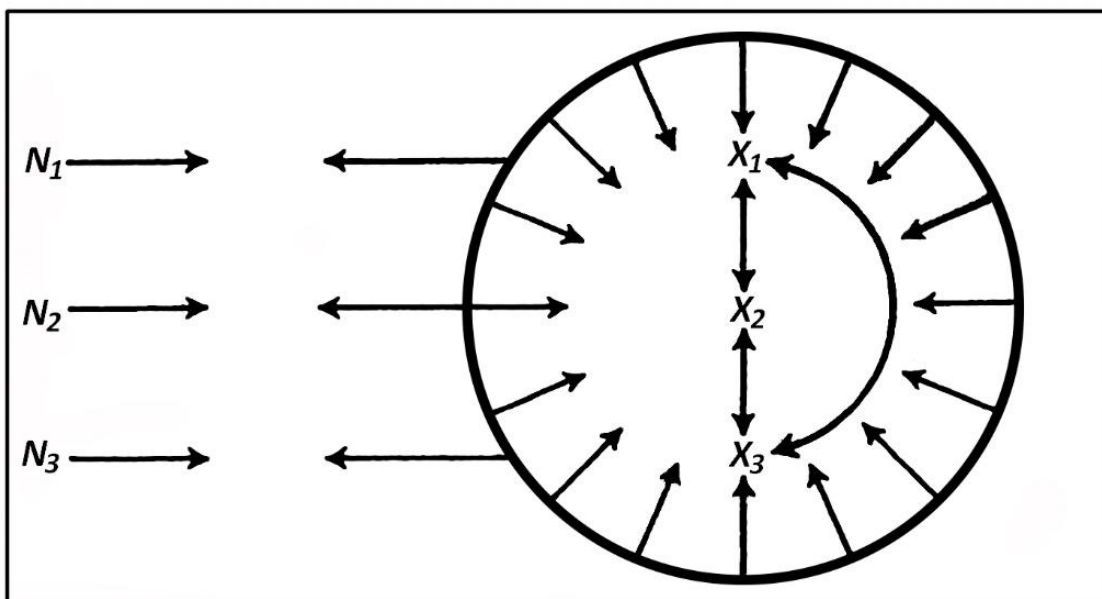
A partir desta última perspectiva teórica é possível inferir que o sistema internacional é composto pela estrutura e pelas unidades que a compõem. Como exemplificado por Waltz, a estrutura, no seu caso específico, atua como uma força constrangedora e, também, disciplinadora, porém de forma indireta. Os seus efeitos estruturais são a socialização e/ou a competição. A socialização está relacionada à influência exercida pelo resultado da interação das diferentes partes, ou seja, seus comportamentos moldam e são moldados pelas ações conjuntas e não por resoluções individuais. Assim, a socialização cria as suas próprias normas de comportamento em que todos participaram. A competição, igualmente à socialização, cria efeitos de similaridades no comportamento dos participantes, com isso a competição entre as unidades egoístas gera uma ordem. Portanto, “[...] a socialização e a competição são dois aspectos de um processo pelo qual é reduzida a variedade de comportamentos e resultados” (WALTZ, 2002, p. 111).

Desta forma, a definição de estrutura inclui o princípio ordenador, a função das unidades e, por fim, a distribuição de poder entre as partes. Assim, esta definição tem como objetivo demonstrar como as unidades do sistema internacional estão posicionadas entre si. Portanto, “[...] definir uma estrutura requer ignorar como as unidades se relacionam entre si (como elas interagem) e concentrar a atenção na posição de uma em relação às outras (como estão organizadas ou posicionadas)” (WALTZ, 2002, p. 115). É importante salientar que só ocorrerão mudanças estruturais caso mude o ordenamento, as funções das unidades ou as capacidades das mesmas.

No entanto existem duas estruturas, quais sejam, a política interna e a internacional, e, cada qual possui características próprias. Assim, a primeira é ordenada por meio da hierarquia, ou seja, as unidades estão relacionadas por meio da superioridade e da subordinação. Os atores que compreendem esta organização são diferenciados de acordo com as funções que desempenham e a capacidade que cada parte possui.

A estrutura da política internacional, contrária à primeira, é ordenada pela descentralização – isto é, não existe instituições internacionais hierárquicas – e pela anarquia e, nesse sentido, contata-se que os atores estão relacionados por meio da colaboração das unidades egoístas, o que permite que a estrutura limite as suas ações. Segundo, as partes internacionais são semelhantes devido à imposição da colaboração pela anarquia, ou seja, por mais diferentes que sejam, estas são consideradas similares porque são unidades políticas autônomas e soberanas. Por fim, a capacidade das unidades internacionais está relacionada ao seu poder de desempenhar tarefas de forma similares, principalmente, por estas serem semelhantes. É importante compreender que ao definir a estrutura internacional, deixamos de lado característica internas dos Estados, haja vista “[...] não perguntamos se os estados são revolucionários ou legítimos, autoritários ou democráticos, ideológicos ou pragmáticos” (WALTZ, ano, p. 140). Nesse sentido, os Estados Unidos são um excelente exemplo dessa contradição, apesar das suas características internas – democracia e liberalismo –, assumem relações com governos autoritários, isto é, apesar de seu discurso liberal, assumem posições de equilíbrio de poder no sistema internacional (PECEQUILO, 2011).

Tabela 1 – Modelo da estrutura internacional (modelo sistêmico)



Fonte: (WALTZ, 2002, p. 141)

Com base nesta propositura, o Quadro 1 representaria a organização da teoria sistêmica. A letra N_{123} representa os países que produzem os seus efeitos internacionais, por meio de uma variável interna. A letra X_{123} evidencia os estados que produzem os seus efeitos por meio de variáveis externas e a sua relação com os demais países. O círculo representaria a estrutura do sistema internacional e as setas indicariam que a estrutura influencia tanto os Estados como as suas características internas. Desse modo, concluir-se-ia que as ações estatais são limitadas pela estrutura do sistema político internacional.

Assim, reafirma-se que as unidades que compõem o sistema político internacional são os Estados, no entanto, isto não quer dizer que não existam outros atores, claro que existem, porém, é preciso destacar qual é o mais importante dentro do sistema, mais efetivamente, quais deles conduzem as decisões políticas. Estes vivem em um sistema de autoajuda, ou seja, dependem das próprias capacidades para poderem sobreviver e/ou alcançarem os seus principais objetivos. É importante ressaltar que essa forma de organização sistêmica ocorre devido ao cenário externo ser anárquico e os Estados terem como objetivo máximo a busca pela segurança, já que “[...] o motivo da sobrevivência é visto como a base de acção num mundo onde a segurança dos estados não é garantida e não como uma descrição realista do impulso que está por detrás de qualquer acto do estado” (WALTZ, ano, p. 130). Desta forma, os Estados sempre desconfiaram dos outros, portanto, dificilmente irão propor uma integração entre si.

Como exposto anteriormente, são os principais Estados que conduzem a vida política dos demais, no entanto, isso não implica que os demais países não exerçam qualquer influência no sistema, de fato, eles influenciam, porém, são as grandes potências que melhor se ajustam às forças selecionadoras da estrutura e, também, possuem a maior capacidade. Cabe destacar que esta capacidade é distribuída de forma desequilibrada, ou seja, alguns países possuem muito enquanto outros possuem apenas o suficiente para manterem a sua integridade territorial. Deste modo, a posição de uma potência é mantida, caso ela possua todas as capacidades econômicas, políticas e militares conjuntamente. Desse modo, “[...] a sua posição depende de como pontuam em todos os seguintes itens: tamanho da população e do território, dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência” (WALTZ, 2002, p. 182).

Nesse sentido, Mearsheimer (2007) amplia a teoria do sistema internacional acrescentando cinco hipóteses basilares, principalmente, no que tange às principais potências. Primeira, a organização do cenário internacional é anárquica, assim, os Estados que fazem parte são independentes. Segunda, as grandes potências possuem uma grande capacidade militar ofensiva, com isso, todas possuem poder militar suficiente para prejudicarem-se mutuamente. Terceira, devido a esse imenso poder, os Estados nunca estão seguros das reais intenções de outras nações. Quarta, as potências possuem como finalidade a sobrevivência, ou seja, é por meio da segurança territorial e da sua ordem política interna que os Estados conseguem sobreviver. Apesar de terem outros objetivos, como direitos humanitários, ideologia, entre outros, os Estados nunca vão colocar em risco a sua sobrevivência, pois esses são fins secundários. Quinta e última, os Estados são atores racionais, conseguem se integrar ao ambiente externo de forma consciente e estratégica. Assim, essas hipóteses resultam nos principais comportamentos dos Estados, que são o medo, a autoajuda e a maximização de poder.

É importante ressaltar que os maiores Estados, geralmente, podem possuir outros interesses além do equilíbrio de poder, tais como os já citados: ideologias, direitos humanitários, etc. Só que estas sempre acabam por seguir a linha do realismo, com isso, dão prioridade a conquistar o poder para a sua sobrevivência. Nesse sentido, Mearsheimer exemplifica este procedimento através do caso dos liberais norte-americanos, durante a Guerra Fria, que apesar de seguirem, ideologicamente, a Democracia, apoiavam governos militares, caso esses lutassem contra a disseminação do comunismo. Desta forma é possível perceber a motivação do apoio estadunidense aos governos militares egípcios, principalmente, a partir da década de 1970.

A insegurança e o medo decorrem do receio que as grandes potências sentem uma em relação à outra, já que elas possuem os meios ofensivos suficientes para atacarem-se mutuamente. Devido à inexistência de uma organização política internacional que possa socorrer e ajudar os Estados ameaçados, estes dependem da sua própria condição para sobreviverem, portanto, os países evitam ao máximo dependerem dos demais. Assim,

Os outros estados, operando num mundo de auto-ajuda, actuam quase sempre de acordo com o seu interesse próprio, não subordinando os seus interesses aos interesses de outros estados ou aos interesses da denominada comunidade internacional (MEARSHEIMER, 2007, p. 47).

Os Estados buscam aumentar a sua segurança, garantindo, portanto, a sua sobrevivência e maximizando a sua quota de poder até se tornarem o Estado mais poderoso e dominarem os demais no sistema, ou seja, até atingirem a hegemonia global. Assim, os países observam a distribuição do poder entre si, buscando encontrar oportunidades de alterar o equilíbrio da balança de poder a seu favor e, também, à custa dos seus inimigos – seja por meios diplomáticos, militares ou econômicos. Portanto, as intenções das potências são ofensivas, já que elas irão continuar a busca pelo aumento constante de suas capacidades materiais, mesmo se possuírem capacidades superiores aos seus inimigos.

É imprescindível acrescentar que, dificilmente, os Estados se tornam potências situacionistas, ou seja, potências hegemônicas, principalmente, pelo fato que todos os atores estão em busca do mesmo objetivo, a sua sobrevivência. Porém,

[...] as grandes potências não podem actuar sempre de acordo com as suas intenções ofensivas, uma vez que o comportamento é influenciado não apenas por aquilo que os estados desejam, mas igualmente pela sua capacidade para realizar esses desejos (MEARSHEIMER, 2007, p. 50).

Portanto, é possível perceber que as grandes potências são atores racionais, ou seja, agem de acordo com a organização do sistema internacional. Desta forma, quando possuem a oportunidade de garantir a supremacia, em relação aos demais países, elas agem de forma ofensiva, porém, ao perceberem que os custos são elevados ou que não possuem capacidades materiais, elas agem de forma defensiva e esperam por uma ocasião mais propícia.

Primeiramente, é imprescindível destacar as diferenças existentes dentre as grandes potências, mais propriamente, os tipos de variedade entre as nações mais importantes do sistema. Assim, existem dois tipos de Estados, os insulares e os continentais. O primeiro é definido como “[...] um estado insular é a única grande potência situada numa grande massa de terra rodeada de água por todos os lados” (MEARSHEIMER, 2007, p. 131). A Inglaterra, o Japão e os Estados Unidos são

exemplos de países insulares. Já o segundo, “[...] um estado continental, por outro lado, é uma grande potência localizada numa grande massa de terra ocupada igualmente por uma ou mais grandes potências” (MEARSHEIMER, 2007, p. 131). Exemplos de países continentais são a França, a Alemanha e a Rússia.

Os Estados insulares, obviamente, são menos vulneráveis do que os continentais, principalmente, pela proteção natural das águas. Isto significa que a invasão será dificultada, ou mesmo, inexistente em países que são rodeados pela força bloqueadora da água. Para comprovar sua teoria, Mearsheimer (2007) utiliza como o exemplo a Inglaterra, a qual participou de inúmeras guerras no continente europeu, no entanto, não foi invadida por nenhuma outra potência europeia. Esse exemplo também pode ser aplicado no caso dos Estados Unidos, após alcançar o *status* de potência, nunca sofreu nenhuma investida por parte dos países americanos que o rodeiam. O mesmo não poder ser dito pelos países continentais, que sofreram inúmeros ataques terrestres. Isto se deve pela proximidade com as outras potências e a facilidade de lançar um ataque às essas regiões. As inúmeras guerras cometidas pela França, Alemanha e Rússia são exemplos das enormes atividades militares no continente europeu.

Como foi exposto, as grandes potências procuram aumentar a sua quota de poder até se tornarem estados hegemônicos. Quando os países alcançam esses *status* são chamados de potências situacionistas. Assim, faz-se necessário compreender o conceito de hegemonia. Por definição,

Um *hegemon* é um estado tão poderoso que domina todos os outros estados no sistema. Nenhum outro possui os meios militares para aguentar um combate sério contra ele. Um estado hegemônico é, no fundo a única potência no sistema (MEARSHEIMER, 2007, p. 53).

Como abordado anteriormente, o conceito de hegemonia pode ser utilizado em um sistema restrito, ou seja, pode ser utilizado em uma determinada área geográfica. Assim, é possível utilizá-lo como hegemonia global ou hegemonia regional. O primeiro está relacionado à supremacia mundial e, o segundo, está relacionado a uma região específica, como nos diversos continentes.

Os Estados Unidos, por exemplo, são uma potência regional, já que nenhum outro país americano tem poderio militar para desafiá-lo. Assim, é praticamente

impossível um país atingir a hegemonia global, a não ser que o Estado obtenha a supremacia nuclear. Principalmente, devido à dificuldade de ultrapassar a massa de água dos oceanos que rodeiam uma grande potência. Nesse sentido, por exemplo, é perceptível o grande poder dos Estados Unidos, já que é considerado o país mais poderoso. Entretanto, não tem e nem teve intenção de dominar territorialmente outras regiões, como a Europa e o Nordeste Asiático, principalmente, pela dificuldade de transcender o bloqueio exercido pela água dos oceanos, Pacífico e Atlântico (MEARSHEIMER, 2007). Logo, nunca existiu uma potência hegemônica global e, dificilmente, alguma futuramente se tornará.

Devido a essa dificuldade, os Estados, apenas, podem obter a hegemonia regional. Assim, qualquer país que conquiste a soberania regional procurará evitar que outras potências façam o mesmo, ou seja, as potências regionais procuram ser à única dentro do sistema internacional. Por exemplo, quando os Estados Unidos enviaram exércitos para conter a Alemanha de Guilherme II e, a Alemanha nazista (MEARSHEIMER, 2007). Portanto, a potência hegemônica regional prefere que exista, em outra região, duas potências com capacidades similares para que se contrabalancem e evitam outro futuro Estado hegemônico.

Um país hegemônico possui a maior quantidade de poder do sistema e nenhum outro Estado se compara a ele, desta forma, há de se compreender o que seria o poder e como utilizá-lo. Para isso, é necessário distinguir entre o poder potencial (latente) e o poder real (militar). O primeiro consiste no tamanho da população e na riqueza de um país, os quais, conjuntamente, servem de alicerce para o poderio militar. O segundo baseia-se no exército e nas forças aéreas e militares, os quais apoiam o primeiro. Conseqüentemente, a potência hegemônica seria aquela que possuísse grande população e riqueza. Ainda, que possuísse um exercício fortíssimo que nenhum outro ator tivesse condições de confrontá-lo.

Devido à constante busca pelo poder, dificilmente, as grandes potências estão em busca de uma ordem social pacífica, ou seja, elas não buscam alcançar a paz. Procuram, na verdade, protegerem-se uma das outras, evitando uma possível cooperação, a não ser ao formarem uma aliança contra um possível Estado hegemônico regional. Exemplifica-se esse procedimento a partir das alianças formadas durante as Primeira e Segunda Guerras Mundiais contra a Alemanha. Naquele período a Alemanha constituía poder suficiente para se tornar hegemônica

regionalmente no cenário europeu, o que fez com que a Inglaterra e França juntassem suas forças para conterem a expansão alemã. Caso tivessem optado pela colaboração mútua, seria necessário ponderar sobre os ganhos e benefícios que cada assumiria, assim, é importante compreender a diferença entre os ganhos relativos e absoluto.

Os ganhos absolutos estão associados à maximização da sua capacidade, sem considerar os ganhos dos demais países. Já o ganho relativo leva em consideração não somente a maximização dos benefícios individuais, como também, dos outros. Desta forma, “[...] como as grandes potências se preocupam profundamente com o equilíbrio de poder, o seu pensamento centra-se nos ganhos relativos quando ponderam cooperar com os outros Estados” (MEARSHEIMER, 2007, p. 64).

Por fim, as grandes potências possuem quatro objetivos básicos. Primeiro, a busca pela hegemonia regional, como já discutido, devido à impossibilidade de se projetarem além das massas de água, de forma eficaz. Assim, “[...] as grandes potências não só procuram dominar a sua própria região, como se esforçam por impedir rivais em outras áreas de conquistarem a hegemonia” (MEARSHEIMER, 2007, p. 145). Devido à grande dificuldade de se tornar uma potência hegemônica, alguns poucos Estados conseguiram alcançar esse *status*, pois o país deve possuir a maior riqueza e o maior exército que os demais. É importante ressaltar que os Estados hegemônicos regionais são, também, balizadores do equilíbrio externo, isto é, buscam equilibrar o poder do sistema para que não exista qualquer outra potência que ameace a soberania do Estado hegemônico.

Segundo, as grandes potências procuram aumentar a sua própria quota de riqueza mundial. Elas estão em busca de aumentar a riqueza relativa, ou seja, preocupam-se com os seus próprios ganhos e, também, com os demais Estados. Isto ocorre pelo fato de o poder econômico ser a base para o poderio militar. Assim,

As grandes potências também procuram impedir as grandes potências rivais de dominarem áreas mundiais geradoras de riqueza. Na era moderna, essas áreas são geralmente povoadas pelos estados industriais mais importantes, embora possam ser ocupadas por estados menos desenvolvidos que detenham matérias-primas crucialmente importantes (MEARSHEIMER, p. 149).

Dessa forma, Mearsheimer (2007) estabelece que os interesses estadunidenses, durante o período da Guerra Fria, eram o Golfo Pérsico, a Europa e o Nordeste Asiático. A importância de cada uma dessas regiões representa a luta pela hegemonia regional dos Estados Unidos com a União Soviética. Assim, a Europa e o Japão figuram serem futuras potências regionais e, o Oriente Médio representa a importância da geopolítica do petróleo. Complementariamente, a política externa do governo de George W. Bush (2001-2009) utilizou o terrorismo internacional, após o Atentado do dia 11 de setembro de 2001, de forma a interferir na região produtora de gás e petróleo, principalmente, no Oriente Médio e no Cáucaso (BANDEIRA, 2009). Ou seja,

[...] a guerra contra o terrorismo constituiu mera figura de retórica, um eufemismo, para disfarçar os reais objetivos do presidente George W. Bush, que consistiram em vencer a resistência islâmica e/ou a insurgência islâmica, e controlar a Ásia Central e o Oriente Médio, com suas enormes jazidas de gás e petróleo (BANDEIRA, 2009, p. 18).

Terceiro, as potências procuram aumentar o seu poderio terrestre, já que este é o principal meio de garantir a supremacia militar, por meio do aumento dos seus exércitos, combinado com a força aérea e naval. Portanto, “[...] como o exército é a forma dominante de poder militar, os estados aspiram a ter o exército mais poderoso da sua região do mundo” (MEARSHEIMER, 2007, p. 149).

E, por último, os principais Estados anseiam possuir capacidades nucleares hegemônicas em relação aos seus rivais, ou seja, desejam possuir a maior quota de ogivas nucleares. Dado que se um país possuir superioridade nuclear, em comparação aos demais, este poderá se tornar uma potência hegemônica global. No entanto, essa situação é improvável, já que “[...] os estados rivais farão o possível para desenvolverem a sua própria força de retaliação nuclear” (MEARSHEIMER, 2007, p. 150). Desta forma,

[...] as grandes potências perseguem quatro fins principais: 1. Serem o único estado hegemônico regional no mundo, 2. o control[e] de uma percentagem tão elevada quanto possível da riqueza mundial, 3. o domínio do equilíbrio de poder terrestre na sua região e 4. a superioridade nuclear. (MEARSHEIMER, 2007, p. 151).

É importante compreender as estratégias que os principais Estados adotam para conquistarem uma vantagem no equilíbrio de poder, no que concerne aos seus rivais, isto é, a forma de aumentar suas capacidades no sistema internacional. Entre as estratégias estão a guerra, a chantagem, a incitação (*bait and bleed*) e a guerra sangrenta (*bloodletting*).

A guerra é considerada o principal meio de aumentar a quota de poder e isto ocorre por três motivos. Primeiro, o país vitorioso poderá utilizar parte da população do Estado perdedor na constituição do seu exército ou mesmo como mão-de-obra trabalhadora. Segundo, é possível conquistar territórios estrategicamente importantes, exemplificado, como no caso de Israel que melhorou sua segurança por meio da conquista das colinas de Golã e da península de Sinai, em 1967, na Guerra dos Seis Dias (MEARSHEIMER, 2007, p. 154). Por fim, é possível que com o desequilíbrio na balança de poder, o Estado vencedor possa eliminar o outro país da hierarquia das grandes potências.

A chantagem é o meio de obter poder sem necessitar utilizar a força física, isto é, caso a ameaça, por si só, já seja suficiente para alcançar o efeito desejado. No entanto, esta não altera o equilíbrio substancialmente, já que as potências possuem exércitos poderosos e preferem ir à luta. Assim, o efeito da chantagem, usualmente, funciona contra potências menores.

A incitação é outra forma de aumentar o poder às custas dos seus inimigos, por meio de uma guerra prolongada, em que todos os recursos sejam utilizados, em que um país incentiva dois dos seus rivais a guerrear, permitindo que o país incitador permaneça a parte do conflito. E por fim, a guerra sangrenta possui como objetivo garantir que os seus dois rivais entrem em guerra e, que seja, preferencialmente, prolongada e dispendiosa. No entanto, nesta estratégia, os rivais entram em guerra de forma independente, isto é, não existe um país incitador.

Dessa maneira, os grandes Estados não só se preocupam em ganhar poder dos seus inimigos como, também, querem evitar que estes o conquistem às suas custas. Apesar de as potências possuírem uma forte capacidade militar, às vezes, esta não é suficiente para amedrontar os demais países, precisando utilizar estratégias de contenção dos rivais. Entre estas estão o balanceamento (*balancing*) e a delegação.

O balanceamento é uma estratégia em que a grande potência assume diretamente o encargo de conter o agressor, de forma a equilibrar o sistema internacional. No entanto, caso esta não venha a ser suficiente, os Estados, provavelmente, partirão para a guerra. Os países ameaçados possuem três alternativas para a resolução do conflito por meio do balanceamento. O primeiro é o envio de diplomatas ao país agressor. O segundo é por meio da criação de uma aliança defensiva, com o objetivo de controlar o país conflitante, e, por fim, o terceiro vislumbra que o país ameaçado possa aumentar os gastos ofensivos para contrabalancear o poderio do seu inimigo.

A delegação é a forma pela qual a potência delega o conflito a um Estado terceiro, permanecendo à margem. Por mais que este perceba o desequilíbrio de poder, prefere que outro ator assuma a responsabilidade, interferindo apenas quando o país delegado não possuir capacidades suficientes para controlar o agressor. Desta forma, esta estratégia geralmente é utilizada pelas grandes potências, uma vez que lhes proporciona uma defesa com baixo custo. Além de que, se o agressor e o delegado entrarem em uma guerra prolongada, há possibilidade do delegador assumir uma posição melhor no sistema internacional, haja vista poder ocorrer um desequilíbrio de poder. Os Estados Unidos são o melhor exemplo, pois ao delegarem aos países europeus a função de controlar a Alemanha, na Segunda Guerra Mundial, foram os mais favorecidos no final do conflito, tornando-se a única potência regional (MEARSHEIMER, 2007, p. 162).

A escolha entre o balanceamento e a delegação depende da estrutura do sistema internacional e do equilíbrio de poder. Geralmente, a bipolaridade não permite que a principal potência delegue as suas ações a Estados terceiros, já que nenhum destes podem ser considerados uma potência. Já no caso do sistema multipolar, as delegações são frequentes, principalmente, pela existência de outras nações fortes o suficiente para assumir a responsabilidade de conter o agressor.

Por último, faz-se necessário compreender a existência de guerras e conflitos nas mais diversas estruturas internacionais. A segurança é o fim máximo dos Estados, o que faz com que estes busquem aumentar suas capacidades e o seu poder no intuito de se tornarem hegemônicos, e, conseqüentemente, seguros. Entretanto, “[...] a competição pela segurança é endêmica no sistema internacional, mas não a guerra; a competição pela segurança apenas ocasionalmente dá lugar à

guerra” (MEARSHEIMER, 2007, p. 313). Nem a anarquia, por si própria, consegue explicar os motivos pelos quais os países guerreiam, já que é uma constância e a guerra não.

Para isso, é necessário considerar a distribuição de poder existente entre as principais nações do sistema internacional e, também, a quantidade de potências existentes. Para tanto, é preciso compreender que o poder está ordenado em três tipos de estruturas, entre elas, a bipolaridade, a multipolaridade equilibrada e a multipolaridade desequilibrada. Por sua vez, o poder ainda está distribuído de forma, mais ou menos, idêntica entre os principais atores.

A bipolaridade é determinada por duas grandes potências que possuem poder relativamente similares. O sistema multipolar desequilibrado é o formado pela existência de três ou mais Estados com potencial hegemônico. E a multipolaridade equilibrada é designada pela existência de três ou mais potências com capacidades parecidas, isto é, não existe nenhum potencial Estado hegemônico. Desta forma, o sistema bipolar é considerado o mais estável, visto que, dificilmente, ocorrem guerras entre os principais atores e, quando ocorrem são entre uma grande potência e outras potências menores. Na multipolaridade, por sua vez, o sistema é menos estável, principalmente, pela existência de um promissor Estado hegemônico, facilitando a existência de conflito entre todas as grandes potências do sistema externo.

Isso posto, verifica-se que a instabilidade na multipolaridade é decorrente de três motivos, quais sejam, 1) há uma maior possibilidade de guerrear, já que existe uma maior quantidade de atores importantes no sistema; 2) as grandes potências possuem maiores capacidades e poder, o que dificulta a dissuasão e aumenta a probabilidade de guerra; e, 3) a ocorrência de erros de cálculos é maior nesse sistema, tendo em vista que muitas das nações subestimam a sua verdadeira capacidade.

Por sua vez, na bipolaridade a estabilidade ocorre devido a quatro princípios, quais sejam, 1) existe uma menor possibilidade de ocorrer conflitos armados, afinal, existe um equilíbrio de poder entre os dois únicos atores proeminentes, e, quando acontece, geralmente, os dois Estados enfrentarão pequenas potências; 2) o poder é distribuído de forma uniforme entre as potências; 3) o erro de cálculo é reduzido,

afinal, todos os Estados sabem a sua capacidade e sua quota de poder; e, 4) existe o medo de um possível ataque, mas não é exacerbado como ocorre na multipolaridade.

Assim, a análise da organização do sistema internacional a partir da perspectiva neorrealista proporciona compreender sua estrutura e suas principais unidades. Também demonstra a maneira que as grandes potências conduzem a vida política dos demais Estados e quais seus objetivos ao procederem dessa maneira. Desse modo, e, com base nesses pressupostos, serão analisadas as transformações políticas ocorridas no Egito, a partir da década de 1950, no intuito de compreender os fatores que propiciaram o estabelecimento e manutenção de certas estruturas de poder no Estado egípcio.

3 GOVERNO DE GAMAL ABDEL NASSER

“O caminho revolucionário é a única ponte pela qual as nações árabes podem alcançar o futuro que almejam”
(Gamal Abdel Nasser).

A relevância histórica do Egito, marcada por importantes questões civilizacionais, teológicas e tecnológicas, não se traduz no paradoxo político no qual o país está inserido. A imponente e opulência faraônica, por muito tempo, foram substituídas pela dominação estrangeira, de forma direta ou indiretamente, à qual transformou os cidadãos egípcios em povos de segunda classe, isto é, não representavam e não exerciam a força política e militar dentro da sua própria nação.

A pobreza e a miséria estavam presentes na grande maioria dos *fellahin* (camponês), já que as extensões cultiváveis de terras eram propriedades dos latifundiários locais – os quais cobravam um alto valor no aluguel de suas terras, prejudicando ainda mais os trabalhadores. Assim, a impossibilidade de controlar os principais aspectos econômicos, sociais e culturais, fez com que surgissem inúmeras revoltas populares de cunho nacionalista até resultar na Revolução, em 23 de julho de 1952 – que representou o primeiro governo verdadeiramente egípcio.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo expor e analisar as características do antigo governo monárquico – o qual antecedeu ao golpe militar dos Oficiais Livres, em 1952 – para compreender as mazelas que o país estava inserido. Posteriormente, será analisada a Revolução Militar e seus desdobramentos com os governos do General Muhammad Naguib e o mentor do golpe, Coronel Gamal Abdel Nasser.

3.1 Os antecedentes históricos da Revolução Militar

O Egito foi uma província do Império Otomano durante mais de três séculos, até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Posteriormente foi derrotado pelos Aliados, fato esse que resultou na dissolução dos territórios do império turco-otomano em diversos protetorados britânicos e franceses.

Figura 1- Mapa do Egito



Fonte: Central Intelligence Agency - CIA⁵

A partir do século XIX, as dificuldades sociais e econômicas do Império Otomano já eram visíveis, assim como a influência britânica e francesa já podia se fazer sentir no Egito. Essa influência na região do Oriente Médio tornou-se flagrante com o acordo secreto Sykes-Picot (1916) – que dividia a região do Oriente Médio em zonas de influência da Inglaterra e da França, com a permanência da Palestina como uma região internacionalizada – que, posteriormente, foi respaldado pela decisão da Liga das Nações, após o término da Primeira Guerra, e transformou a região em protetorados das duas grandes potências europeias.

Apesar de o Egito não constar na divisão oficial do Sykes-Picot, era uma área estratégica para Inglaterra, a qual facilitava o acesso, pelo Mar Vermelho, da principal colônia britânica à Índia, além disso, era notório o interesse dos ingleses por controlar o Canal de Suez. No entanto, o real motivo para a atuação britânica na região estava ligado à geopolítica, pois se fundamentava no receio de que a Rússia se tornasse um Estado hegemônico na região ou que Mohamed Ali e seu filho, Ibrahim Paxá, avançassem além da região fronteiriça e destituísse o Império Otomano – que estava fragilizado neste período (OSMAN, 2011).

⁵ Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/eg.html>. Acesso em: abril de 2014.

Mansfield (1967) ainda destaca que a influência estrangeira foi importante na construção do Canal de Suez, em 1854, pelo engenheiro francês, Ferdinand de Lesseps, conjuntamente com o Paxá Said. E que, posteriormente, após a morte do paxá, o trono foi transmitido a Ismail, o Magnífico, que acabou por vender as suas ações ao governo britânico, lançando um grande período de dominação imperialista no canal pela Inglaterra, além de ter deixado inúmeras dívidas, relegando ao país à dominação financeira pelos governos britânico e francês.

A situação caótica da política e da economia do Egito, aliada às humilhações constantes do exército egípcio, fez com que se iniciassem revoltas lideradas pelo Coronel Ahmed Árabi – considerado o símbolo da corrente nacionalista do seu país – contra o governo e o Quediva turco. Árabi governou o país por mais de um ano, até que ingleses e franceses enviaram navios de guerra para Alexandria, e, em junho de 1882, eclodiu uma revolta popular que resultou na morte de cidadãos cristãos egípcios e ingleses. Este evento foi suficiente para servir como justificativa para a intervenção estrangeira no país. A intervenção foi uma ação conjunta entre o imperador turco e a Inglaterra, já que a França optou por não participar. O resultado foi à derrota das forças militares egípcias e a rendição do Coronel Árabi, condenado ao exílio.

Durante os quarenta anos seguintes, o Egito sofreu interferência britânica que governava o país por meio dos Cônsules-Gerais da Inglaterra. Apesar de estar formalmente inserido no território do Império Otomano, este já não controlava, de fato, a situação interna da nação egípcia. Os políticos locais eram vistos com fantoches do interesse inglês e, nesse sentido,

A própria posição da Inglaterra era anômala, pois se abstivera de proclamar oficialmente um protetorado e ainda anunciava, regularmente, sua intenção de se retirar do Egito. O então chamado “protetorado velado” que daí resultava, parecia, para muitos, uma típica manifestação da hipocrisia inglesa e, deste modo, só servia para aumentar os ressentimentos (MANSFIELD, 1967, p. 17).

Essa situação atípica continuou até a Primeira Guerra Mundial (1914-18), quando o Egito se tornou definitivamente um protetorado inglês. Principalmente, pelo fato de os turcos terem participado da guerra a favor dos alemães. Assim, o Império

Otomano, já fragilizado, ao ser derrotado pelos aliados, perdeu grande parte dos seus territórios.

Ao término da guerra, surgiu a figura do carismático líder nacionalista, Saad Zaghloul. Ele era o principal opositor aos interesses britânicos no país e criador do principal partido político egípcio, *Hizb al-Wadf* (Partido da Delegação). A tentativa de Zaghloul de fazer uma delegação representar a questão do Egito em Londres e, posteriormente, na Conferência de Paz, em Paris, foram negadas pelos ingleses – o que resultou na Revolução de 1919. A população se uniu contra o imperialismo britânico, por meio de greves, rebeliões armadas e pela paralisação das principais atividades comerciais e financeiras (HOURANI, 2007).

A desordem interna permaneceu por mais dois anos, e durante esse período os principais líderes do movimento foram deportados diversas vezes, até que a Inglaterra, em 1922, declarou, de forma unilateral, o fim do protetorado egípcio e a consolidação da monarquia – com descendentes de Mohammed Ali, antigo governador egípcio. Entretanto, Hourani (2007) ressalta que os britânicos preservariam a segurança das comunicações, a defesa do território egípcio e sudanês e, protegeriam os cidadãos estrangeiros que morassem no país. Desta forma, o Sultão Fuad se tornou o primeiro rei do Egito, caracterizando a independência do país, apesar de ser uma emancipação limitada.

A Constituição de 1923, redigida pelos políticos do Wadf, constituía ao rei poderes legislativos, a criação de um Senado e uma Câmara dos Deputados, além de possibilitar a escolha de dois quintos dos senadores. Também era uma prerrogativa real dissolver o Parlamento, a qual Fuad utilizou diversas vezes. No ano seguinte, em 1924, ocorreu a primeira eleição para o Parlamento, em que Wadf possuía apoio da grande maioria da população egípcia – que desejava o fim da intervenção britânica no seu país, de forma definitiva. Entretanto, com a morte do principal líder do partido, Saad Zaghloul, em 1927, o Wadf enfraqueceu-se e a liderança foi assumida por Nahas Paxá, que foi eleito como primeiro-ministro, em janeiro de 1930.

O primeiro-ministro buscou intensificar as relações diplomáticas entre o Egito e a Inglaterra, com a finalidade de conseguir a desocupação do seu país do imperialismo inglês. Entretanto, o acordo foi malsucedido, não atingindo o seu

principal objetivo. Ao mesmo tempo, ocorreu um confronto entre o palácio e o partido Wadf, devido à lei que arbitrava o julgamento de ministros que infligissem a Constituição. A confrontação resultou na renúncia de Nahas Paxá, em junho de 1930. O rei incumbiu a Ismail Sedky de formar um novo governo, o qual dissolveu a constituição de 1923 e passou a governar o país por meio de decretos.

A situação continuou tensa até 1936, pois a Itália avançava pela África, no intuito de implementar a política expansionista do líder político italiano, Benito Mussolini. Isto fez com que as diferenças entre os nacionalistas e ingleses fossem deixadas para o segundo plano. Desta forma, foi possível realizar a Convenção de 1936, que resultou no fim da ocupação britânica, o fim das capitalizações – impostos inseridos desde o período de dominação otomana –, e a questão do Sudão foi esquecida, pelo menos nesse período, já que o país sudanês era um condomínio inglês-egípcio. No entanto, o arranjo definitivo manteve privilégios à Inglaterra, uma vez que teria direito de estacionar suas tropas no Canal de Suez, sua força aérea poderia sobrevoar o país e, além disso, os britânicos salvaguardariam a segurança egípcia em caso de deflagração de conflitos ou guerras.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) atingiu o norte do continente africano no ano de 1940 com a expansão alemã, e, frente a este cenário, ingleses e egípcios cumpriram o que fora firmado na Convenção de 1936. Ambos lutaram contra a invasão do exército nazista, apesar de muitos cidadãos e políticos egípcios sentir simpatia pelo Eixo – principalmente, como forma de diminuir a influência dos Aliados no continente africano (MANSFIELD, 1967). Em 1942, com o avanço de Erwin Rommel – militar que comandou as tropas alemãs na África durante a Segunda Guerra –, o Rei Farouk, que havia sucedido seu pai, o Rei Fuad I, decidiu organizar o Parlamento por meio de Áli Maher Paxá. Havia uma desconfiança na indicação de Maher Paxá, pelos britânicos, devido à sua inclinação política ao Eixo e, por ser suspeito de entregar informações militares aos italianos. Assim, apesar de o Egito ser oficialmente neutro, o embaixador da Inglaterra, Sir Miles Lampson, e o Comandante do Exército britânico cercaram o Palácio de Abdeen, no Cairo, com tanques de guerra e exigiram que Nahas Paxá se tornasse o primeiro-ministro, já que

[...] nesse momento crítico da guerra, pareceu desejável à Grã-Bretanha ter um governo egípcio que pudesse controlar o país e estivesse mais disposto a cooperar com a Grã-Bretanha do que o rei e os que o cercavam (HOURANI, 2007, p. 465).

A forma humilhante pela qual Farouk e Nahas aceitaram tal situação, fez com que este incidente reacendesse o movimento nacionalista, principalmente, por parte dos militares egípcios. Nos primeiros anos do final da Segunda Guerra Mundial, os britânicos ainda possuíam grande influência no Oriente Médio, no entanto, com o desenrolar da Guerra Fria houve uma inversão, com uma grande presença norte-americana (HOURANI, 2007).

Apesar dos inúmeros indícios de corrupção, o Wadf continuava a ser popular entre os cidadãos egípcios, especialmente os que configuravam entre as classes mais desfavorecidas. Entretanto, fora da esfera do Parlamento, existiam novos partidos políticos, entre eles, a Irmandade Muçulmana – fundada por Sheikh Hassan al-Banna –, o Partido socialista de Ahmed Hussein, e, o movimento clandestino dos Oficiais Livres, que era formado por dissidentes do exército egípcio. Entre os partidos, a Irmandade Muçulmana era a que possuía maior força e grandes números de adeptos.

Posteriormente, em maio de 1948, a Inglaterra terminou o período de mandato na Palestina para que os judeus pudessem fundar, no mesmo local, o Estado de Israel – respaldado pelas Nações Unidas. No entanto, os Estados Árabes, entre eles, Egito, Síria, Transjordânia – atual Jordânia –, Iraque e Líbano, invadiram a Palestina para conter a formação do país judaico. Contudo, os exércitos árabes estavam mal organizados e possuíam armamentos desatualizados, o resultado foi a derrota pelo exército israelense, em 1949 – o que levou à assinatura do armistício.

A derrota na guerra foi fatal para a monarquia egípcia, já que o rei esperava aumentar sua popularidade com uma vitória triunfante sobre Israel e, além disso, o palácio era acusado de corrupção na compra do armamento militar egípcio para a Guerra da Palestina, afinal os suprimentos eram ineficientes e, ultrapassados (MANSFIELD, 1967). O Wadf passava pelos mesmos problemas com denúncias de corrupção dos seus principais membros. Apesar de Nahas ter voltado ao poder, em 1950, o partido encontrava-se sem a mesma popularidade de quando foi criado, em 1927.

Assim, com o objetivo de melhorar sua posição política e sua popularidade, o Paxá decidiu anular, de forma unilateral, o acordo firmado com a Inglaterra, em 1936, na busca pela retirada dos exércitos ingleses do Canal de Suez. A ação unilateral foi rejeitada pelos britânicos e a luta contra o imperialismo no norte do continente africano continuou, afinal,

A base do poder britânico no Oriente Médio sempre fora a presença militar no Egito [...]. Assim que a guerra acabou, houve uma exigência do governo egípcio de mudança no acordo a que se havia chegado em 1936. As negociações entre os dois governos se deram de 1946 em diante, mas fracassaram em dois pontos: primeiro, a pretensão egípcia de soberania sob o Sudão, que o governo britânico não aceitava, na crença de que a maioria dos sudaneses não aceitaria e que a Grã-Bretanha tinha obrigações com eles; e, segundo, a questão da posição estratégica britânica no país (HOURANI, 2007, p. 473).

Por sua vez, a Irmandade Muçulmana e os partidos esquerdistas, conjuntamente com membros do Wadf, utilizaram da política de guerrilhas para atacar o exército que ocupava o Egito, já a população egípcia cortou o fornecimento de alimentos e retirou sua mão de obra – posteriormente, foi substituída por cidadão de outras nacionalidades africanas. A tropa inglesa reagiu aos ataques das guerrilhas e, em 1952, cercou o Quartel-General da Polícia em Ismailia e matou alguns policiais.

O resultado dessa ação foi uma revolta popular contra o grupo político Wadf e a tropa inglesa por ter permitido o desperdiço de inúmeras vidas dos policiais durante o processo contra o imperialismo e a ocupação inglesa. O dia posterior entrou para a história do país como o Sábado Negro e ficou marcado pelo incêndio da cidade do Cairo. Neste processo, inúmeros estabelecimentos estrangeiros também foram queimados (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Cada vez mais o cenário político instável do país impunha limites ao governo monárquico de Farouk. Com isso, o Nahas Paxá foi demitido e, em seu lugar assumiu Áli Maher, que, no entanto, permaneceu no poder somente cinco semanas. Posteriormente, o governo teve mais quatro gabinetes, os quais não conseguiam estabilizar a ordem interna e diminuir os inúmeros protestos que se acendiam entre a população, cujo descontentamento era marcado pela corrupção do palácio e do Wadf. Além disso, o rei tomou conhecimento da organização de um grupo de

militares que tinha como objetivo a sua deposição, os quais passariam a ser conhecidos como Oficiais Livres, no entanto, os conselheiros do rei e chefes da segurança nunca souberem quem eram os membros desse grupo e o seu líder – o Tenente-coronel Gamal Abdel Nasser (MANSFIELD, 1967).

3.2 A Revolução dos Oficiais Livres

A organização dos Oficiais Livres, liderada por Gamal Abdel Nasser, era um grupo clandestino formado por jovens militares descontentes com o cenário político do Egito, no final do ano de 1950. As constantes denúncias de corrupção dos principais líderes egípcios – a monarquia e o Wadfi –, a dominação estrangeira, a miséria e a pobreza de grande parte da população, e por fim, o fracasso da Guerra da Palestina fez com que este grupo ganhasse força e assumisse a presidência do país.

O golpe teve início na noite do dia 22 de julho e continuou pela madrugada do dia 23, em que os oficiais invadiram o Quartel-General do Cairo, além de outros lugares estratégicos, tais como o aeroporto, a estação de rádio e a central telefônica, ou seja, os principais centros de comunicação da capital. Desdobramentos das ações dos Oficiais Livres, na madrugada do dia 23 de julho, a cidade de Alexandria estava na mão dos revolucionários e a grande parte dos principais pontos estabelecidos por Nasser já estava sob controle, além da guarnição de Sinai, el-Arish. As forças estrangeiras representavam risco, pois as tropas britânicas poderiam atacar a qualquer sinal de conflito ou insurreição popular (MANSFIELD, 1967).

Assim, na manhã do dia 23 de julho de 1952, o Coronel Naguib, que não tinha participado no golpe, assumiu a presidência do Conselho Revolucionário – embora Nasser fosse o líder do movimento, este receava ser mal aceito pela população, devido à sua pouca idade, por isso a escolha de Naguib. Em consequência dos fatos, o Rei Farouk foi obrigado a aceitar este novo arranjo político, mas mesmo assim somente conseguiu permanecer no poder por poucos dias. No entanto, no dia 26 de julho, o palácio Ras el-Tin foi cercado por tanques de guerra e os oficiais impuseram ao Rei que renunciasse o trono para o seu filho, Ahmed Fuad II. Apesar da sucessão, a monarquia egípcia perdurou por um período de onze meses, tempo

em que o novo governo se reorganizava (CLEVELAND; BUNTON, 2009). Mesmo diante de diferentes orientações políticas, os objetivos comuns entre os Oficiais Livres estavam constituídos em,

1. Frente às forças britânicas de ocupação, à espreita no Canal de Suez, o primeiro princípio foi: *Destruição do colonialismo e dos traidores egípcios seus agentes.*
2. Frente ao despotismo do poder que dominava vastas extensões de terra, o segundo princípio foi: *Liquidação do feudalismo.*
3. Frente à exploração das fontes de riqueza a serviço de um grupo de capitalistas, o terceiro princípio foi: *Fim do monopólio e do domínio do capital sobre o Governo.*
4. Frente à exploração e ao despotismo- consequência inevitável de tudo isso- o quarto princípio foi: *Estabelecimento da Justiça Social.*
5. Frente a conspirações destinadas a enfraquecer o Exército e usar então o resto de suas forças para ameaçar a frente do país, ansiosa pela Revolução, o quinto princípio foi: *Formação do Poderoso Exército Nacional.*
6. Frente a falsificações políticas que tentavam encobrir os marcos da realidade nacional, o sexto princípio foi: *Estabelecer um sólido sistema democrático* (NASSER, 1963, p.124-125).

A vitoriosa tomada de poder fez com que os Oficiais Livres tivessem duas alternativas, as quais eram, 1) retornar ao quartel e deixar a política nas mãos dos políticos, esperando que com a partida do Rei os partidos se livrassem dos escândalos e corrupção; ou, 2) a permanência dos oficiais no governo assumindo a responsabilidade por governar o Egito. Esta decisão configura-se em um momento fundamental para o futuro político do país, haja vista ter sua repercussão potencializada até os dias de hoje. A decisão dos jovens militares recaiu sob a segunda opção, pois o entendimento deles naquele momento era de que se deixassem o poder com os políticos, os Wadf teriam forças para vencer as próximas eleições. É importante salientar que havia também a presença do partido Comunista e da Irmandade Muçulmana e eles esperavam poder participar do Parlamento, mas estes indicativos foram suficientes para os militares concluírem que os partidos políticos não tinham capacidade para governar para o povo (MANSFIELD, 1967).

A primeira dificuldade que o movimento enfrentou foi com o Coronel Naguib, que havia transcendido os limites da sua atuação no golpe militar. Ele acreditava que possuía a legitimidade popular para sua atuação política e, normalmente, não aceitava e nem se adequava às decisões dos demais oficiais (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Dando continuidade ao projeto dos Oficiais Livres, em setembro de 1952 a junta militar decidiu implementar a medida da redistribuição agrária. A terra confiscada seria redistribuída entre os camponeses (*fellahin*) e a recompensa para os donos das terras, por esta distribuição, estava relacionada à quantidade proporcional do imposto territorial sonegado. Outra medida importante foi a diminuição no valor dos aluguéis, o qual beneficiou os pequenos e médios proprietários (DANIELSON, 2007).

Em janeiro de 1953, a junta dissolveu todos os partidos políticos existentes no Egito e confiscou seus bens, transformando-os em patrimônio do Estado. Na sequência, o Conselho Revolucionário elaborou uma constituição provisória na qual o poder político estaria nas mãos dos militares por um período de três anos. Nesse sentido, no dia 18 de junho de 1953, a junta aboliu a monarquia egípcia e o transformou em uma República. Naguib acumulou as funções de Presidente e Primeiro-Ministro e Nasser assumiu o cargo de Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Durante o ano de 1953 houve certa tensão entre os Oficiais Livres e Naguib, pois o presidente desejava aumentar sua quota de poder dentro do Conselho e, posteriormente, no país. Em consequência disso, normalmente, ele acatava as decisões dos demais membros da junta militar, tecendo diversas críticas às realizações dos jovens militares. Entre as críticas estava o modo pelo qual o Tribunal Revolucionário, estabelecido pelos militares, julgava os membros dos antigos partidos e figuras ligadas à extinta monarquia.

A transformação do Egito em uma república trouxe grandes expectativas para o país, haja vista o novo governo militar ter retomado as negociações com os britânicos, com o objetivo de alcançar a autonomia⁶ definitiva do Egito. Esta demanda ficou fortalecida com o problema sudanês resolvido, devido ao acordo egípcio com os partidos políticos sudaneses – em que o poder da administração anglo-egípcia seria transferido ao Sudão –, haja vista permitir que a Inglaterra se retirasse do Canal do Suez. No entanto, a base britânica poderia ser reativada se houvesse qualquer tipo de ataque ao Egito, a qualquer país árabe e a Turquia. Esta

⁶ A independência do Egito data de 1922, no entanto, durante a monarquia não houve libertação da influência político-econômica britânica no país até que a república foi instaurada e os militares passaram a buscar uma independência, de fato.

preocupação britânica, de acordo com Hourani (2007) visava consagrar o interesse ocidental na região caso houve algum tipo de agressão soviética.

Os constantes atritos e divergências entre o Conselho Revolucionário e o Presidente resultaram na renúncia de Naguib, em 12 de fevereiro de 1954. O entendimento levado à público sobre a saída de Naguib foi de que as atitudes do presidente tinham se tornado ditatoriais e que ele havia mantido relações políticas com os antigos políticos apoiadores do Rei Farouk. No entanto, ocorreram manobras que fizeram com que Naguib retornasse à presidência, mas Nasser conseguiu assumir o cargo de Primeiro-Ministro e Presidente do Conselho Revolucionário.

Na sequência, Nasser estabeleceu um plano para conquistar a presidência do Egito e poder realizar as suas propostas nacionalistas com o objetivo de melhorar a situação econômica e social do país. Com isso, durante o período em que Naguib esteve em Cartum, Nasser enviou à prisão as tropas das cavalarias dissidentes, membros da Irmandade Muçulmana e do partido comunista. Também realizou uma reforma na estrutura da polícia e do exército.

Além disso, Nasser aceitou, por ora, acolher as propostas de Naguib, em que os partidos políticos deveriam conduzir a vida política do Egito. Assim, os partidos não foram dissolvidos, voltando às suas atividades. Isto fez com que a população e o exército se posicionassem contra as novas decisões do Conselho Revolucionário, já que os mesmos desacreditavam nos antigos partidos políticos. Desta forma, estas ações fizeram com que a figura privilegiada de Naguib perdesse o seu brilho aos olhos da população egípcia. Com o seu objetivo alcançado, Nasser revogou a sua decisão e o Conselho Revolucionário voltou às atividades, a censura da imprensa voltou a imperar e, Nasser voltou ao seu cargo de Primeiro-Ministro (MANSFIELD, 1967).

Desta forma, os wafadistas perderam sua última possibilidade de voltar a influenciar o cenário político da Revolução. Existiam dois grupos de grande importância no Egito, a Irmandade Muçulmana e Partido Comunista, entretanto, este último não possuía grande força política e, por estar divididos em diversas facções – o que facilitou para que Nasser o distinguisse –, fez com que os líderes fossem presos ou passassem para a clandestinidade. A Irmandade era mais organizada e coesa, além de possuir inúmeros adeptos. No entanto, esta questionava e atacava o

novo Governo pelo seu acordo com a Inglaterra, o qual considerava uma traição ao movimento anti-imperialista. O acordo versava sobre a independência do Sudão, por meio da autodeterminação, no qual Nasser acreditava que se uniria ao Egito, posteriormente.

No entanto, no dia 26 de outubro de 1956, durante uma reunião do Conselho Revolucionário, um membro da Irmandade Muçulmana, insatisfeito com os desígnios do país, tentou assassinar Nasser durante seu discurso. O resultado foi a perseguição dos membros do grupo, a morte de seis pessoas – dentre eles, Sayyid Qutb, uma das lideranças da organização e que possuía um viés mais radical de analisar o movimento islâmico –, e, a prisão do seu principal líder, Hassan al-Hudaybi (OSMAN, 2011).

Durante o interrogatório, os líderes do grupo islâmico apresentaram uma ligação entre a Irmandade Muçulmana e o Coronel Naguib. Apesar de não terem nenhuma prova da participação do Presidente na tentativa de assassinato a Nasser, a simples aproximação entre Naguib e a Irmandade foi suficiente para que o presidente do Egito fosse afastado e, posteriormente, mantido em prisão domiciliar. Desta forma, o major e mentor da Revolução, Gamal Abdel Nasser, tornou-se o segundo presidente do Egito e impôs uma mudança no panorama político do país, ou seja, “[...] this was momentous event: the first time, in thousands of years, that a native Egyptian had ruled and articulated a coherent vision of its future” (OSMAN, 2011, p. 52)⁷.

3.3 Governo do Segundo Presidente: Gamal Abdel Nasser

A política interna do Governo Nasser foi caracterizada pelo socialismo, ou seja, pela tentativa de distribuir a riqueza interna egípcia, de forma equivalente, aos seus cidadãos. Já a sua política externa foi caracterizada pelo nacionalismo árabe e pelo neutralismo político, isto é, a sua política externa se baseava nos três grandes círculos – o Árabe, a África e o Islamismo –, e numa postura agressiva contra Israel, com apoio na causa da Palestina. Além do que, “[...] Nasser also actively used foreign policy to bolster his legitimacy, divert attention from domestic problems and

⁷ “[...] isto foi um evento muito significativo: a primeira vez, em mil anos, que um egípcio nativo tinha regulado e articulado uma visão coerente sobre o futuro” (Tradução nossa).

contain his political opponents, mainly the Islamist movement”⁸ (DARWISHEH, 2015, p. 46). Desta forma, as principais decisões assinaladas pelo segundo governo foram pautadas pelos acontecimentos externos.

A política externa dos Estados Unidos, neste período, caracterizava-se pela contenção da expansão soviética e avançar os seus interesses no Oriente Médio (PECCEQUILO, 2003). Neste sentido, Tauber (2013) reforça esta perspectiva salientando que o principal interesse norte-americano no Oriente Médio era conter o comunismo e, para isso, poderiam dar suporte a regimes autoritários. No entanto, há de salientar a preocupação geopolítica vinculada à preservação do Estado de Israel na região e o acesso aos recursos petrolíferos.

Como exposto anteriormente, Nasser optou pela neutralidade nas relações diplomáticas em relação aos dois grandes blocos, o capitalista e o comunista, de modo a evitar que quaisquer das grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, pudessem interferir nos assuntos do Oriente Médio e, principalmente, no Egito – como já fizeram a França e a Inglaterra durante o século XIX e início do século XX. Afinal, “[...] Nasser was skeptical of West’s intentions and viewed their continued influence in the region as a threat to Arab unity as prescribed by the pan-Arabism ideology (DANIELSON, 2007)⁹.

No entanto, durante os primeiros anos da Revolução os militares eram favoráveis aos Estados Unidos, graças ao posicionamento solidário à independência egípcia, já que

The United States endorsed the 1952 Revolutionary Command Council military coup that overthrew King Faruk and the monarchy. The military reformers appeared to have Egypt’s best interests at heart, and, although not pro-Western, at least were not pro-Soviet (MARK, 2003, p. 1)¹⁰.

⁸ “[...] Nasser também usou ativamente a política externa para reforçar a sua legitimidade, desviar a atenção dos problemas domésticos e conter os seus oponentes, principalmente o movimento islâmico (Tradução nossa)”.

⁹ “[...] Nasser era cético quanto às intenções ocidentais e, via a constante influência dos mesmos na região como uma ameaça a unidade árabe, como prescrita pela ideologia pan-arabista” (Tradução nossa).

¹⁰ “Os Estados Unidos endossaram o golpe militar do Comando Revolucionário que derrubou o rei Farouk e a monarquia. Os militares pareciam ter as melhores intenções ao Egito, embora não pró-Occidente, pelo menos não era pró-soviéticos” (Tradução nossa).

No entanto, essa relação cordial foi estremecida devido à sua relação dúbia em relação a Israel. Após 1948, Israel se tornou um perigo à soberania egípcia, uma vez que eram países que compartilhavam limites fronteiriços. Isto fez com que o Egito investisse em segurança promovendo a reorganização do Exército e compra de armamento para se equiparar ao seu vizinho. Nesse sentido, o presidente egípcio buscou adquirir armamento dos Estados Unidos, mas os estadunidenses recusaram efetuar a venda sob a alegação de que pretendiam evitar uma corrida armamentista dentre os países do Oriente Médio. Do mesmo modo, os Estados Unidos pretendiam impor ao Egito o Pacto de Bagdá – cuja finalidade maior era formar um bloco para conter a influência da União Soviética na região do Oriente Médio –, haja vista já ter sido assinado pelo Iraque, Turquia, Irã, Paquistão, Inglaterra e os Estados Unidos (MANSFIELD, 1967).

Em represália ao não apoio estadunidense, o Egito não somente deixou de aderir ao Tratado, como denunciou o plano aos demais países do Oriente Médio e criticou a posição dos países signatários. O argumento difundido pelo presidente egípcio era de que o acordo serviria como iniciativa à invasão imperialista dos países ocidentais. Assim, cada vez mais, o relacionamento entre os Estados Unidos e Nasser se distanciava, e,

[...] gradativamente os Estados Unidos se afastaram de Nasser. E essa aversão tomou forma política concreta. Em 1955, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha lançaram a “Operação Ômega”, que possuía o intuito inicial de reduzir a influência do Egito no mundo árabe e de isolar Nasser. Se possível, derrubá-lo do poder (NETO, 2012, p. 99/100).

A participação egípcia na Conferência de Bandung, na Indonésia, em abril de 1955, intensificou ainda mais o alinhamento político defendido por suas lideranças. Nesse sentido, Nasser demonstrou sua importância no cenário político dos países terceiro-mundistas ao constituir a coluna-mestre do Movimento dos Países Não-Alinhados, conjuntamente com outros estadistas importantes, entre eles, Nehru, da Índia, e Tito, da antiga Iugoslávia (MANSFIELD, 1967). Os sentimentos de neutralidade aliados aos posicionamentos estadunidenses fizeram com que Nasser optasse por comprar os equipamentos bélicos da União Soviética – que, por receio, destinou a negociação à sua aliada, Tchecoslováquia, afinal “[...] o fortalecimento das Forças Armadas, e a própria transformação do Egito em uma potência militar era

um objetivo anunciado pelos Oficiais Livres desde sua ascensão ao poder egípcio, em 1952” (CURADO, 2014). O acordo da venda de armamento, advindo do bloco comunista, foi realizado em julho de 1955. Além disso, para reafirmar seu posicionamento desvinculado das potências ocidentais, o Egito reconheceu a existência da China Comunista, em detrimento de Taiwan, que era apoiada por França, Grã-Bretanha e Estados Unidos (CITINO, 2002, p. 95).

Ainda, no mesmo período, Nasser buscava empréstimos externos, principalmente, dos Estados Unidos e Inglaterra para a construção da Grande represa de Assuã, que representava o coluna-mestre do governo egípcio. Apesar da compra do armamento efetuada junto ao bloco comunista, o Banco Mundial, conjuntamente aos Estados Unidos e Inglaterra, parecia disposto a financiar a obra egípcia. No entanto, de acordo com Kissinger, os Estados Unidos sofriam pressões internas, por causa do Congresso e, por alguns grupos da sociedade norte-americana. (KISSINGER, 2009). Assim, os governos americano e inglês retiram o apoio para a construção da represa.

A resposta a esse cancelamento foi a nacionalização do Canal de Suez que ainda estava sob comando das tropas inglesas. Assim, em de julho de 1956, em Alexandria, após quatro anos após a queda da monárquica, Nasser afirmou à população que a grande represa seria construída por meio da arrecadação dos seus rendimentos.

O resultado da nacionalização, conforme Mark (2003, p. 01) expõe, foi a mobilização de tropas da Inglaterra, França e Israel e consequente invasão do Egito, apesar da oposição dos Estados Unidos e a União Soviética. A união destas três forças contra o projeto de Nasser se pautava em objetivos específicos de cada uma das partes envolvidas, a Inglaterra não queria ser privada dos seus interesses na região do Canal, a França era contra o crescente apoio logístico egípcio ao movimento rebelde argeliano e, Israel, por sua vez, receava que o aumento de poder egípcio pudesse interferir em sua segurança na região. Apesar do grande número de baixas humanas e equipamentos militares, o Egito venceu a batalha. Assim, “[...] a maioria dos árabes sentiu que, finalmente, aí estava o líder pelo qual esperavam, capaz de defrontar as potências imperialistas” (MANSFIELD, 1967, p. 49).

Os egípcios haviam conseguido retirar as tropas inglesas da região do Canal de Suez, ou seja, conseguiram vencer as forças imperialistas – isto é,

Face a pressão internacional que une União Soviética e Estados Unidos contra os agressores do Estado egípcio, a crise termina com a retirada dos exércitos estrangeiros e o governo egípcio, embora derrotado militarmente, emerge como vitorioso no plano político por haver mantido o controle sobre o Canal de Suez (CURADO, 2010, p. 55).

No entanto, com a expulsão das antigas potências imperialistas do Oriente Médio, estas foram substituídas pelos Estados Unidos, o qual compreendia que a única forma de garantir os seus interesses era por meio de governos locais que tivessem estreitas relações com os países ocidentais (HOURANI, 2007). Portanto, a crise de Suez foi de grande importância ao governo de Nasser, já que

Ao “convidar” os soviéticos à participarem com ajuda técnica e financeira de seu programa de desenvolvimento econômico, Nasser transformou o Egito num espaço de “encontro” de programas de ajuda externa de ambos os lados da Guerra Fria, radicalizando a ambiguidade própria do neutralismo e transformando a “cooperação ao desenvolvimento” na frente de batalha de Estados Unidos e União Soviética pelo governo egípcio (CURADO, 2010, p. 56-57).

Com a vitória, Nasser confiscou e nacionalizou todas as propriedades estrangeiras, principalmente, inglesas e francesas, e continuou a construção da represa de Assuã por meio do financiamento soviético. A única perda egípcia foi o posto militar em Sharm el-Sheikh, o que facilitou a passagem dos navios israelenses até a Ásia e ao leste da África, sem a necessidade de utilizarem o Canal egípcio. Portanto, ao final do conflito, “[...] for Gamal Abdel Nasser it resulted in him being catapulted to a transcendent political status. He was now both an Egyptian hero and Arab one, capable of ‘defeating the nation’s enemies’ and ‘representing Arab dignity’” (OSMAN, 2010, p. 57)¹¹.

Ao final do conflito, Nasser tornou-se o ícone do nacionalismo egípcio e, principalmente, árabe. A semente do nacionalismo no Egito surgiu durante o século XIX, com o renascimento dos inúmeros escritores e jornalistas durante a época do liberalismo, o fez com que o Cairo se tornasse o centro cultural do Oriente Médio,

¹¹ “[...] Para Gamal Abdel Nasser isso resultou em ser catapultado a um status transcendente. Ele era agora ambos um herói egípcio e árabe, capaz de ‘defender a nação de seus inimigos’ e ‘representar a dignidade árabe’” (Tradução nossa).

entre os anos de 1920 e 1930 (HOURANI, 2005). Deste modo, era inevitável que o Egito se tornasse o principal ator na região – dentre os países recém-independentes –, haja vista dispor da melhor situação político-econômica e com suas instituições organizadas.

Mesmo com a ascensão do novo governo egípcio, em 1952, não houve a proposição de uma política nacionalista aos demais países árabes, permanecendo restrito ao Egito, haja vista a proposta era prioritariamente desconstituir a monarquia, o imperialismo e o “feudalismo” do país. Também, a Liga Árabe olhava com desconfiança às ações de Nasser, pois ele acreditava que esta coligação dos povos árabes seria um novo instrumento imperialista das grandes potências, e, por conseguinte, o presidente egípcio diminuiu a participação de seu país na organização. Portanto, naquele determinado momento o governo egípcio não estava preparado para articular um plano de unir os demais países do Oriente Médio (MANSFIELD, 1967).

Esta situação adversa se transformou com o modelo de relação que o Egito passou a ter com o Iraque. Em consequência disso, o incentivo ao desenvolvimento pan-arabista egípcio ganhou força devido à rivalidade ideológica entre os dois países árabes. No país iraquiano, o poder estava nas mãos do político Nuri Said, o qual era aliado dos países ocidentais, principalmente, do inimigo comum do Oriente Médio, a Inglaterra. Essa relação próxima entre Nuri e a Inglaterra era malvista pelo estadista egípcio, já que a sua principal meta era eliminar a influência imperialista britânica da região. No entanto, a rivalidade foi intensificada pelo Pacto de Bagdá, tendo em vista que o Iraque era um dos signatários e o Egito posicionava-se contrário – tinha receio do aumento da influência britânica e americana na região. Para ratificar seu posicionamento acerca da influência externa na região e a condolência de certos governantes árabes, Nasser utilizou seu programa de rádio para deflagrar sua opinião contrária ao Pacto e ao Iraque. Com isso, se tornou o ícone árabe na luta contra o domínio estrangeiro no Egito e nos demais países árabes.

Com a nacionalização do Canal de Suez e a expulsão das tropas inglesas do país, em 1956, Nasser consolidou a posição egípcia na liderança do nacionalismo árabe. Desta maneira, inúmeros países da região se tornaram a favor da política adotada pelo estadista egípcio, até porque, vários deles recebiam ajuda econômica

do Egito. Em contrapartida, esta postura de Nasser não era unânime e ameaçava a segurança dos governos conservadores do mundo árabe. Em 1957, muitos dos governos anti-nasseristas assumiram o poder na região, dentre eles, o Rei Hussein na Jordânia, e Camille Chamoun, no Líbano (MANSFIELD, 1967). É importante ressaltar a ajuda dos Estados Unidos a esses países, devido à Doutrina Eisenhower¹² que se posicionava contra o comunismo e elencava sua presença como a principal ameaça dos países do Oriente Médio. Ainda, prontificava-se a auxiliar financeira ou militarmente os países árabes a lutarem contra a União Soviética. Além disso, deve-se ressaltar que

[...] face à incompetência do governo britânico, era preciso que os próprios Estados Unidos agissem incisivamente sobre a região para salvaguardar seus interesses. E diante da possibilidade de formação de uma aliança entre Nasser e Khrushchev, a proposta de Eisenhower para conter o expansionismo russo se estendia à contenção do nacionalismo árabe egípcio (CURADO, 2010, p. 117).

Como reflexo da Guerra Fria, os Estados Unidos estavam mais preocupados com a influência comunista na Síria do que a possibilidade de ocorrer um golpe fundamentado no nacionalismo. No entanto, ao invés de a Síria se tornar um país comunista, foi unificada ao Egito e ambos formaram a República Árabe Unida (RAU), no dia 21 de fevereiro de 1958, sob a presidência de Nasser. No mesmo período ocorreu um golpe militar no Iraque, no qual Nuri Said foi assassinado e o Brigadeiro-General Abdul Karim Kassen assumiu o poder. Desta forma, o movimento nasserista tornou-se símbolo na luta contra as forças conservadoras da região. Assim, “[...] Nasser estava no apogeu de seu prestígio no Oriente Médio. Era líder das massas do povo árabe, enquanto seus inimigos se encontravam em desordem por toda parte” (MANSFIELD, 1967, p. 54).

A união com Síria passou por inúmeras dificuldades, principalmente, devido ao fato de os países serem social e economicamente diferentes. A fusão entre os dois Estados partiu do Partido Socialista Baath sírio, o qual contava com um pequeno apoio da população, no entanto, tinha alguma visibilidade entre os militares – estes possuíam influência no governo. O partido sírio via semelhança nas ações e

¹² Para maior detalhamento acerca da proposta contida na Doutrina Eisenhower, ver: PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. 3ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

nos ideais de Nasser e acreditava que, por meio da integração, poderia alcançar o poder na Síria. Entretanto, Nasser decidiu governar o país sem a intermediação do Baath, assumindo a liderança da República Árabe Unida.

Assim, de modo análogo ao que ocorrera anteriormente ao Egito, os partidos políticos sírios foram diluídos e grande parte do poder ficou nas mãos de Nasser. As decisões partiam do Egito e, isto fez com que os sírios se sentissem incomodados, acreditando terem se tornados acessórios nas ações do Governo. Cabe ressaltar que as forças armadas foram o ponto sensível desta integração, haja vista terem construído a percepção de que eram subjugados pelos militares egípcios. Trazendo insatisfação para várias camadas sociais sírias, o projeto da RAU não suportou por muitos anos e, em 28 de fevereiro de 1961, um grupo de militares promoveu um golpe e instituiu um novo governo.

No cenário regional a repercussão do fim da RAU foi providencial para vários governos que se opunham ao movimento nasserista, e, nesse sentido, logo providenciaram o reconhecimento da soberania do novo país. Assim, dias após sua mudança de status, a Síria foi novamente inserida na Liga Árabe e a RAU tornou-se apenas um projeto nacionalista que não conseguiu ser realizado em sua plenitude.

Ainda, com o fim da RAU, Nasser pôde dedicar tempo à elaboração da Carta Nacional do Egito, elaborada e entregue em 1962. Esta declaração tinha como objetivo estabelecer a estrutura das instituições políticas nacionais para fortalecer o cenário político egípcio. É importante salientar que, apesar do fim da unidade política entre o Egito e a Síria, o presidente egípcio continuou a participar das atividades externas no mundo árabe e a rádio “Voz dos Árabes” manteve o tom de crítica aos partidos conservados e pró-ocidentais.

Em 1962, a liderança de Nasser estava comprometida, afinal, seus inimigos haviam sido eleitos nos diversos países da região. Assim, o presidente egípcio se esforçou, por meio da revolta iemenita¹³, para aumentar a sua popularidade e

¹³ O golpe político no Iêmen ocorreu no dia 28 de setembro de 1968, com alguns militares rebelando-se contra o rei iemenita, Muhammad al-Badr. Os oficiais ocuparam as principais cidades do país e declaram Abdulah Sallal o presidente da nova República. Contudo, a família real iemenita havia escapado e, o tio de Badr, Emir Hassan, que morava nos Estados Unidos, foi para Arábia Saudita buscar apoio contra o novo governo instalado no seu país. Durante o transcorrer do conflito, Nasser ofereceu ao Iêmen armas e soldados egípcios. A principal consequência do conflito foi o mal-estar criado entre os estadunidenses e os egípcios, uma vez que o primeiro pedia por um cessar fogo. No

continuar a sua proposta de ajudar os grupos revolucionários de forma a diminuir a influência conservadora e estrangeira nos demais países árabes.

No mesmo período, o presidente do Iraque foi deposto pelo coronel Araf, o qual tornou-se o novo presidente. As consequências foram muitas, entre elas, a retomada das relações diplomáticas com Cairo, afinal, o antigo governo de Kassem era contra a grande influência exercida por Nasser e diminuiu as relações entre eles. Na Síria, o governo anti-nasserista havia caído, após um novo golpe, fato esse que permitiu aos governos egípcio e sírio voltarem a ter relações políticas. Assim, “[...] havia agora cinco países árabes – Síria, Iraque, Egito, Argélia e Iêmen – que se consideravam a si próprios e uns aos outros como ‘Estados árabes libertadores’” (MANSFIELD, 1967, p. 60).

Contudo a popularidade do Egito foi recuperada entre os chefes árabes, isso ocorreu por causa de Israel e a utilização do Rio Jordão. Assim, no dia 23 de dezembro de 1963 foi realizada uma conferência entre os líderes políticos do Oriente Médio para que discutissem o assunto e o Egito ficaria com a pior parte caso eclodisse um conflito com os israelenses. Esse conflito evidenciava-se em 1964, com a iniciativa de Israel em mudar o curso das águas do rio para o deserto de Negev. Portanto, após a reunião entre os estadistas, as relações de Nasser com o mundo árabe melhoraram. Isto permitiu que ele restabelecesse as relações diplomáticas com grande parte dos Estados da região. Desta forma, o evento sinalizou que o único Estado que poderia se impor à força israelense seria o Egito.

Desde a criação de Israel, em 1948, inúmeros palestinos fugiram de seu país e encontraram refúgio nos países árabes. No entanto, a nova geração de palestinos, na década 1960, estava impaciente pela sua situação política e pela demora dos estadistas árabes em colocarem em prática suas promessas de libertar a Palestina do jugo israelense. Isso fez com que surgissem inúmeros grupos ativistas que apoiavam a libertação do território palestino, entre eles, o Movimento de Libertação Nacional da Palestina, comumente conhecido como Fatah, em 1959.

Em 1964, na reunião acerca do imbróglie sobre o Rio Jordão, Nasser solicitou ao diplomata palestino, Ahmed al-Shuquari, que criasse um novo grupo para

entanto, este conflito fez com que as relações com os outros países árabes fossem amenizadas em 1964.

organizar um movimento que lutasse pelo seu território, isto levou à criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que reivindicaria a região da Transjordânia como o novo lar para os palestinos – resultando em conflito com a Jordânia. Assim, tanto o Fatah quanto outros ativistas nacionalistas aderiram à OLP e constituíram um braço armado (ALEXANDER, 2005). A tentativa de Nasser em controlar o movimento palestino foi em vão, apesar de seu apoio, os diversos países árabes colocaram inúmeros empecilhos na organização palestina.

Apesar do seu apoio à causa palestina, Nasser não queria entrar em guerra com Israel. Isto fez com que muitos ativistas palestinos encontrassem espaço no cenário político da Síria, em que um golpe trouxe o grupo Baath ao poder do país, em 1966. A tensão entre a Síria e Israel se tornou latente, pois os governantes israelenses culpavam a Síria pelo problema dos inúmeros ataques pelas guerrilhas palestinas, por meio das Colinas de Golã. A situação piorou com a iniciativa de transformar a região fronteira, entre a Síria e Israel, em uma área desmilitarizada. O ato foi entendido como uma provocação israelense à Síria. Quando um blindado israelense surgiu na região conflituosa, no dia 7 de abril de 1967, a Síria investiu contra Israel, que contra-atacou e destruiu parte dos armamentos sírios. O comandante israelense, Yitzhak Rabin, ameaçou invadir a Síria, caso continuassem os ataques ao seu país.

Cabe trazer o fato de que o Egito havia assinado um acordo de defesa mútua com a Síria e, com o contínuo avanço do exército israelense à fronteira síria, Nasser mobilizou tropas egípcias na região do Sinai e fechou o Golfo de Aqaba aos navios israelenses para evitar um futuro conflito. No entanto, em 5 de junho de 1967, Israel abriu ataque preventivo contra o Egito, Síria e a Jordânia. O inesperado ataque fez com que grande parte do armamento egípcio fosse destruído e, no dia seguinte, Israel dominou a região do Sinai. As forças armadas de Israel também conquistaram as cidades de Hebron e Belém, pertencentes à Jordânia – que durante o conflito optou por apoiar Nasser –, e a Colinas de Golã, da Síria. A guerra durou seis dias e levou os Estados árabes à derrota. Além disso, a guerra serviu de pretexto para que Israel dominasse completamente a cidade de Jerusalém. Demonstrando o envolvimento das potências dos conflitos, jatos norte-americanos e britânicos foram acusados de ter ajudado Israel (ALEXANDER, 2005).

Além das inúmeras perdas materiais, a derrota egípcia demonstrou a fraqueza do exército de seu país. Ainda repercutiu diretamente na imagem de Nasser, pois levou a crer que o herói do nacionalismo era somente um chefe político governando um sistema político falido de um país terceiro-mundista (OSMAN, 2011). Na verdade,

The 1967 War exposed the shortcomings of Nasser's foreign policy. His military intervention in Yemen cost Egypt heavily and overstretched his army while his reliance on Soviet intelligence to deter an Israeli attack proved to be disastrous. Indeed, Nasser's failure paved the way for an eventual pro Western reorientation of Egypt's foreign policy (DARWISHEH, 2015, p. 46/47)¹⁴.

A partir desse momento, o programa de desenvolvimento nasserista começou a ser questionado e inúmeros egípcios protestaram contra a derrota na Guerra dos Seis Dias. Assim, “[...] the scar was not of the military defeat, but of the crumbling of the belief in the hero. In the eyes of the millions who once believed in him, the messiah no longer walked on water; he almost drowned”¹⁵ (OSMAN, 2011, p. 73).

Frente ao momento político bastante adverso, Nasser resolveu renunciar, ao vivo pela televisão, contudo, milhares de pessoas foram às ruas para pedir sua permanência na presidência do Egito (OSMAN, 2011). Ao aceitar o clamor popular, entre 1967 a 1970, Nasser procurou reverter as perdas militares e ampliar o programa de industrialização egípcia. Além disso, Nasser restabeleceu as relações diplomáticas com o Rei Hussein da Jordânia e conseguiu amenizar os problemas fronteiriços com Israel.

A última contribuição nasserista ao Oriente Médio foi a tentativa de amenizar os problemas com as guerrilhas palestinas que viviam nos países árabes. Grandes partes delas era formada por jovens que estavam desiludidos com a diminuição da influência nacionalista devido à Guerra dos Seis Dias, contra Israel, e, por isso, decidiram criar movimentos armados para enfrentar o inimigo por conta própria. A

¹⁴ “A Guerra de 1967 expôs as deficiências da política externa de Nasser. A sua intervenção militar no Iêmen custou muito ao Egito e sobrecarregou o seu exército, enquanto a sua confiança na Inteligência Soviética para deter o ataque israelense se revelou desastrosa. Na verdade, o fracasso de Nasser pavimentou o caminho para uma eventual reorientação pró-ocidental da política externa do Egito” (Tradução nossa).

¹⁵ “[...] a cicatriz não era pela perda militar, mas o esfarelamento na crença no herói. Aos olhos de milhões de quem acreditou nele, o Messias não logo andou sob a água; ele quase se afogou” (Tradução nossa).

situação piorou quando Nasser, seguido pelo Rei Hussein, aceitaram a resolução 242 da ONU para tentar estabelecer paz entre Israel e outros países árabes – o presidente egípcio desejava acabar com os constantes ataques na fronteira do Canal de Suez. Isto foi malvisto pelos refugiados palestinos, pois acreditavam que o mundo árabe não se importava com o problema da Palestina.

Ao mesmo tempo, esses movimentos palestinos criaram uma grande base no campo de refugiados na cidade jordaniana de Amã. O país era governado por uma monarquia e por uma elite que não era descendente de palestinos, apesar da grande massa da população advir da Palestina. Com a Guerra dos Seis Dias, inúmeros palestinos se refugiaram na Jordânia e passaram a dar suporte à causa Palestina. Assim, gradualmente muitos desses grupos passaram a controlar grande parte da cidade e a atacar territórios israelenses. Em 1970, a situação jordaniana agravou-se com o rapto de quatro aviões comerciais. No entanto, um dos raptos falhou e a militante palestina Leila Khaled foi presa. As negociações entre os passageiros dos demais aviões e a libertação da militante teve início e, Nasser foi convidado, pelos Estados Unidos, a ajudar no processo. Após um período de conversação, Khaled e os reféns foram soltos. Dias depois, o exército jordaniano iniciou perseguições contra essas guerrilhas palestinas, o que levou à expulsão de milhares de palestinos da Jordânia. Os trágicos eventos ocorridos nesse período passaram a ser conhecido por Setembro Negro (ALEXANDER, 2005).

As negociações entre Jordânia e OLP, patrocinadas por Nasser, levaram à assinatura de um acordo entre as partes e deixaram o rastro de morte entre os palestinos. Este foi seu último ato como estadista, uma vez que veio a falecer na sequência e Anwar al-Sadat assumiria o governo do Egito. Com a morte de Nasser, o ciclo do nacionalismo e pan-arabismo foi encerrado, pelo menos nos moldes que havia sido proposto por seu mentor.

3.4 O que restou do legado de Gamal Abdel Nasser

A Revolução Egípcia, encabeçada por Nasser, em 1952, foi uma quebra de paradigmas. Afinal, os interesses e os anseios da população, até aquele momento, estavam em segundo plano. Com a ascensão de Nasser, essa situação se reverteu e os egípcios passaram a ser a base da sua política.

A reforma agrária foi a pedra angular do governo revolucionário, já que os camponeses teriam acesso às escassas terras férteis. Esta reforma e implantação do modelo socialista tinham como objetivo diminuir a lacuna social. Além disso, a expulsão dos britânicos do Egito e, a nacionalização do Canal de Suez e das empresas privadas – principalmente, as estrangeiras –, deram maior credibilidade ao governo de Nasser. Outros fatores importantes foram a constituição de um país laico, no qual a religião deveria se limitar à esfera privada, e, a ampliação do nacionalismo em outras regiões.

No entanto, o principal problema na constituição do Estado egípcio foi criar instituições política autônomas, além da dificuldade de dar seguimento ao programa de desenvolvimento era que estava centralizado na figura de Nasser. Isto é, “[...] the consent of the people, the basis of legitimacy upon which the entire Nasserite Project had been based, was positioned as a mandate for the man himself – not for the Project” (OSMAN, 2011, p. 78)¹⁶. Esta autocracia nasserista também pressionou para uma criação contínua de novos projetos, dificultando, assim, o amadurecimento do programa de desenvolvimento egípcio. Isto permitiu que os sucessores de Nasser pudessem modificar as transformações trazidas durante o seu governo. Sadat agiu dessa maneira ao dissolver o socialismo, afastar-se da política pan-arabista e da URSS, aproximar-se dos EUA e da Arábia Saudita, além de trazer o capitalismo ao país. Há de se destacar, ainda, o aumento da participação de grupos islamitas.

¹⁶ “[...] o consenso da população, base da legitimidade sob a qual todo projeto Nasserista estava baseado, era posicionado como mandato do homem em si – não pelo projeto” (Tradução nossa).

4 GOVERNO DO ANWAR AL-SADAT

O governo de Anwar al-Sadat promoveu uma ruptura com os antigos valores nasseristas, principalmente, no que concerne às relações diplomáticas com a União Soviética, o fim do pan-arabismo e do movimento político dos Países Não-Alinhados.

No período entre 1970 e 1981, o Estado egípcio passou por profundas mudanças. No plano econômico, Sadat estabeleceu a política econômica denominada *Infitah* (abertura), na qual, rompeu com os aspectos socialistas, iniciou um novo ciclo de penetração do capital e instituições estrangeiras, e, promoveu o crescimento do modelo neoliberal. Já no aspecto social houve um aumento na lacuna entre ricos e pobres – com o surgimento de novos milionários egípcios, além da bipolarização da população entre os muçulmanos fundamentalistas e os católicos coptas. No cenário político, a administração de Sadat se aproximou dos países árabes conservadores¹⁷, principalmente, a Arábia Saudita, e dos Estados Unidos. Além disso, nesse período ocorreu a aproximação com Israel e o Egito se tornou o primeiro país árabe a reconhecer a existência do estado judaico. O resultado imediato deste ato foi a exclusão da centralidade política que o Egito exercia entre os países do Oriente Médio e, também, seu isolamento na região.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo analisar os principais eventos que caracterizam o governo do terceiro presidente egípcio. Buscando elucidar as transformações ocorridas no país até o assassinato de Sadat.

4.1 O surgimento do último Faraó egípcio

Anwar al-Sadat nasceu em 25 de dezembro de 1918, na pequena aldeia Mit Abu el-Kom, ao norte do Egito. Oriundo de uma família simples, teve sua personalidade marcada pela pobreza e racismo vivenciado desde a infância; desse modo, “[...] the boy became submissive – he had to be – but beneath the submissiveness there was a lurking hidden streak of violence, which was to make

¹⁷ Países caracterizados, especialmente a Arábia Saudita, pela influência religiosa e aproximação com os Estados estrangeiros (ROCHE, 2011). Representavam a oposição ao governo laico promovido por Nasser e, ao anti-imperialismo (VEIGUINHA, 2010).

him in later life a ready participant in assassination conspiracies”¹⁸ (HEIKAL, 1983, p. 11).

Posteriormente, as conexões de seu pai com o exército britânico foram importantes para a ascensão de Sadat na escola militar, algo incomum antes do Tratado Anglo-Egípcio, de 26 de agosto de 1936. Este acordo permitiu que alunos menos favorecidos socialmente fossem aceitos no exército egípcio, como Gamal Abdel Nasser e Anwar al-Sadat. Assim, após um período curto de treinamento dentro da escola militar, Sadat foi designado segundo-tenente da infantaria, em 1938 (ALTERMAN, 1998).

Logo após o fim do curso na academia militar, Sadat foi transferido para Manqabad, cidade localizada no Alto Egito, local em que conheceu Nasser. No entanto, em 1940, Nasser foi enviado ao Sudão e Sadat optou por incorporar o Corpo de Sinais, em Maadi. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Egito foi arrastado ao combate pelo exército britânico, apesar de se considerar neutro no conflito.

Como exposto anteriormente, havia três esferas de influências no cenário político egípcio, entre elas, o Palácio – liderado pelo rei Farouk I, desde 1936 –, o partido Wafd, e, os Britânicos – representado pelo embaixador Sir. Miles Lampson. O rei egípcio nutria simpatia pelas políticas do Eixo, principalmente, após as vitórias do exército alemão na Alemanha e na França. O seu Primeiro-Ministro, Ali Maher, também era simpatizante do Eixo, apesar disso, acreditava na possibilidade da aproximação egípcia com os seus países vizinhos (MANSFIELD, 1967)

As visões arabistas de Maher influenciaram Hassan al-Banna, fundador e primeiro-guia do grupo islamita denominado Irmandade Muçulmana (PIRES, 2013). Dessa forma, o crescimento da Irmandade era bem visto pelo Palácio, principalmente pela intenção de utilizar esse grupo contra o Wafd – partido que exercia grande influência na população egípcia e dificultava a ascensão do rei, haja vista ainda não possuir a maioria penal necessária para exercer suas funções. Isso permitiu que Banna pudesse expor sua concepção religiosa, e, um dos locais visitados pelo guia da Irmandade foi Maadi, localidade em que Sadat se encontrava.

¹⁸ “[...] o garoto se tornou submisso – ele tinha que ser – mas por baixo dessa submissão havia um observador oculto com tendências à violência, as quais fizeram com que ele, na sua idade avançada, fosse um ávido participante das conspirações de assassinatos” (Tradução nossa).

Apesar da grande admiração gerada pelo discurso do líder da Irmandade, Sadat não se tornou membro do grupo fundamentalista (HEIKAL, 1983).

Nesse mesmo período, Sadat também conheceu o oficial das forças armadas, Hassan Ezzat, o qual fazia parte de um grupo clandestino que mantinha contato com o General Aziz el-Masri. A intenção do grupo era a aproximação com o exército alemão e, com os armamentos obtidos junto a eles, retirar a Inglaterra do Egito e transformá-lo em um país, de fato, independente.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Sadat esteve envolvido em ações que visavam destituir do poder o rei Farouk, contudo, nem sempre foram efetivas. Além disso, devido ao poder de Farouk, todos os envolvidos na tentativa de golpe que sofrera, tiveram algum tipo de punição e Sadat acabou sendo preso em 1946, mas libertado dois anos depois.

Após sair da prisão, Sadat dedicou-se aos negócios de empreiteiro e numa editora, no entanto, seu interesse era retornar ao exército. No intuito de alcançar seus objetivos, Sadat retomou antigos contatos que o levam ao rei Farouk. Argumentando de que havia sido absolvido pela Justiça nas acusações de conspiração, conseguiu o perdão real e foi reincorporado ao exército egípcio (HEIKAL, 1983).

Assim, no dia 15 de janeiro de 1950, Sadat voltou a ser capitão do exército, ocupando o seu antigo posto. Entretanto, devido ao seu histórico de conspiração e assassinato, Sadat foi enviado para Rafah, localizada a nordeste do Sinai. Posteriormente, em 1951, Nasser entrou em contato com Sadat para convidá-lo a fazer parte do grupo clandestino Oficiais Livres devido ao seu contato com o Palácio.

Os representantes dos Oficiais Livres no Sinai eram Gamal Salem e Salah Salem e, assim, Sadat ficou atrelado às ordens deles. No plano original, essa divisão militar teria como objetivo cortar as linhas de comunicação do Cairo, entretanto, Nasser não tinha certeza da participação de Sadat no plano. Assim, o golpe estava marcado para agosto, no entanto, a revolução teve que ser adiantada para 23 de julho de 1952. Transcorrido conforme planejado, os Oficiais Livres conseguiram implementar seu plano e na manhã de 23 de julho, Sadat foi escolhido, por Nasser, para publicizar os fatos à população.

Como desdobramento do processo revolucionário, Sadat foi até Alexandria para levar um ultimato ao rei Farouk, qual seja, que abdicasse ao trono em favor de seu filho ou seria deposto. Além disso, nesse mesmo período, o Cônsul-geral britânico foi ao encontro do Comitê Revolucionário para sondá-lo acerca das propostas do novo governo. Os novos “donos do poder” trataram de tranquilizá-lo.

Após a revolução, em julho de 1952, Sadat não exerceu nenhum papel proeminente na política egípcia. A ele foi atribuído o jornal *Gomhouriyeh*, o qual se tornou editor – principalmente, devido à sua breve experiência no ramo jornalístico. O principal propósito do jornal era expressar as opiniões do Comitê da Revolução. Em 1955, após uma controvérsia entre Sadat e o Secretário de Estados britânico, Dulles, a saída foi transferi-lo para o cargo de Secretário-geral do Congresso Islâmico, no Cairo.

Em 1962, enquanto Secretário-geral, Sadat foi procurado pelo comerciante iemenita, Abdel Ghani el-Mutahhar. Ele trouxe informações de que o Coronel Ali Abdel Mughni planejava derrubar o rei Ahmad bin Yahya e instaurar um governo republicano. Mutahhar esperava que os Oficiais Livres apoiassem o movimento do grupo clandestino iemenita. Assim, Sadat repassou a informação a Nasser sobre o golpe e expressou seu apoio ao Coronel iemenita. Com a morte do Imã Ahmad, em setembro, os planos do golpe foram antecipados e, com a morte de Mughni, a pressão para a participação do Egito no movimento, por parte de Sadat, foi maior. Isto resultou no bombardeamento do país pela força aérea egípcia e o desencadeamento de uma guerra civil na qual o Egito estava atrelado ao grupo nacionalista republicano e os monarquistas estavam apoiados pelos sauditas, norte-americanos e israelenses (HEIKAL, 1983).

Resultado da política nasserista, o envolvimento do Egito em questões do Oriente Médio provocou a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e sua resultante derrota. O momento posterior à guerra contra os israelenses foi difícil para o Egito, pois Nasser precisava recuperar a situação caótica que o país se encontrava. Assim, tentou reconstruir as forças armadas, a economia e a política egípcia. Também nomeou Sadat como presidente do Comitê Revolucionário enquanto Nasser esteve doente – após sofrer o primeiro ataque cardíaco, em 1969. No entanto, o então

presidente do Egito se recuperou rapidamente e, no mês de dezembro, pôde participar da Conferência da Cúpula Árabe, em Rabat, e nomeou Sadat como vice-presidente (HEIKAL, 1983).

O período compreendido entre a reunião em Rabat e a morte de Nasser, em 28 de setembro de 1970, foi marcado por uma grande atividade diplomática, devido aos problemas de atritos ocorridos entre a fronteira egípcia e israelense. Assim, em 25 de junho de 1970, o Secretário de Estado norte-americano, William Rogers, propôs um novo acordo de paz entre os dois países e, para a surpresa de todos, Nasser decidiu aceitar. Ele tinha a intenção de transformar a guerra de atrito com Israel, de um nível local para o de superpotência, isto é, atrair os Estados Unidos e a União Soviética para a região.

Nasser veio a falecer de ataque cardíaco, no dia 28 de setembro de 1970. Em seguida, o grupo mais próximo ao ex-presidente decidiu que quem deveria assumir o governo deveria ser o vice por um período de sessenta dias até que se fizesse um plebiscito. Ao mesmo tempo em que Sadat anunciava as transformações ocorridas no Egito, teve de enfrentar as dificuldades político-econômicas do país. Dentre elas, as iniciativas americanas de Rogers¹⁹, às agressões fronteiriças com Israel – devido ao Sinai –, e, os problemas entre o rei Hussein, da Jordânia, e os palestinos (HEIKAL, 1983).

Nesse mesmo período, Sadat iniciou a sua campanha eleitoral, conjuntamente com Heikal – que havia resignado o Ministério de Informação –, para o plebiscito. A proposta de Sadat era continuar as ações realizadas por Nasser, além de reforçar que ele era a escolha do ex-presidente –, afinal, ele havia escolhido Sadat como seu vice-presidente. O resultado foi a eleição de Anwar al-Sadat como o próximo presidente egípcio, no dia 15 de outubro de 1970. Afinal, “[...] his ascension to the presidency was primarily a result of the power vacuum following Nasser’s sudden death”²⁰ (OSMAN, 2011, p. 129)

¹⁹ William Roger foi Secretário de Estado dos Estados Unidos e propôs um novo acordo de paz entre o Egito e Israel no intuito de tentar encontrar uma solução para os problemas fronteiriços entre os dois países, principalmente, após a derrota de Nasser na Guerra dos Seis Dias, em 1967.

²⁰ “[...] a ascensão dele na presidência era, primordialmente, um resultado de um vácuo de poder seguido pela morte de Nasser” (Tradução nossa).

4.2 A descontinuidade nasserista

Após assumir a presidência do Egito, a primeira ação de Sadat foi a implantação da Revolução Corretiva, estabelecida em 15 de maio de 1971. A crise iniciou em 21 abril, ocasião em que foi realizada a reunião do Alto Comitê Executivo da União Socialista (Higher Executive Committee of the Socialist Union), a pauta da discussão era a união entre o Egito, Síria e Líbia. Caso a união fosse ratificada, novas instituições e eleições seriam criadas e Sadat poderia eliminar os seus concorrentes, principalmente, Ali Sabri – era crítico ferrenho à proposta de união (HEIKAL, 1983).

Por fim, a união entre os três países não ocorreu e Sadat procurou mudar a maneira de atuação do Egito no cenário regional, para tanto, o exército egípcio desejava terminar a Guerra de Atrito com Israel – a qual vinha ocorrendo desde a perda do Sinai. Na realidade, Sadat acreditava que Nasser havia errado por não ter admitido sua derrota em 1967, também não era favorável à aliança com a União Soviética. Para Sadat, o Egito precisava da ajuda norte-americana para recuperar a economia egípcia, no entanto, paradoxalmente, o primeiro grande acordo do Egito, em 1971, foi com os soviéticos, fato que alarmou os americanos.

O indicativo de o alinhamento do Egito aos soviéticos fez com que os Estados Unidos buscassem a intermediação dos sauditas para trazerem Sadat para sua órbita. O grande empecilho para qualquer tipo de aproximação estava fundamentado no fato de que o Egito dependia financeiramente da ajuda soviética, também, os Estados Unidos eram parceiros dos israelenses.

Assim, Sadat tentou equilibrar as influências norte-americana e russa adotando estratégias distintas. Por um lado, utilizava a Arábia Saudita para intermediar ações com os EUA e, no que tange à União Soviética, fazia com que as superpotências não adivinhassem qual seria seu próximo passo. Este procedimento foi mantido até que Sadat decidiu expulsar os especialistas russos do país e abriu a possibilidade para aproximar-se dos EUA.

À parte a tentativa de aproximação com os EUA, a tensão gerada pela guerra de atrito, cada vez mais, aumentava e os países árabes esperavam que o presidente egípcio intervisse em Israel e buscasse, indiretamente, recuperar o Sinai – parte do território egípcio que foi perdido para israelenses após a Guerra dos Seis Dias. Com

protestos advindos, inclusive, da população egípcia, Sadat sabia que precisaria se decidir sobre a guerra contra Israel, pois a tensão poderia se elevar um nível que não seria capaz de controlar.

A demora em adotar uma estratégia de atuação, de acordo com Buckwalter, foi um fator relevante para seu resultado final, assim,

[Sadat] accepted U.S.-mediated negotiations, but proclaimed 1971 the “year of decision” if diplomacy failed to dislodge the Israelis from the Sinai. When 1971 passed with no Egyptian action, Sadat’s proclamation was seen as a mere bluff. Later in July 1972, when Sadat expelled over twenty thousand Soviet advisers, Egypt seemed even less able to impose a military solution. Few realized that the expulsion of the Soviets, by providing more freedom of action for Sadat, was a precursor to war. Despite this expulsion, Sadat was able to obtain agreement for increased Soviet arms deliveries in late 1972, and arms and advisors began to flow in early 1973—arms that helped make war more feasible. (BUCKWALTER, 2012, p. 119-120)²¹

E, quando Sadat permitiu a coalização com a Síria, contra Israel, o início do conflito foi um sucesso para o exército egípcio, o qual conseguiu importantes vitórias. No entanto, a insegurança de Sadat e a demora em elaborar um segundo plano fez com que a situação se revertesse e ocasionasse a vitória israelense, em 26 de outubro de 1973. Com o final da guerra, os países árabes adotaram o embargo econômico à exportação de petróleo aos países ocidentais, principalmente, aos Estados Unidos e à Holanda (HOURANI, 2007).

É fato que com o início dos conflitos houve o posicionamento indireto das potências de acordo com seus interesses regionais, desse modo, os EUA apoiaram Israel e os soviéticos se mantiveram ao lado dos países árabes (HOURANI, 2007). No entanto, com o final da guerra, Sadat buscou a aproximação aos americanos e, com isso, iniciou o processo de isolamento do Egito em relação aos demais países árabes, isto é,

²¹ “[Sadat] aceitou os Estados Unidos- mediante negociações, no entanto, ela aclamou que 1971 era o “ano da decisão” se a diplomacia não conseguisse deslocar os israelenses de Sinai. Quando o ano de 1971 com nenhuma ação egípcia, a proclamação de Sadat foi vista como um blefe. No final de julho de 1972, quando Sadat expulsou cerca de 20 mil assessores soviéticos, o Egito parecia ainda menos capaz de impor uma solução militar. Poucos compreenderam que a expulsão dos Soviéticos, além de proporcionar maior liberdade de ação, foi um propulsor para a guerra. Apesar da expulsão, Sadat obteve acordos para aumentar o fornecimento de armas soviéticas, no final de 1972, e assim, o armamento e os assessores começaram a escorrer no começo de 1973- armas que tornaram a guerra mais viável” (Tradução nossa).

For the first time all Arabs were United in action. The two superpowers were impotent; Western Europe distraught; Israel under great pressure; the oil weapon really biting. But what Sadat wanted to do as quickly as possible was to get in touch with the Americans and arrange matter with them (HEIKAL, 1983, p. 51)²².

Para consagrar seu projeto de aproximação, Sadat enviou seu Ministro das Relações Internacionais, Ismail Fahmy, a Washington, com o objetivo de preparar a visita de Kissinger ao Egito – que ocorreria no final de outubro. Essa seria a primeira visita do diplomata norte-americano ao Oriente Médio. Kissinger chegou ao Egito em 6 de novembro de 1973 e no dia seguinte participou de uma reunião com Sadat. Em linhas gerais, a reunião teve como temas o fim da influência soviética no país, o desejo de Sadat em promover um acordo de paz com Israel – os Estados Unidos deveriam ser os mediadores – e o fim do programa socialista nasserista, o qual deveria ser substituído pelo modelo capitalista norte-americano. Além disso, Sadat expôs que os norte-americanos deveriam ser responsáveis por sua segurança, caso fosse estabelecido algum acordo de paz com os israelenses. Neste sentido, Hourani (2007) expõe que,

Para Sadat, a guerra de 1973 não tinha sido travada para conseguir vitória militar, mas para dar uma chacoalhada nas superpotências, a fim de que elas tomassem a iniciativa na negociação de algum acordo entre Israel e os países árabes que impedisse outra crise e um confronto direto (HOURANI, 2007, p. 546).

Com o fluxo de dinheiro advindo dos países árabes e dos norte-americanos, a sociedade egípcia começou a se transformar. Até 1952, grande parte das companhias e indústrias pertencia aos estrangeiros, no entanto, com a Revolução essa situação se reverteu. A partir de 1953, a grande parte indústria egípcia passou a pertencer ao setor público, o qual serviu de base para o desenvolvimento econômico do país. E, sob a administração de Anwar al-Sadat, novos grupos estavam emergindo, entre eles, famílias tradicionais, as quais conseguiram enriquecer por meio da produção de petróleo e aqueles que possuíam a capacidade de garantir influência nos bancos e nas companhias estrangeiras.

²² “Pela primeira vez, todos os árabes estavam unidos em ação. As duas grandes superpotências estavam impotentes. A Europa Ocidental estava distraída; Israel estava sob grande pressão; a utilização do petróleo como arma política realmente funcionou. Mas o que Sadat queria fazer, o mais rápido possível, era entrar em contato com os americanos e arranjar acordos com eles” (Tradução nossa).

Novas legislações foram criadas, assim, em 1974, a prática de egípcios de se tornarem agentes de companhias tornou-se legal. Em junho, a lei nº 43 foi criada com o objetivo de atrair o investimento externo por meio da isenção de imposto por um período de dez anos; além disso, Port Said foi transformado em um porto livre. Na verdade, “[...] anyone who had foreign currency could import anything he liked and sell it to a population hungry for consumer goods- and made more hungry by their constant advertisement on television” (HEIKAL, 1983, p.86)²³. Assim, esta entrada de capital estrangeiro foi investida nas construções de prédios, contratos, turismo e produtos de consumo, principalmente, de luxo. O nome oficial da nova política egípcia era *Infitah*, a qual constituía a abertura do Egito aos patrocinadores e homens de negócios estrangeiros. Desse modo, “[...] *Al-infitah* was in origin a political rather than an economic strategy. After the 1973 war, Sadat had both the political capital and the courage to break with Nasserism and preach a whole new political strategy to Egyptians”²⁴ (OSMAN, 2011, p. 129)

A transformação da sociedade egípcia foi significativa, os antigos donos de terras – que dominavam e exploravam a população egípcia –, foram banidos da sociedade com a revolução de 1952, e, no novo governo de Sadat, estes latifundiários egípcios foram substituídos por estrangeiros que não tinham qualquer raiz no Egito. Assim, a nova política econômica substituiu o setor público pelas empresas privadas, as quais foram privilegiadas por uma legislação mais flexível. Além disso, nesse período a taxa de inflação começou a subir, até que em 1979 a taxa oficial era, aproximadamente, entre 30% a 35% (HEIKAL, 1983, p.87).

A maioria dos jovens egípcios, ao sair da escola e da universidade, não tinha perspectiva de encontrar oportunidade de empregos no novo Egito. Muitos deles tinham de encarar três opções, entre elas, o desemprego, tornarem desabrigados ou a emigração. Durante esse período, muitos egípcios emigraram para outros países árabes, e essa opção não se restringiu aos intelectuais, pois inúmeros trabalhadores e camponeses (*fellahin*) seguiram o mesmo destino. Assim, a “[...] egyptian society had become polarized between the ‘fat cats’ (milionários) and their hangers-on,

²³ “[...] qualquer um que tenha moeda estrangeira poderia importar qualquer coisa que deseje e vender isto para uma população ávida por produtos de consumo – e saciar mais famintos por pelos constantes comerciais na televisão” (Tradução nossa).

²⁴ “[...] A *intifah* tinha origem política do que uma estratégia econômica. Depois da Guerra de 1973, Sadat tinha os dois, capital político e a coragem de romper com o Nasserismo e pregar uma nova estratégia política aos egípcios” (Tradução nossa).

perhaps 150,000 people at most, on one side, and the rest of the population on the other”²⁵ (HEIKAL, 1983, p. 88).

Com a crescente importação de produtos de consumo, principalmente, de luxo, o país aumentou drasticamente suas dívidas. Assim, em 1976, o representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) enviou um memorando ao Ministro da Economia, Dr. Zeki Shafei, apontando algumas mudanças econômicas necessárias, entre elas, a desvalorização da libra egípcia e a redução nos subsídios a alguns produtos básicos para a população – os quais o governo, por anos, vinha mantendo –, dentre eles, arroz, lentilha, açúcar, gasolina e roupas.

Sem margem de manobra para negociações, o governo decidiu pela racionalização dos subsídios. Assim, o anúncio dos cortes fez com que ocorressem inúmeros protestos por toda Alexandria e Cairo, e, aos poucos fossem se movendo para o interior do país. Frente aos conflitos que surgiram, inclusive com a utilização das forças armadas contra a população, Sadat anunciou que as recomendações de cortar os subsídios estavam canceladas. Isso fez com que a legitimidade do governo de Sadat fosse quebrada, isto é,

If the régime in a Third World country finds that ordinary political measures fail, and that even the new methods of persuasion it exercises through the radio and television have no effect, which the result that it is forced back to such desperate expedients as martial law, curfews and calling in the army, then it must be recognize that its legitimacy is broken (HEIKAL, 1983, p. 92)²⁶.

Após a situação ter sido controlada, Sadat teve de lidar com as transformações políticas que os Estados Unidos vivenciaram com a renúncia de Nixon e o curto período de governo de Ford. A percepção do governante egípcio era de que Carter (1977-1981) não manteria as relações entre os dois países no mesmo patamar que seus antecessores. Além da preocupação da nova presidência norte-americana, Sadat também se encontrava isolado no Oriente Médio – com poucas relações diplomáticas.

²⁵ “[...] sociedade egípcia se tornou polarizada entre os ‘gatos gordos’ (milionários) e os seus parasitas, por volta de 150 mil pessoas na maioria, de um lado, e o resto da população no outro” (Tradução nossa).

²⁶ “Se o regime em um país do Terceiro Mundo perceber que a política comum falha, e que mesmo os métodos de persuasões, por meio da rádio e da televisão, não produzem nenhum efeito, com a utilização desesperados recursos com lei marcial, toque de recolher e chamar o exército, então é preciso reconhecer que a legitimidade está quebrada” (Tradução nossa).

A primeira reunião com o novo presidente norte-americano, Jimmy Carter transcorreu normalmente. O encontro foi pautado pelo acordo estabelecido entre Sadat e Kissinger, no qual o Egito iniciaria as negociações com Israel, no intuito de estabelecerem um acordo de paz. Carter queria avançar nas tratativas e também Sadat demonstrou interesse em encontrar uma solução que trouxesse o Sinai para o Egito novamente. Assim, Israel e o Egito promoveram um acordo de paz baseado na Resolução do Conselho de Segurança 242 – que ficou conhecido por Camp David –, e fora assinado na cidade de Washington, no dia 26 de março de 1979. O acordo foi dividido em duas esferas, a primeira determinava o estabelecimento da autonomia aos cidadãos palestinos na região da Faixa de Gaza e, da Cisjordânia. Na segunda esfera constava a resolução dos principais problemas entre os egípcios e os israelenses. O tratado de paz foi mediado pelos Estados Unidos e configurou-se no primeiro acordo de paz entre um país árabe e Israel (SALEM, 1991).

Apesar de Shimon Peres não ter sido eleito primeiro-ministro de Israel – fato que apontava para dificuldade nas futuras negociações com o Egito –, o eleito, Menachem Begin, do Partido Likud, aceitou ir a Washington conversar com o presidente norte-americano sobre o processo de paz que vinha sendo negociado. Contrariando as expectativas, Begin demonstrou estar suscetível a um processo negocial com o Egito, contudo, não gostaria que transcorresse na clandestinidade.

No mesmo período, como prova de interesse na aproximação entre os dois países, Israel informou ao governo egípcio sobre uma possível conspiração contra Sadat. Assim, o Diretor da Inteligência Militar do Egito foi enviado ao Marrocos para encontrar com o Diretor da Inteligência de Israel, Mossad, o qual informou que Muammar al-Gadaffi, presidente da Líbia, possuía um plano para assassinar Sadat. Apesar de não possuir evidências concretas, o presidente egípcio – que já sofria críticas de Gadaffi desde o início do processo de aproximação com o Israel – acreditou nas palavras do oficial israelense e desencadeou uma guerra contra a Líbia, em 1977, de curtíssima duração (HEIKAL, 1983).

Receoso acerca do melhor encaminhamento a ser dado nas negociações com Israel, Sadat recorreu ao presidente romeno, Ceausescu – o qual matinha relações com Israel – que o aconselhou a manter um encontro secreto com o primeiro-ministro israelense para analisar suas intenções. No entanto, Sadat não pretendia manter secreta sua relação com os israelenses. Assim, ao retornar da

Romênia, Sadat decidiu ir pessoalmente a Jerusalém, encerrando a clandestinidade da relação entre os dois países. Com este ato, em 9 de dezembro, na abertura do Parlamento, o chefe de Estado egípcio discutiu a real possibilidade de um acordo de paz entre Israel e o Egito, o qual muitos egípcios não acreditaram.

Quando a notícia se tornou realidade, Sadat transformou-se em um ícone mundial, principalmente no Ocidente. A partir de então, as negociações foram acompanhadas por inúmeros de canais de televisão. Por sua vez, Carter estava satisfeito com o rumo dos acontecimentos e esperava que outros países do Oriente Médio seguissem a mesma direção dos egípcios, na verdade, ele esperava que os sauditas fizessem o mesmo. Entretanto, não foi isso o que aconteceu e nenhum outro Estado adotou a mesma opção egípcia.

Assim, em 1979, os egípcios viram Sadat encontrar-se com Begin e Carter nos EUA, com o objetivo de assinar o Tratado de Paz de Camp David. É fato que, conforme aponta Darwisheh, “[...] the 1979 Camp David peace treaty, which Egypt signed with Israel, brought direct US aid and IMF loans to arrest Egypt’s economic deterioration” (2015, p. 47)²⁷. Assim,

Sadat decided to seek what he believed to be a realistic objective – a viable peace between Egypt and the Jewish state; to transform Egypt from the base of Nasserite Arab nationalism to one of the United States’ key allies in the region; and to promote prosperity (rakhaa) that would spread over Egypt as a result of a massive reduction in the military budget, and the transformation of the country from a stalwart of the Arab ‘solidarity front’ into a regional investment destination open for business, trade, commerce and high finance (OSMAN, 2011, p. 130)²⁸.

Muitos acreditavam que com esse acordo, o gasto armamentista diminuiria e os norte-americanos seriam generosos com a decisão de Sadat, garantindo uma nova vida de prosperidade ao Egito. No entanto, apesar de o acordo ter trazido o Sinai de volta ao Egito, o território seria devolvido de modo que garantisse a segurança para Israel e para os EUA, isto é, se tornaria uma área desmilitarizada.

²⁷ “[...] o Tratado de Paz de Camp David, 1979, que o Egito assinou com Israel, trouxe investimento direto dos Estados Unidos e, empréstimos do FMI para deter a deterioração da economia egípcia” (Tradução nossa).

²⁸ “Sadat decidiu buscar aquilo que ele acreditava ser um objetivo realista – uma paz viável entre o Egito e o país Judeu; transformar o Egito de uma base árabe nacionalista e nasserista em um dos aliados dos Estados Unidos na região; e promover a prosperidade, a qual iria se espalhar pelo Egito como um resultado de uma diminuição massiva do gasto militar e, a transformação do país ‘de uma frente solidária’ árabe em uma destinação regional de investimento aberta ao negócio, ao comércio e a alta finança” (Tradução nossa).

Dessa forma, o “[...] Sinai, in effect, became an integral element in an American – planned and organized Middle East security system”²⁹ (HEIKAL, 1983, p. 99).

Apesar dessa relativa frustração das expectativas do governo egípcio, no que concerne aos EUA, a importância do Acordo de Camp David foi inegável, uma vez que proporcionou estabilidade (mesmo que temporária) à região do Oriente Médio, isto é, “[...] despite differences in rhetoric, the Nixon, Ford, Carter, and Reagan administrations all sought to rebuild the US relationship with Arabs states. [...] Carter’s Camp David Accords and the 1979 Egyptian-Israeli peace treaty temporarily established some measure of stability (TAUBER, 2013, p. 10)³⁰.

4.3 O avanço da religiosidade no Egito: o fundamentalismo islâmico

A situação do Egito, em 1978, era confusa e incerta, já que muitos ainda esperavam algum benefício concreto, principalmente, pelo papel desempenhado pelos egípcios no acordo de paz com Israel. Os norte-americanos e os países ocidentais ainda comemoravam o momento histórico no Oriente Médio, no entanto, nenhum outro país árabe seguiu o exemplo de Sadat, ao contrário, eles condenavam a decisão egípcia e muitos investimentos diminuíram.

O governo egípcio precisava de ganhos materiais, principalmente, por causa dos protestos que ocorreram em 1977³¹ e que poderiam acontecer novamente. A vida social do país continuava crítica, a inflação estava alta e a desigualdade social, cada vez mais, aumentava. Embora os subsídios nos principais produtos de consumo não tivessem sido cortados, eles demonstraram a fraqueza política do país. Além disso, havia o problema das armas – ignorado pelo governo –, pois inúmeros jovens tinham participado do exército, entre 1964 e 1974, e aprendido técnicas de estratégia e manejo de modernos equipamentos. Quando

²⁹ “[...] Sinai, de fato, tornou um elemento integral no planejamento e organização norte-americana do sistema de segurança no Oriente Médio” (Tradução nossa).

³⁰ “[...] apesar da diferença de retórica, as administrações do Nixon, Ford, Carter e Reagan procuraram reconstruir as relações dos Estados Unidos com os países árabes. [...] O Acordo de Camp David de Carter e o tratado de paz entre os egípcios e os israelenses trouxeram algum tipo de estabilidade temporária” (Tradução nossa).

³¹ Os problemas na balança comercial egípcia fez com que o governo anunciasse o corte nos principais subsídios, no dia 17 de janeiro de 1977. No dia seguinte, ocorreram inúmeros protestos por toda Alexandria e Cairo, e, aos poucos foram se movendo para o interior do país.

retornaram às suas cidades, após a Guerra de Outubro³², grande quantidade de armas foi escondida nas residências jovens.

Apesar disso, Sadat continuava a crer que o acordo de Camp David iria resolver todos os problemas egípcios, tanto interna quanto externamente. No entanto, logo seria exposto que Israel não concederia muito além da devolução do Sinai e a promessa de discutir a situação em Gaza e na Cisjordânia nunca sairia do papel, já que

On the Israeli side, some saw the Egyptian-Israeli peace not as a precursor but a substitute for a comprehensive settlement. They saw in Camp David a sort of *carte blanche* to continue to negate the existence and the rights of the Palestinian people and to maintain their occupation of Arab territories. On the Arab side, many continued to entertain the impossible dream of restoring their territories without negotiations and without recognizing Israel and coexisting with it in peace and security (SAYED, 1998, p. 7-8)³³

Com a perspectiva frustrada de avançar no processo de negociação entre palestinos e israelenses, o foco passou a ser a situação interna do país, cujas forças contrárias ao governo buscavam maior expressão. Apesar de terem sido criados mecanismos para limitar a atuação política dos egípcios e mesmo contemplar facções com postos na estrutura do Estado, a grande oposição continuava presente nos grupos clandestinos, ali encontrava-se o verdadeiro núcleo político da população.

Dentre as diversas organizações secretas, os nasseristas eram considerados os herdeiros da revolução de 1952, no entanto, com os protestos de 1977, muitos dos participantes foram presos e a organização estava despreparada e relativamente desorganizada. Assim, outros grupos estavam mais bem preparados, entre eles, a Irmandade Muçulmana e os Comunistas (CLEVELAND; BUNTON, 2009). Isso posto, é importante salientar que os inimigos do governo eram os nasseristas, os comunistas e os wafdistas. Desta forma, Sadat e os seus políticos

³² A Guerra do Yom Kippur (1973), também poder ser denominada de Guerra de Outubro, foi um conflito entre o Egito e Israel, devido a problemas fronteiriços após a Guerra dos Seis Dias.

³³ “Do lado de Israel, alguns viram a paz entre egípcios e israelenses não como precursor, mas como um substituto para a continuação dos assentamentos. Eles viam em Camp David uma espécie de carta branca para continuar a negar a existência e os direitos dos palestinos e para manter a ocupação nos territórios árabes. Do lado árabe, muitos continuaram com o sonho impossível de restaurar os seus territórios sem reconhecer a existência e a coexistência, em paz e segurança, de Israel” (Tradução nossa).

decidiram apoiar os grupos religiosos, com o objetivo de diminuir a influências de seus opositores. Afinal,

Certainly these did represent a real opposition, and they were now being joined by all those who rejected Sadat's initiative and accommodation with Israel, by those who still believed in Arab unity, who resented American interference, high prices, inflation, the country's mounting foreign debts, and the whole sordid vulgarity of the *infatih* profiteers (HEIKAL, 1983, p.128)³⁴.

Não havia dúvida de que as instituições públicas, principalmente os partidos políticos – sejam eles, Mirs ou Nacional –, não representavam a população. Na verdade, estes tinham o objetivo de respaldar as decisões do governo. Assim, a religião tornou-se a principal aliada de Sadat, promovendo uma maior governabilidade (CLEVELAND; BUNTON, 2009). No entanto, as principais consequências para esta transformação foram o aumento da religião na vida pública dos egípcios, com programas televisivos específicos que promoviam a leitura do Corão, e, além disso, as universidades – que até então eram dominadas por uma corrente nasserista ou esquerdistas – sofreram constante persuasão para desenvolverem uma terceira via de pensamento, na qual o islamismo seria preponderante. Isto fez com que houvesse a expansão na quantidade de mesquitas, as quais eram financiadas por iniciativas governamentais ou privadas. Na realidade, esses grupos não buscavam a religião para resgatar o período ideal do Profeta e compreender esse período, eles mascaravam a miséria e descredito político pelos princípios religiosos. Portanto, “[...] these new strain of Moslem fundamentalism which was so recklessly encouraged was largely superficial concentrating on the visible attributes of religion and the letter of the law but ignoring the real lessons of history”³⁵ (HEIKAL, 1983, p. 135).

Durante o ano de 1980, quando a corrupção era o tema principal em debate no país e muitos dos acusados eram próximos ao presidente, Sadat preferiu contra-atacar esses rumores por meio da mobilização contrária à invasão comunista no Afeganistão. Com isso, inúmeros comitês foram criados, mas nenhum deles

³⁴ “Certamente, eles representavam uma oposição real, e eles agora estavam sendo afiliados por aqueles que rejeitavam a iniciativa de Sadat e acomodação com Israel, por aqueles que ainda acreditavam na unidade árabe, por aqueles que ressentiam da interferência norte-americana, preços altos, inflação, a grande dívida externa, e de toda aquela vulgaridade dos aproveitadores da política *infatih*” (Tradução nossa).

³⁵ “[...] esse novo modelo de fundamentalismo muçulmano, o qual tem sido tão imprudentemente encorajado, era bastante superficial, se concentrando visivelmente nos atributos visíveis da religião e na legislação, mas ignorando as lições reais de história” (Tradução nossa).

conseguiu atingir seus objetivos. Ainda, uma mudança enfática ocorreu nos desígnios do país com a aprovação, via plebiscito, de mudanças na Constituição que permitiriam a permanência de Sadat como presidente pelo restante da sua vida, além de o estabelecimento da sharia³⁶.

Com isto, a comunidade copta ficou alarmada com a decisão do governo, o que gerou inúmeros protestos. Mas o grupo copta não era o único contrário à condição política egípcia, outros grupos fundamentalistas islâmicos condenavam a postura de Sadat relativa ao seu acordo com Israel e à amizade com a América. Portanto, o cenário político do Egito estava confuso, com uma crescente desaprovação das atitudes do presidente egípcio.

Assim, em 1981, Sadat estava isolado dentro seu próprio país e dos outros países árabes. Paradoxalmente, durante o período de maior relevância dos Estados do Oriente Médio, o Egito abriu mão da sua liderança regional. Afinal, o país foi o primeiro a se tornar independente do Império Otomano e, posteriormente, da Inglaterra – isto fez com que o Egito se tornasse o ponto de referência para os outros Estados árabes, principalmente, no que tange o processo de independência. Na verdade, de acordo com Heikal, a “[...] geography has dictated that Egypt must always be a regional power” (1983, p. 169)³⁷, e devido a isto, o país deveria exercer a sua liderança ou não seria mais nada – o que ficou caracterizado durante o governo de Sadat, no qual o Egito perdeu a importância que tivera.

Nesse período, o desejo de ser a figura central nas decisões egípcias fez com que Sadat se transformasse em um alvo do ressentimento da população e o causador de toda miséria e pobreza que muitos viviam diariamente. Inclusive a própria religiosidade de Sadat passou a ser questionada, assim como a promessa de uma democracia egípcia. Desta forma, a última e importante ação de Sadat ocorreu em 03 de setembro de 1981, quando foram presos representantes políticos, religiosos e jornalistas. E para justificar seus atos nada democráticos, alegou que se tratava de uma tentativa de manter a unidade política e a segurança do país.

³⁶ A Sharia é uma interpretação das leis divinas, isto é, “in reality, Sharia is personal religious law and moral guidance for the vast majority of Muslims. Muslim scholars historically agree on certain core values of Sharia, which are theological and ethical and not political” (ALI; DUSS, 2001, p. 3).

³⁷ “Geografia tem ditado que do Egito deveria ser sempre uma potência regional” (Tradução nossa).

Frente à insatisfação coletiva da nação egípcia, o risco de morte passou a ser frequente a Sadat, e, em 23 de setembro de 1981, durante o desfile que celebrava o começo da Guerra de 1973, se materializou. Um membro do pequeno grupo extremista islâmico, denominado *Gama'at el-islamiyeh* (Jihad Islâmica Egípcia), preparou uma conspiração para morte do presidente egípcio, e, durante a performance da artilharia, um dos tanques, inesperadamente, saiu da linha e bloqueou a passagem dos demais. Entretanto, em poucos segundos os espectadores ouviram o barulho de duas granadas, seguida por um barulho de tiro. O presidente, Anwar al-Sadat, foi baleado e, após segundos de confusão, os guardas começaram a responder a tiros. Sadat foi levado ao hospital, entretanto, não resistiu e morreu no helicóptero.

Com o assassinato de Anwar al-Sadat o Egito encerrou um período conflituoso, que se caracterizou pelo descaso ao povo egípcio, pela miséria, pela fome de grande parte da população e, pelo crescente movimento religioso. Com isso, surgiu uma onda de esperança pelo próximo governo, comandado pelo vice-presidente Hosni Mubarak. Esperava-se que a paz e a prosperidade, finalmente, atingissem todas as camadas sociais.

5 GOVERNO HOSNI MUBARAK

Com o assassinato do presidente egípcio, Anwar al-Sadat, o seu vice-presidente, Hosni Mubarak, assumiu o governo, em 1981. O novo presidente iniciou seu governo com algumas mudanças significativas no que tange à política externa, mas manteve outras semelhanças com relação ao governo anterior.

As semelhanças estavam caracterizadas na continuidade do processo de abertura econômica do Egito, com a grande participação do setor privado e dos estrangeiros – especialmente os Estados Unidos –, e o aumento da corrupção e da miséria. Já as diferenças encontravam-se na relação do Egito com os países árabes, com os quais foram retomadas as relações políticas – apesar de nunca mais ter havido a liderança egípcia na região, como ocorrera na década de 1960 –, além de o afastamento do governo de um discurso religioso. Na verdade, o governo de Mubarak promoveu inúmeras perseguições aos grupos fundamentalistas islâmicos.

No transcorrer deste capítulo será analisada a administração egípcia de Hosni Mubarak, compreendida entre os anos de 1981 e 2011. Este período foi marcado pela desmoralização dos ideais do regime militar, que estavam pautados pela luta contra a corrupção, a influência predatória estrangeira e o feudalismo. Também, analisa-se a queda deste governo a partir das transformações políticas motivadas pelo evento que se tornou conhecido por “Primavera Árabe”.

5.1 Alinhamento absoluto ao Ocidente

O presidente egípcio Hosni Mubarak nasceu na cidade de Kafr el-Mouselha, em 1928. Trilhou uma carreira militar e, em 1950, formou-se na Academia da Força Aérea do Egito. Apesar de fazer parte das Forças Armadas durante a Revolução de 1952, não teve envolvimento com o golpe e, também, não teve contato com os Oficiais Livres, principalmente, por ser muito jovem naquela época.

A sua carreira foi marcada pela rápida ascensão. Primeiramente foi nomeado Chefe do Estado Maior das forças aéreas, em 1969, pelo presidente Gamal Abdel Nasser. Em 1972, foi condecorado com a posição de Comandante Chefe, por Anwar al-Sadat. Com a Guerra de 1973, a força aérea foi o principal suporte ao Exército,

pois permitiu que as tropas egípcias cruzassem o Canal de Suez. Isto fez com que Mubarak ganhasse grande visibilidade. Mas sua carreira assumiu um viés político com indicação ao cargo de vice-presidente em 1975, durante o governo de Sadat. Já em 1976, Mubarak se tornou o vice-presidente do Partido Nacional Democrático (PND) e, em 1981, Secretário Geral.

Com o assassinato do presidente Anwar al-Sadat, em outubro de 1981, Hosni Mubarak assumiu a presidência. Após três décadas de mudanças no modelo político e econômico egípcio, a sua personalidade calma parecia ser o que Egito necessitava. Assim, “[...] Mubarak, with his relaxed demeanour and a gravitas rooted in his impressive military experience, offered the hope of an Egypt restored to balance and given the time to nourish its weakened self-confidence” (OSMAN, 2011, p.181)³⁸.

Na primeira metade da década de 1980, Mubarak obteve relativo sucesso na política doméstica, eliminou as inúmeras leis controversas estabelecidas pela administração de Sadat, libertou os presos políticos, afrouxou o censor da imprensa e permitiu que associações civis obtivessem representatividade. Além disso, procurou evitar repetir os mesmos erros de Sadat, isto é, se absteve de constantes aparições em público e evitou ofender os membros da oposição. A frouxidão de algumas das restrições tinha como objetivo acalmar os ânimos da população, contudo, Mubarak não tinha intenção de estender essas liberdades a uma reforma política verdadeira e transformar o sistema político em uma real democracia (AMIN, 2011).

Neste mesmo período, Mubarak tentou criar novos programas econômicos para restaurar a eficiência e o crescimento do rendimento nacional. Para tanto, o país continuou com a abertura econômica ao capital estrangeiro e com o fortalecimento do setor Privado – iniciado pela *Intifah*. Assim, durante os seus primeiros cinco anos de governo (1981-1985) a economia egípcia continuou a crescer no mesmo ritmo do governo anterior, aproximadamente 8% ao ano (AMIN, 2011, p. 60). Destaca-se que embora também tivesse ocorrido o aumento na taxa de inflação e de migração aos Estados do Golfo, a economia egípcia continuava a

³⁸ “[...] Mubarak, com o seu comportamento relaxado e na sua seriedade enraizada na sua experiência militar impressionante, oferecendo esperança de restaurar o equilíbrio do Egito e, em determinado período, nutrir a autoconfiança enfraquecida do país” (Tradução nossa).

apresentar as mesmas diferenças no nível de distribuição de renda entre os cidadãos.

A situação econômica viria a se agravar em 1986. Com a queda do valor do petróleo, inúmeros trabalhadores egípcios no Golfo ficaram desempregados, além disso, o investimento direto estrangeiro no país diminuiu e houve uma queda no rendimento do Canal de Suez. Com isto, em 1991, Mubarak foi obrigado a aceitar a ajuda de curto-prazo estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). As propostas de programas estruturais prescritas pelo FMI eram a redução na previdência social, nas pensões e nos principais subsídios. Apesar da austeridade fiscal ter reduzido a inflação, também diminuiu o rendimento nacional egípcio e aumentou o número de desemprego no país. Assim, durante as décadas seguintes (1986-2004) o crescimento econômico egípcio foi pequeno, a inflação diminuiu e o desemprego continuou a crescer – fato que se tornou o principal problema do Egito. Portanto, a decisão governamental de aceitar o programa do FMI expôs a falta de um projeto nacional egípcio, optando pelo lento processo de crescimento econômico e o cumprimento de metas que dificilmente favoreciam à população, afinal, “[...] in contrast to Nasser and Sadat, Mubarak was a colorless and cautious individual without a personal vision or agenda for the country” (NAGARAJAN, 2013, p. 28)³⁹.

No aspecto político, o fundamentalismo islâmico tornou-se a principal fonte de preocupação para o governo e a sociedade egípcia, decorrente das medidas adotadas por Sadat. Assim, “[...] a política de Mubarak envolvia, de um lado, a realização de um processo de abertura política limitada para grupos islamitas de ação não confrontacionista e, de outro, o combate implacável a grupos islamitas que ameaçavam o Estado” (METZGER, 2013, p. 135).

Apesar do aumento da popularidade e da influência dos grupos islâmicos, grande parte dos cidadãos condenava os meios pelos quais eles utilizavam para professar sua fé – o que veio a permitir a imposição de ações governamentais contra estes grupos. Na verdade,

Egyptians (from those who had directly suffered because of the dwindling tourism revenues to those who abhorred the existence of any militant group in the country) supported the regime’s efforts, even the use of violence;

³⁹ “[...] ao contrário de Nasser e Sadat, Mubarak era apagado e um indivíduo cauteloso, sem uma visão pessoal ou um programa para o país” (Tradução nossa).

these efforts seemed entirely legitimate (something not very common in Egypt's modern history) (OSMAN, 2011, p. 184)⁴⁰.

Além da falta de um projeto nacional, Mubarak também não formulou qualquer iniciativa externa. A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, representou a apatia internacional da nova administração egípcia, principalmente, na região do Oriente Médio. Após um longo período de ostracismo, o Egito havia retomado as relações com os demais países árabes, depois de ter sido rompida pelo acordo com Israel, em 1979. No entanto, a influência egípcia já não era a mesma de décadas anteriores e, com este evento, o Egito poderia ter recuperado a sua liderança – uma vez que o Iraque estava envolvido na guerra e a Arábia Saudita mantinha-se receosa na iminência de que Saddam Hussein chegasse até o seu território. Por outro lado, a Jordânia estava envolvida com os problemas com os grupos militantes palestinos, principalmente, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e não poderia exercer papel preponderando no evento.

A política externa pragmática de Mubarak para a região continuou fraca, sem importância entre os países árabes. As regiões que, por muito tempo, foram influenciadas pela liderança política egípcia, já não eram dependentes das decisões daquele país. Neste sentido, o Levante foi um polo de influência egípcia, no entanto, foi substituído pelo suporte incondicional da agenda da Arábia Saudita. Na região do Maghreb, o papel egípcio tornou-se secundário e, no Golfo, o Egito transformou-se de líder em seguidor e emigrante de trabalhadores. Assim, o “[...] Egypt under Mubarak was no longer the political powerhouse of the region, the base for fighting invaders, the cultural and artistic soft power, the Arab nationalist centre of gravity, the regional trendsetter” (OSMAN, 2011, p. 186)⁴¹.

Desta forma, com o fim do papel de liderança egípcia na promoção da unificação árabe, muitos dos elementos que faziam parte do programa pan-arabista foram enfraquecidos, pois os países deixaram de buscar a atuação coletiva e passaram a privilegiar propostas individuais. Isto é,

⁴⁰ “Egípcios (desde aqueles que sofreram diretamente pela diminuição das receitas do turismo até aqueles que abominavam a existência qualquer tipo de grupos militantes no país) apoiaram os esforços do regime, mesmo o uso de violência; estes esforços foram inteiramente legitimados (algo muito comum na história moderna egípcia).” (Tradução nossa).

⁴¹ “[...] Egito sob Mubarak já não era a potência política da região, a base para combater os invasores, o poder brando cultural e artístico, o centro de gravidade do nacionalismo árabe e o criador de novas tendências” (Tradução nossa).

With the disappearance of Egypt's uniting and leading role in the Arab world, other valuable things were buried: the notion that the Arab world has common objectives and challenges that could only be addressed together; that individually Arab countries face significant challenges and have, on their own, limited potential, while collectively they garner synergy, the potential of which is much larger than the sum of the individual components; and that Egypt's best contribution lies in a constructive role in its wider region (OSMAN, 2011, p. 189)⁴²

Esta mudança na estrutura de poder regional também propiciou que países tentassem criar um projeto comum no Oriente Médio, entre eles, a Arábia Saudita e Israel. O primeiro procurava balancear um governo teocrático, principalmente, na ideologia islâmica e com ampla participação dos países ocidentais – essencialmente, os Estados Unidos. Israel também buscava aumentar a sua participação nos eventos regionais. Assim, com a fim da Guerra do Golfo, houve um processo de aproximação entre os palestinos e israelenses que resultou na Conferência de Madrid, em 1991, que visava construir a paz na região da Palestina (OSMAN, 2011). Na sequência, ocorreu um longo processo de discussão que levou à assinatura do Acordo de Paz de Oslo, em 1993, o qual contava com a criação de uma Autoridade palestina na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Com a Conferência de Madrid e, com as decisões sobre os destinos dos países nas mãos dos norte-americanos – o governo russo já se encontrava em grande dificuldade econômica, por isso, impossibilitado de se opor às decisões dos Estados Unidos –, Israel vislumbrou uma possibilidade de criar um projeto que transcendesse a participação árabe no Oriente Médio. No entanto, nenhum desses projetos foi utilizado, principalmente, por não conseguir convergir as diferentes realidades dos Estados árabes.

Na verdade, Mubarak se sentiu obrigado a uma aproximação com os Estados Unidos – após o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética – e participação na *Pax Americana*, isto é, “[...] we do not say no to the United States not because of the great harm we would suffer if America abandoned us, but simply

⁴² “Com o desaparecimento da união e do papel liderança do Egito no mundo árabe, outras coisas valiosas foram enterradas: a noção de que o mundo árabe possui objetivos e desafios em comum que somente podem ser construídas conjuntamente; que individualmente os países árabes são confrontados com significantes desafios e possuem, por conta própria, potencial limitado, enquanto que coletivamente eles adquirem uma sinergia, potencial que é muito maior do que soma de qualquer componente individual; e que a melhor contribuição egípcia se constitui em um papel construtivo mais amplo na região” (Tradução nossa).

because we are forced to say yes” (AMIN, 2011, p. 168)⁴³. Para tanto, o Egito se opôs ao Irã, à Síria e aos grupos fundamentalistas islâmicos, tais como o Hezbollah e o Hamas. Neste período, o conflito entre Israel e Palestina passou a ocupar o segundo plano na região, diminuindo a importância egípcia no cenário internacional.

No entanto, os países árabes decidiram que a paz seria a opção estratégica deles. Assim, muitos apoiaram a decisão da OLP de reconhecer o Estado de Israel e iniciar o processo de paz entre palestinos e israelenses. Além disso, os acordos de paz entre Israel e a Jordânia e com outros Estados do Golfo aumentaram o canal de comunicação com Israel. Ainda, a crescente desmilitarização do Iraque indicava que seria muito difícil quaisquer desses países desafiarem os interesses norte-americanos na região. Na verdade, o tradicional papel do Egito de ser contra a interferência estrangeira foi criticada, afinal o país havia se tornando um dos principais aliados dos Estados Unidos, ou seja, [...] Egypt’s reward for participating in the 1990-1991 Gulf War against Iraq was the cancellation of substantial portions of Egypt’s debts to the IMF and the USA [...]” (DARWISHEH, 2015, p. 49)⁴⁴.

Com a mudança na polaridade do sistema – de bipolaridade para multipolaridade (ou unipolaridade, dependendo da perspectiva teórica adotada) –, a maior preocupação da administração egípcia passou a ser encontrar um novo papel para o Egito. Deste modo, Mubarak ofereceu-se para ajudar nos processos de paz no Oriente Médio, com isso, auxiliou nas negociações entre Palestina e Israel, além de promover a Conferência de Madrid, em 1991. Mubarak também destinou apoio ao líder palestino, Yasser Arafat, na promulgação do Acordo de Paz de Oslo, em 1993. Desta forma, o novo papel da política externa egípcia se configurava na promoção de novos acordos de paz no Oriente Médio, na oposição a quaisquer grupos terroristas e na integração econômica regional por meio da *Pax Americana*, isto é,

In the absence of the country’s traditional role, promoting the peace process, opposing any confrontational force (from Hamas to Hezbollah to Iran) and championing a new Middle East based on economic integration under the

⁴³ “[...] nós não dizemos não aos Estados Unidos não por causa do grande dano que nós sofreríamos se a América nos abandonar, mas simplesmente porque nós somos forçados a dizer sim” (Tradução nossa).

⁴⁴ “[...] a recompensa do Egito em participar na Guerra do Golfo, 1990-1991, contra o Iraque foi o cancelamento de partes superficiais da dívida do Egito para o FMI e, para os Estados Unidos [...]” (Tradução nossa).

Pax Americana became the chief function of Egyptian foreign policy (OSMAN, 2011, p. 193)⁴⁵.

Este alinhamento egípcio à *Pax Americana* deve ser observado a partir de vários aspectos, dentre eles, o cenário econômico que o país vivenciava no início da década de 1990, haja vista ser um país subdesenvolvido, com inúmeros problemas internos e com uma postura socialista decadente. Somado a essas particularidades, com a vitória do programa político-econômico norte-americano – o neoliberalismo – houve uma redução substancial de opções para os países que viviam sob a órbita soviética ou mesmo que trilharam a terceira via. Ainda cabe ressaltar que, com a ascensão do carismático Bill Clinton, o crescimento econômico do país e a difusão da internet fizeram com que Mubarak e os demais países do Terceiro Mundo viessem a participar dessa nova ordem mundial, inclusive com a promoção do capitalismo. E os principais objetivos da aliança norte-americana com o Egito eram,

A primary U.S. interest in continued good relations with Egypt is to capitalize on Egypt's leadership role in the Arab world. [...]. Another U.S. interest in good relations with Egypt is to sustain Egypt's moderate voice in Arab councils, and in some cases to rely upon Egypt to persuade less moderate Arab states of the wisdom of compromise [...]. A third U.S. interest is to maintain the Egyptian-Israeli peace treaty [...]. A fourth reason for maintaining good U.S.-Egyptian relations is defense cooperation in opposing threats or aggression against regional friends, as was demonstrated in the 1991 liberation of Kuwait (MARK, 2003, p. 2)⁴⁶.

A adesão à *Pax Americana* representou ao Egito o recebimento de inúmeros financiamentos norte-americanos e o envolvimento dos exércitos dos dois países (*Bright Star*- Estrela Brilhante) em ações conjuntas, as quais se tornaram uma grande operação estratégica na região. Com isso, o Egito veio a se tornar um dos principais aliados dos Estados Unidos na região, isto é, “[...] successive american administrations, one after other, extolled President Mubarak’s ‘wisdom’ and dealt him

⁴⁵ “Na ausência do papel tradicional, a promoção do processo de paz, a oposição a qualquer força de confronto (do Hamas ao Hezbollah e ao Irã) e a defensiva de um novo Oriente Médio baseado na integração econômica sob a Pax Americana se tornou a função chefe da política externa do Egito” (Tradução nossa).

⁴⁶ “O principal interesse dos Estados Unidos em continuar as boas relações com o Egito é capitalizar no papel de liderança do Egito no mundo árabe [...]. Outro interesse norte-americano em manter uma boa relação com Egito é sustentar uma voz egípcia moderada nos conselhos árabes, e em alguns casos, deixar que o Egito persuada os Estados árabes menos moderados a sabedoria dos compromissos. [...] Um terceiro interesse norte-americano é manter o acordo de paz do Egito e Israel [...]. [...] A quarta razão manter a relação entre os Estados Unidos e o Egito é cooperação na defesa, nos casos de ameaça ou de agressão, como demonstrado na libertação do Kuwait, em 1991” (Tradução nossa).

the respect due to ‘one of the US’s most important allies in the Middle East’” (OSMAN, 2011, p. 193)⁴⁷.

Com este papel de destaque nas ações estratégicas estadunidenses na região do Oriente Médio, logo que ocorreram os atentados de 11 de setembro de 2001 e os Estados Unidos vieram a promover a “Guerra ao Terror”, automaticamente a participação do Egito teve sua dimensão potencializada⁴⁸. Com isso, o Egito tornou-se uma base estratégica para a Agência de Central de Inteligência (CIA) na invasão do Afeganistão, em 2001 e, do Iraque, em 2003. Isto é,

The American military had relatively easy access to some vital Egyptian assets, notably the Suez Canal, despite Egypt’s public opposition to the invasion of Iraq. Also subtly and inconspicuously, Egyptian security agencies played leading roles in supporting the United States in building viable and sustainable security systems and platforms in Iraq (OSMAN, 2011, p. 195)⁴⁹.

Embora o Egito tenha mudado o seu papel no sistema internacional, a população egípcia nunca deu suporte a esta política externa, o que faz com que houvesse uma ruptura entre as mesmas. Na verdade, os egípcios eram contra as sanções econômicas liberadas pelos norte-americanos aos iraquianos, após a Guerra do Golfo em 1991, além de nutrirem simpatia ao povo palestino, após a Segunda Intifada, em 2000 (OSMAN, 2011).

O mesmo ocorreu durante a invasão das forças militares israelense ao Líbano, em 2006, gerando inúmeras revoltas e protestos no Egito, principalmente na cidade do Cairo. No entanto, foi a decisão de Israel cercar a Faixa de Gaza, após a expressiva vitória do Hamas em 2006, que acendeu ainda mais o ânimo de descrédito ao governo egípcio. Com isto, evidencia-se o fato de que um dos principais erros da administração de Mubarak foi não delinear uma política externa

⁴⁷ “Sucessivas administrações americanas, uma após a outra, exaltando a ‘sabedoria’ do Presidente Mubarak e, o respeito por ser ‘um dos mais importantes aliados dos EUA no Oriente Médio’” (Tradução nossa).

⁴⁸ “[...] supporting moderate and modern government, especially in the Muslim world, to ensure that the conditions and ideologies that promote terrorism do not find fertile ground in any nation” (BUSH, 2002).

⁴⁹ “O exército americano possuía acesso relativamente fácil a alguns ativos egípcios, notavelmente o Canal de Suez, embora a opinião pública egípcia fosse contrária invasão do Iraque. Também, sutilmente e discretamente, as agências de seguranças desempenharam importantes papéis em apoiar os Estados Unidos na construção viável e sustentável das agências de segurança e plataformas no Iraque” (Tradução nossa).

que expressasse o verdadeiro sentimento do egípcio, mas sim, os interesses estadunidenses na região.

Entre os anos 2006 e 2007, o Hamas ascendeu ao poder na Faixa de Gaza, o que alarmou o Governo do Mubarak, que decidiu fechar a fronteira, porque a existência desse grupo na fronteira egípcia aumentaria a dificuldade de conter os grupos islâmicos egípcios (principal meta nacional) – principalmente, por causa do envio de armas e explosivos ao Egito, por parte deste. Essa decisão de Mubarak foi impopular, principalmente, com o início da Guerra de Israel contra o Hamas entre 2008 e 2009 – aprofundando ainda mais o desgosto dos cidadãos egípcios em relação a política internacional egípcia (OSMAN, 2011).

Neste ínterim, a política nacional egípcia ficou marcada pela frustração socioeconômica, com a generalização da corrupção e com o aumento da disparidade entre os ricos e os pobres. Assim, o “[...] Egyptian’s suffering under coercive political climate had diluted their sense of belonging, their appreciation of their country’s identity, role and dignity, and their perception of themselves” (OSMAN, 2011, p. 200)⁵⁰. A raiva e o ressentimento acerca das dificuldades dos cidadãos egípcios eclodiram nos inúmeros protestos entre os anos de 2005 a 2009. E, “[...] numa conjuntura cada vez mais difícil, o regime foi abrindo espaço para o desenvolvimento da resistência popular [...] (GRAÇA, 2013, p. 93)”.

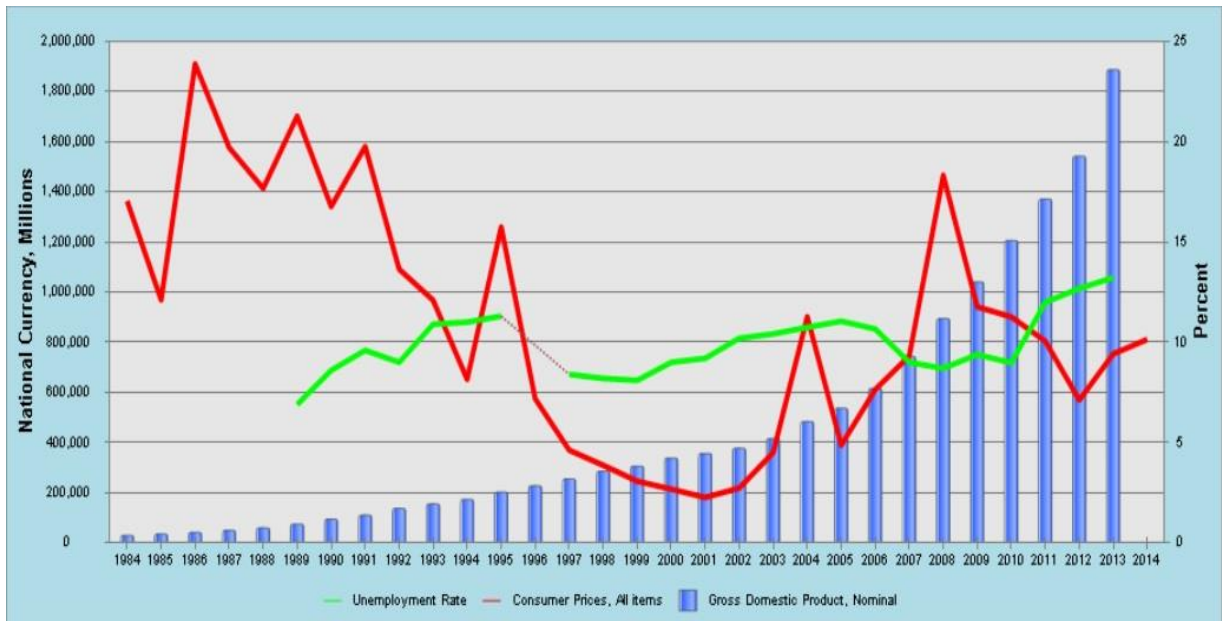
A Tabela (2), a seguir, representa as principais alterações nos rendimentos nacionais do Egito, demonstrando as mudanças econômicas após a adesão do país ao Acordo de Estabilização elaborada pelo FMI.

A estrutura demográfica da população egípcia mudou consideravelmente nas últimas décadas. A população egípcia quase dobrou, transformando a estrutura em uma pirâmide em que o topo é estreito e extremamente largo na parte inferior (OSMAN, 2011). Além disso, ocorreu uma grande depreciação cultural e o nível educacional egípcio declinou – com salas de aulas superlotadas, baixa preparação dos professores, inexistência de laboratórios, dentre outras dificuldades. O ensino superior também estava corrompido com a preocupação em adquirir notas e não em buscar o desenvolvimento de novas pesquisas e conhecimento. Assim,

⁵⁰ “[...] sofrimento egípcio sob um clima político coercitivo diluiu o seu sendo de pertencimento, de apreciação da identidade do seu país, papel e dignidade, e da percepção de si mesmos” (Tradução nossa).

These processes – a change in the country’s value system, detachment from society, the gap between generations, the weakening of Egyptian culture, the deterioration in the educational system and the damage to the most sacred of tenets of Egyptianism, the land- have altered Egyptians’ link to each other and their country (OSMAN, 2011, p. 222)⁵¹.

Tabela 2- Indicadores Econômicos Egípcios



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Além dos problemas já citados, os jovens egípcios não podiam participar nas decisões do seu país, muitos se sentiram marginalizados. Apesar da existência de uma ala jovem no Partido Nacional Democrática (PDN), sob a orientação do Gamal Mubarak, nenhuma mudança significativa ocorreu na nova orientação política, isto é, a fachada democrática desse novo grupo não buscava alterar a repressão social e as dificuldades econômicas – principalmente, o desemprego e miséria (40% da população vivia abaixo da linha da pobreza). O mesmo ocorria dentro da Irmandade Muçulmana, pois os jovens que fizessem parte do grupo não podiam assumir papéis de liderança, permanecendo sem voz e sem poder para demonstrar sua insatisfação e os seus anseios.

Além disso, o conservadorismo e o autoritarismo do governo restringiam os direitos privados dos egípcios, aumentando a indignação do povo, contudo, não

⁵¹ “Esses processos – uma mudança nos sistemas de valores do país, distanciamento da sociedade, a diferença entre as gerações, o enfraquecimento da cultura, a deterioração no sistema educacional e o dano nos princípios egípcios, a terra – alteraram os vínculos entre si” (Tradução nossa).

atuavam na contenção da corrupção institucionalizada. Nesse sentido, destaca-se a precariedade da Saúde – houve a privatização dos hospitais –, aumento dos preços dos alimentos e ineficiência do governo garantir para direitos básicos aos cidadãos.

Desta forma, o descontentamento com a política externa – apoio aos Estados ocidentais, em detrimento aos demais países árabes – e as dificuldades socioeconômicas do Egito resultaram em inúmeros protestos. A grande camada da população jovem do país passou a reivindicar uma maior participação política, melhorias na saúde, na educação e criação de empregos, além de denunciarem a corrupção da administração de Mubarak. Essas manifestações, em 2011, se converteram em um movimento de massa que passou a ser conhecido por “Primavera Árabe” e sua principal consequência foi a deposição de Hosni Mubarak do poder.

5.2 Uma Primavera pelo Caminho

Após anos de abusos políticos, privação dos direitos e uma situação econômica dilacerada pelo desemprego e pela corrupção, o panorama político egípcio começou a mudar com os eventos que se iniciaram na Tunísia no final de 2010 e chegaram ao Egito meses depois. Isto é, “[...] uma onda percorre[u] o Mundo Árabe. Um vento de rebelião se generalizou. A bandeira é a mesma, em toda parte. Condenação aos regimes autoritários, ali instalados” (PRETO, 2011, p. 27).

Apesar da semelhança na situação política na região, os motivos dos protestos resultaram de problemas peculiares a cada Estado. O movimento denominado de “Primavera Árabe” teve o estopim na Tunísia, por causa da autoimolação do comerciante de hortaliças, Mohamed Bouazizi, no dia 17 de dezembro de 2010. O resultado foi a queda do governo do Ben Ali, que governou o país por várias décadas. A força da população repercutiu nos demais países do Oriente Médio, entre eles, Argélia, Mauritânia, Omã, Iêmen, Arábia Saudita, Líbano, Egito, Líbia, Síria, Palestina, Marrocos, Iraque, Bahrein, Sudão, Kuwait, Somália e Irã. No entanto, “[...] foi a partir do Egito que o mundo percebeu que estaria a acontecer algo de novo na região, reassumindo-se o seu papel liderante nas políticas árabes” (GRAÇA, 2013, p. 95).

A revolução egípcia iniciou no dia 25 de janeiro de 2011, quando os cidadãos começaram a se manifestar contra o governo, conclamando pela renúncia do líder do país, Hosni Mubarak. No entanto,

(...) os Egípcios já se debatiam contra Mubarak há pelo menos uma década. Nos anos 2000s os protestos eram visíveis na criação de vários movimentos e protestos: o movimento Kefaya, o movimento 6 de abril, protestos de trabalhadores, juizes, figuras públicas e na criação de novos jornais independentes e ONGs. Mas o regime havia conseguido anular todos eles e não parecia possível antecipar qualquer alteração política coerente (GRAÇA, 2013, p. 95)

Desta forma, a importância da rebelião popular na Tunísia fez com os demais países se despertassem para a sua situação desigual político-econômico. Assim, a Praça Tahrir, localizada na cidade do Cairo, se tornou o símbolo dos protestos, local em que muitos confrontaram a polícia. A morte de Khaled Said, em junho de 2010, por dois policiais aumentou a força dos protestos. A ineficiência das tentativas de acalmar o povo fez com que Mubarak nomeasse Omar Suleiman como vice-presidente, no dia 29 de janeiro, com o objetivo de acalmar a população, mas a ação resultou em total ineficácia e somente aumentaram as manifestações.

Não obtendo êxito, Mubarak pediu o envio das forças armadas – que se recusaram a atender ao pedido, já que esta era o pilar da independência egípcia. Sem nenhum apoio, já que os Estados Unidos decidiram não apoiarem a continuidade do governo, para poder controlar o futuro incerto da “Primavera Árabe”, isto é,

Nestas condições e tendo em conta o padrão de decisões anteriores, a Administração Obama (contra influentes sectores da opinião pública doméstica) acabaria por abandonar Mubarak suficientemente cedo para parecer ter sido instrumental na sua queda, preservando assim um razoável capital de boas vontades que lhe poderão dar uma capacidade de influência nos futuros desenvolvimentos no Egipto (BOTELHO, 2011).

Assim, o presidente renunciou ao cargo no dia 11 de fevereiro e o poder foi deixado nas mãos de uma junta militar de transição, o Supremo Conselho das Forças Armadas (SCAF) - que dissolveu o Parlamento e anulou a Constituição vigente –, sob a liderança de Hussein Tantawi.

O SCAF coordenou o processo da eleição do próximo candidato ao governo, conjuntamente com o Tribunal Constitucional (constituído pelos candidatos eleitos por Mubarak) e com setores que foram banidos pelo antigo governo – entre eles, a Irmandade Muçulmana. A medida adotada foi a suspensão do Estado de Emergência, o qual vigorara nos últimos trinta anos. No entanto, a transição para a eleição de um novo governo foi complicada, com inúmeros choques entre a sociedade e as forças militares.

Neste sentido, até a eleição do Mohammad Morsi, os vários setores da sociedade continuaram em choque entre si. Além de que os grupos liberais e democráticos voltaram a ser reprimidos e as eleições para formação da Assembleia Popular elegeram uma maioria islâmica. Com a eleição da nova assembleia, uma nova Constituinte deveria ser eleita até o final de 2013. O resultado foi a eleição da maioria dos grupos islâmicos. Isto fez com que o Tribunal decidisse anular as votações e, este e o SCAF interferiram nas escolhas dos candidatos (METZGER, 2013).

Embora a revolução tenha sido lidera pela parcela democrática da população, e esta tenha conseguido derrubar o Mubarak, ela não conseguiu se organizar de forma a substituir os antigos governantes. Isto é, “[...] mesmo [que] o governo de Mubarak tenha sido derrubado, ainda existiam setores remanescentes do antigo regime bem organizados e articulados dentro da economia e dos aparelhos estatais egípcios (METZGER, 2013, p. 145)”. Desta maneira, estes setores conservadores, formados por uma aliança entre a elite e os militares, barraram o movimento popular de transformar o Egito em uma democracia. Assim, torna-se perceptível a influência militar nesse processo de transição política do Egito, já que

Independente dos particularismos históricos e das estruturas sociais inerentes ao regime autoritário de um país, um processo de transição de regime inclui atores, os comportamentos adotados por esses atores, os processos que desencadeiam, os valores que defendem, os recursos de que dispõem para os implementar e as influências que recebem, no âmbito desse projeto de alteração política (GRAÇA, 2013, p. 10).

Além destes setores tradicionais, os grupos islâmicos também estavam mais organizados e preparados para assumir a presidência, principalmente a Irmandade Muçulmana, a qual exercia grande influência nas periferias das cidades e região

rural do Egito. A Irmandade Muçulmana era a organização mais preparada, além disso, possuía uma vertente menos radical e, isto fez com que os militares e as elites mubarakista se aproximassem dela. Desta forma, o acordo que resultou desta aproximação fez com que os movimentos liberais e democráticos fossem definitivamente isolados.

Com a possibilidade de criar novos partidos, a Irmandade Muçulmana fundou o seu próprio, Justiça e Liberdade, e os grupos salafistas criam o *Al-Nour*. As eleições, entre 2011 e 2012, realizadas para a Assembleia Popular e a Constituinte resultaram na vitória dos dois grupos islâmicos, isto é, obtiveram a maioria dos assentos. Além disso, a Irmandade Muçulmana teve de rever a sua posição inicial, decidindo lançar um candidato à eleição – motivo para o Tribunal e o SCAF decidirem interferir nos processos políticos do país.

Assim, como exposto anteriormente, os militares decidiram anular essas eleições e também impediram a candidatura do candidato da Irmandade, o empresário Khairat al-Chater. Isto fez com que esta organização decidisse por lançar um candidato moderado, o burocrata Mohamed Morsi.

Antes das eleições presidenciais, os militares estabeleceram algumas atribuições, independente, da próxima Constituição aprovada. Deste modo, eles poderiam estabelecer o orçamento das forças armadas e, também poderiam escolherem alguns ministérios importantes, diluindo ainda mais a revolução de 25 de janeiro. Além disso,

A poucos dias de Morsi ganhar a segunda volta nas eleições, o CSFA emite uma outra declaração constitucional reforçando o seu poder: assume temporariamente o poder legislativo de forma mais efetiva e reclama direito de veto quanto à Constituição, isto é, estabelece-se como poder executivo em paralelo com o presidente, como que a garantir que qualquer mudança não alteraria substancialmente a ordem estabelecida (GRAÇA, 2013, p. 101).

As eleições para a presidência contaram com a presença de dois candidatos mubarakista, Amro Musa e Amhed Shafik, um candidato que representava a coalização de vários setores da sociedade, um membro dissidente da Irmandade Muçulmana e articulado com o movimento democrático e um representante da Irmandade, Morsi. A eleição foi para o Segundo Turno, entre Morsi e Shafik. A vitória para a presidência foi de Morsi, eleito com uma percentagem de 51,73% e seu

adversário, 48,27%, no dia 24 de junho de 2012 (METZGER, 2013). Assim, Morsi se tornou o primeiro presidente civil e primeiro presidente eleito democraticamente, isto é, por meio de uma eleição livre (ALY, 2014).

Assim, com a eleição do Morsi os países ocidentais ficaram receosos, afinal, “[...] one of the fundamental issues and the source of ‘fear’ for many in the west after the revolution in Egypt was a possible radical change in the foreign policy area” (ÖZKAN, 2013, p. 11)⁵².

5.3 A articulação para o velho rumo – o curto governo de Morsi

Ao assumir a presidência, Mohamed Morsi, em sua primeira declaração constitucional, decretou a dissolução do SCAF e assumiu o poder legislativo até a formulação da nova Constituição. Em agosto de 2012, Morsi nomeou os seus ministros, liderados por Hisham Qandil, e seu governo abrangeu inúmeros setores da sociedade, constituindo-se em um governo multifacetado, embora não tenha funcionado na prática. Neste período, os militares voltam ao segundo plano, embora tivessem permanecido em contato com o poder executivo, com o objetivo de preservar os seus interesses. Isto pode ser observado com a escolha do General Abdul Fatah Khalil al-Sisi para Ministro da Defesa.

De acordo com Aly (2014), a política externa de Morsi foi limitadora por três fatores. O primeiro era a primazia das questões internas fazendo com que a política externa fosse deixada para um segundo plano. Segundo, o governo não possuía grande suporte nacional e, por último, ele não conseguiu articular novos parceiros estratégicos.

No entanto, a sua política externa rompeu alguns dos preceitos do governo de Mubarak. Diferentemente do ex-presidente, Morsi procurou articular um novo papel de liderança regional, se aproximando do Irã – com a visita do egípcio à reunião dos Países Não-Alinhados, em Teerã. Este foi um grande passo, afinal, os egípcios e os iranianos cortaram relações diplomáticas, em 1979, devido ao Acordo de Paz assinado entre Egito e Israel, e os desdobramentos da Revolução Iraniana. Além

⁵² “[...] um dos questionamentos e a força do “medo” para muitos países ocidentais, depois da Revolução no Egito, era uma possível mudança radical na área de política externa” (Tradução nossa).

disso, Morsi intensificou as relações com o Hamas – permitindo uma limitada abertura da fronteira com Gaza (GRIMM; ROLL, 2012). Se, por um lado essa aproximação estava vinculada aos princípios da Irmandade, por outro, essa aproximação dificultou a posição egípcia no cenário internacional, enfraquecendo o seu posicionamento regional e mundial.

Além disso, houve um crescente afastamento de Israel, especialmente, após o ataque à Gaza, em novembro de 2012 – Morsi ordenou o retorno do diplomata egípcio de Israel para consultas e solicitou o envio da Liga Árabe à Faixa de Gaza. Isto é, “[...] this latest Gaza attack forced Egypt for the first time in last decades to take a seriously strong pro-Palestinian position and asserted itself as an independent actor in the region” (ÖZKAN, 2013, p. 16)⁵³. O crescente ataque aos militares no Sinai, fronteira com Israel, por grupos fundamentalistas e a impossibilidade de Morsi atuar de modo efetivo nesse caso, fizeram com que a relação entre os dois países fosse tencionada.

Na verdade, Morsi procurou estabelecer relações com os três círculos – o Oriente Médio, a África e o Islã – e também buscou encontrar novos parceiros na política internacional, para isso, visitou, primeiramente, para China e a Etiópia, ao invés dos Estados Unidos. Nesse sentido, durante o seu governo, Morsi tentou contribuir para a solução dos problemas internos da Síria (ÖZKAN, 2013), no entanto, essa nova reorientação política esteve condicionada aos problemas financeiros egípcios. Desta maneira, Morsi não teve a opção de procurar auxílio externo norte-americano ou europeu. Frente aos fatos vivenciados pelo governo de Morsi, a relação entre os Estados Unidos e o Egito se deteriorou, principalmente, pela insegurança da capacidade do novo governo em exercer o papel de estabilizador da região (ALY, 2014).

Para agravar a situação do presidente egípcio, a política externa de Morsi foi criticada pelos nacionalistas e salafistas e, pelos Estados Unidos. Os primeiros (nacionalistas e salafistas) esperavam que o novo governo rompesse os laços com Israel e com o Ocidente. E, o segundo, criticava a ambiguidade política da administração egípcia, pela falta de expressividade do governo contra os grupos fundamentalistas – principalmente, com o ataque da embaixada norte-americana no

⁵³ “[...] este último ataque a Gaza forçou o Egito, pela primeira vez após décadas, tomar uma posição pró-palestina e, se firmou como um ator independente na região” (Tradução nossa).

Cairo –, e, além disso, pressionava para que a política externa do governo fosse totalmente pró-Occidente (GRIM; ROLL, 2012).

Quanto à política interna, Morsi governou o Egito por meio de decretos presidenciais, transcendendo os limites constitucionais. No dia 22 de setembro, ele estabeleceu um decreto novo que aumentava os seus poderes. Este procedimento resultou em manifestações contrárias ao presidente e, conseqüentemente, à Irmandade Muçulmana. Além disso, inúmeros membros do comando presidencial se demitiram. Desta forma,

Os egípcios clamam novamente por uma mudança de regime, o mesmo grito da revolução de 25 de janeiro. A desconfiança e o descontentamento com os desenvolvimentos políticos estavam espalhados em algumas faixas que se erguiam nas ruas, pedindo um estado civil, nem militar nem religioso (GRAÇA, 2013, p. 103).

Morsi não possuía experiência administrativa, o que foi comprovado pela sua ineficiência em compreender as demandas populares. Com as suas decisões antidemocráticas, houve uma ruptura nos setores da sociedade e a oposição começou a se organizar com a criação da Frente de Salvação Nacional (FSN). Este imbróglío veio a se constituir em uma crise política.

No dia 25 de dezembro de 2012 houve o plebiscito para a nova Constituição, a qual foi aprovada pela maioria, aproximadamente 64% – embora somente 30% da população tenha participado (GRAÇA, 2013). Com este resultado as lutas internas se intensificaram entre os grupos islamitas e seculares. E, nesse cenário, fez com que a economia egípcia ficasse em frangalhos.

Em abril de 2013, as novas eleições legislativas estavam marcadas, no entanto, não foram realizadas porque no mês de março o Tribunal Administrativo do Cairo considerou o projeto inválido. Por fim, a decisão de modificar o governo e não dar espaço político e aproximação à oposição fez com que a crise interna assumisse um caráter avassalador. Assim, os últimos dias de governo da Irmandade Muçulmana foram marcados por uma grande manifestação popular que clamava pela renúncia de Morsi, haja vista muitos estarem descreditados de que o governo iria melhorar a qualidade de vida dos egípcios. No dia 2 de julho, ele discursou aos egípcios e expôs a necessidade de manutenção da unidade política do país, embora

ressaltasse que não cederia às pressões militares – que já se mobilizavam no intuito de promover sua saída do poder.

Com toda a instabilidade política gerada, a violência se alastrou pelo país e inúmeros embates envolvendo a Irmandade Muçulmana e os outros grupos seculares se tornaram frequentes. Nesse sentido, Morsi propôs a criação de um governo de coalizão, no entanto, a oferta para o diálogo ocorrera tarde demais, de acordo com os interesses das forças que não o queriam no poder. Além dos problemas internos, Morsi também havia perdido a sua credibilidade frente à sociedade internacional, principalmente por não conseguir cumprir os seus tratados internacionais – entre eles, o Tratado de Paz com Israel (ALY, 2014). Afinal, o relacionamento conflituoso com o ocidente decorria “[...] because Islamist parties are seen as too conservative, unpredictable, and therefore unliked to cooperate on issues important to the west” (TAUBER, 2013, p. 6)⁵⁴.

Perante a irreversibilidade dos fatos, os militares destituíram Morsi do poder e o governo passou a ser exercido por uma junta liderada por Adly Mansour – criticado pelos grupos seculares e salafistas devido à grande concentração de poder que foi destinado a um presidente interino –, e, pelo vice-presidente el-Baradei, o qual permaneceu no cargo por apenas duas semanas, devido ao massacre do movimento pró-Morsi.

Tais manobras dos militares somente foram possíveis porque a força opositora não estava organizada e não esperava que Morsi viesse a ser destituído de um cargo que fora eleito legítima e democraticamente. E, para evitar que os conflitos perdurassem, muitos dos líderes da Irmandade Muçulmana, inclusive Mohamed Morsi, foram presos para serem julgados posteriormente.

Os massacres e a crescente utilização de força extremada por parte dos militares foram mal vistos por outros Estados. A União Europeia diminuiu o investimento no país e os Estados Unidos optaram pelo fim dos treinamentos militares conjuntos, no entanto, continuaram a assistência financeira (GRAÇA, 2013). Além disso, a Irmandade Muçulmana voltou à clandestinidade com a supressão de seus direitos políticos pelo novo governo.

⁵⁴ “[...] porque os partidos islâmicos são vistos como muito conservadores, imprevisíveis, e, portanto, não gostam de cooperar em questões importantes ao ocidente” (Tradução nossa).

O governo interino decidiu revisar a Constituição – a qual preservou os interesses dos militares – e as eleições subsequentes foram marcadas para ocorrer em 2014. Assim, no dia 8 de junho de 2014, o General Abdul Fatah Khalil al-Sisi, que teve participação ativa na deposição de Morsi, foi eleito e tornou-se presidente do Egito. Essa nova eleição representou a retomada do governo às forças militares, no entanto, a administração de Al-Sisi enfrenta algumas adversidades, com a necessidade de melhoria da economia egípcia, preservação das garantias sociais e necessidade de melhorar as relações com a União Europeia e os Estados Unidos (WATANABE, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância histórica e geopolítica do Egito o transformou em um país de grande relevância para o Oriente Médio. Assim, por décadas exerceu o papel de líder na região e influenciou os demais países árabes com sua cultura, seu posicionamento político e sua História. No entanto, houve um declínio no seu prestígio interno – principalmente, pelo longo período de governo militar (1952-2011) – e externo – com a aproximação às potências ocidentais.

Com a eclosão da “Primavera Árabe”, em 2010, o governo corrupto de Mubarak (1981-2011) sucumbiu aos apelos da massa que clamava por mais liberdade e democracia. Nesse sentido surgiu o questionamento deste trabalho acerca de quais atores legitimam as políticas de governo dos militares egípcios para sua manutenção no poder desde a década de 1950.

Com o objetivo de responder essa questão, este trabalho utilizou-se da teoria neorrealista para compreender o sistema internacional. A partir desta perspectiva é possível apreender que o cenário internacional é composto pela estrutura e pelas unidades. A estrutura, de forma indireta, assume o papel de constranger e ordenar, permitindo que todas as unidades ajam da mesma maneira, isto é, ela diminui as variações das ações dos Estados (WALTZ, 2002). Assim, ao definir a estrutura é necessário descartar as características internas dos atores além de considerar a sua capacidade de sobrevivência – afinal, o objetivo máximo das unidades é a segurança – e de alcançar os seus objetivos principais. Partindo desse modelo teórico, é necessário destacar que as unidades são as Estados, devido à importância de suas decisões políticas internacionais. Além disso, ressalta-se que são os principais Estados que decidem a condução da política internacional, isto é, são as grandes potências que melhor se ajustam às forças selecionadoras da estrutura e, também, possuem a maior capacidade.

Como fora exposto nos capítulos anteriores, a segurança é o propósito das grandes potências, já que estas vivem em um sistema de autoajuda (anárquico) – isto é, “[...] o motivo da sobrevivência é visto como a base de ação num mundo onde a segurança dos estados não é garantida e não como uma descrição realista do impulso que está por detrás de qualquer acto do estado” (WALTZ, 2002, p. 130). Deste modo, o único meio de garantir a sua sobrevivência é pela conquista de todo

poder possível, até atingir a supremacia global – isto garante que o país terá condições suficientes para evitar que seus inimigos ameacem a sua soberania. No entanto, os Estados dificilmente atingirão essa grande capacidade de poder, já que a capacidade máxima de poder de uma potência, de acordo com Mearsheimer (2007), é a hegemonia regional.

Neste sentido, os Estados Unidos ordenam o sistema internacional. Afinal, [...] os Estados Unidos são a potência mais importante do mundo. Têm um poderio militar esmagador e outras formas de poder. Têm impacto determinante sobre qualquer coisa que aconteça na história mundial contemporânea” (CHOMSKY, 2005, p. 57). Embora haja controvérsia acerca desta posição e alguns analistas defendam que a posição privilegiada norte-americana tenha se desgastado, ainda há aqueles que acreditam na continuidade da importância dos Estados Unidos nos assuntos globais (VINHA, 2011).

Desta forma, apesar da postura liberal dos EUA, de fato, apresentam uma política externa pautada no realismo, ou seja, mesmo que defendam valores morais, democracia e liberdade, agem no sistema internacional de modo pragmático – não se importando, de fato, se o seu aliado possui um sistema de governo democrático ou autoritário (PECEQUILO, 2011). Isto subsidia o entendimento acerca da aliança estadunidense com a administração de Sadat (1970-1981) e de Mubarak (1981-2011).

Assim, a partir da teoria proposta, a análise dos três governos militares – Gamal Abdel Nasser (1956-1970), Anwar al-Sadat (1970-1981) e Hosni Mubarak (1981-2011) – proporcionou compreender como a estrutura internacional se impunha frente ao Egito, independentemente dos eventos internos que, muitas vezes, atuavam sob uma lógica distinta das preferências das potências.

Deste modo, quando o Movimento dos Oficiais Livres programou o golpe militar que resultou na queda da monarquia corrupta de Farouk, logo Nasser assumiu a presidência do Egito com o intuito de estabelecer uma relação ambígua com as potências rivais – Estados Unidos e União Soviética – e alavancar o Egito para um patamar distinto do que vivenciava sob a monarquia – submisso aos britânicos.

A proposta de Nasser era ambiciosa, haja vista a estrutura de poder que se impunha ao sistema internacional perdurava desde o final da Segunda Guerra Mundial, ocasião em que o continente europeu e o Japão estavam arrasados. Os Estados Unidos, desse modo, assumiram a liderança internacional devido ao vácuo de poder político surgido e não tinham interesse em sujeitarem-se a outro modelo que não lhes fosse interessante. Ou seja,

[...] concretizando-se em definitivo no pós-1945, associando aberta e diretamente a prioridade de preservação de um ambiente internacional estável à segurança e ao progresso dos Estados Unidos, sustentando e mantendo um equilíbrio de poder mundial estável, dentro do qual nenhum país ameaçasse a posição e os interesses norte-americanos (PECEQUILO, 2003, p. 122).

Na estrutura bipolar constituída durante a Guerra Fria, o único país que poderia ameaçar a posição e os interesses dos Estados Unidos era a União Soviética, já que igualmente aos estadunidenses, os soviéticos também se favoreceram do declínio das potências europeias.

Assim, frente à disputa entre as duas grandes potências, a neutralidade política assumida por Nasser garantiu a estabilidade de seu governo. Isto é, com o apoio norte-americano e soviético – às vezes simultaneamente e outra alternada, conforme foi exposto no capítulo 2 –, Nasser conseguiu legitimar sua administração frente à população egípcia e ao sistema internacional. A estratégia de Nasser pode ser mais bem compreendida quando retomamos à Crise de Suez, em que os Estados Unidos e a União Soviética interferiram na invasão da Inglaterra, França e Israel, e garantiram a soberania e a vitória do Egito. Este evento também pode ser entendido a partir da estrutura do sistema internacional, uma vez que a bipolaridade fazia com que as duas grandes potências buscassem ampliar suas zonas de influência, no entanto, o equilíbrio gerado pelo poder nuclear das potências fazia com que elas não se enfrentassem diretamente. Assim, quando Inglaterra, França e Israel invadiram o Egito, automaticamente a União Soviética se posicionou ao lado dos egípcios para evitar que houvesse a ampliação da zona de influência estadunidense no Oriente Médio.

O resultado deste conflito foi favorável a Nasser devido à impossibilidade de os EUA trazerem a URSS para o embate. Desse modo, o presidente estadunidense

teve de impor aos seus aliados que abandonassem o Canal de Suez. Os arranjos políticos construídos no acordo de paz não foram completamente desfavoráveis aos invasores, no entanto, Nasser saiu fortalecido. Assim, é possível afirmar que a estrutura do sistema internacional, que leva às potências a ampliarem seus poderes, foi a responsável pela vitória de Nasser no conflito.

O resultado prático da Crise de Suez foi que Nasser assegurou o seu governo e redefiniu o papel de liderança do Egito no Oriente Médio, “[...] but in order to retain that prestige, he needed to continue his foreign policy successes and to fulfill the hopes that millions of Arabs outside Egypt placed him” (CLEVELAND; BUNTOM, 2009, p. 313)⁵⁵.

Outras ocasiões importantes também demonstram a grande influência externa nos desígnios do Egito, as quais deram sustentação à presidência de Gamal Abdel Nasser. Mais enfaticamente, o embate acerca da construção da Represa de Assuã (1958-70) e a Guerra dos Seis Dias (1967). A primeira representou o empenho de Nasser em construir uma represa na cidade de Assuã, ao sul do Cairo, com o objetivo de solucionar o problema de aridez do país. Assim, primeiro ele procurou pela ajuda dos Estados Unidos e do Banco Mundial, no entanto, após uma sinalização positiva dos norte-americanos, estes retiraram a proposta devido às decisões antiocidentais adotadas por Nasser, inclusive com o reconhecimento da China Comunista.

As manobras que Nasser efetuou para obter sucesso na Crise de Suez, no caso de Assuã não obtiveram sucesso e o resultado foi o afastamento dos EUA e aproximação da União Soviética. Esta inclinação para a órbita soviética lhe deu o respaldo financeiro necessário para concluir sua obra estratégica e legitimar, ainda mais, seu compromisso com os interesses nacionais egípcios (DANIELSON, 2007).

Durante a Guerra dos Seis Dias (1967) a atuação do Egito extrapolou os interesses das potências, haja vista o país procurar expandir seu poder na região do Oriente Médio com um ataque programado contra o Estado de Israel. Ocorre que os israelenses utilizaram da tática do ataque preventivo e impuseram a derrota aos países árabes. De certo modo, quando Nasser deixou de agir de acordo com os

⁵⁵ “[...] mas para reter aquele prestígio, ele precisou continuar os seus sucessos na política externa e preencher a esperança dos milhares de árabes fora do Egito depositou nele” (Tradução nossa).

interesses das potências e passou a buscar uma maneira de se impor como potência na região, transformou-se em um Estado cuja função não interessava aos EUA ou URSS. Juntamente com a derrota dos países árabes, sepultou-se o nasserismo, ou seja, o fim da possibilidade de unificação sob a figura do presidente egípcio.

Este evento apresenta duas possíveis análises, quais sejam, 1) sem o apoio técnico das duas grandes potências, Nasser não possuía, individualmente, poder e capacidade para proteger as nações árabes e impor-se como potência regional; e, 2) o investimento estadunidense em Israel, e a vitória do mesmo, representou uma conquista aos Estados Unidos, haja vista a postura de Nasser – contra influências externas e intervenções ocidentais, exemplificada no caso do Pacto de Bagdá, em 1955 – de unificar a região do Oriente Médio ameaçava os interesses norte-americanos na região. Com isto, os Estados Unidos simplesmente alteraram a forma de atuar para preservar o *status quo* e delegaram a Israel o objetivo de conter o nacionalismo egípcio, como salientado por Mearsheimer (2007).

Com a ascensão de Anwar al-Sadat à presidência do Egito, houve uma mudança substancial nas políticas interna e externa do país. Destaque para a implementação da política econômica denominada *Infitah* e isolamento frente aos demais países árabes. Também, ocorreu o afastamento da União Soviética e aproximação com os Estados Unidos. Afinal, a necessidade da reconstrução econômica do Egito foi motivo significativo para o relacionamento entre os norte-americanos e os egípcios, principalmente, após a expulsão dos conselheiros soviéticos (HEIKAL, 1983). Contudo, a expulsão dos soviéticos não resultou no fim das relações com a União Soviética, mas foi uma decisão pragmática, uma tentativa de restabelecer o jogo dúbio que Nasser fazia com as potências (DANIELSON, 2007).

A Guerra do Yom Kippur (1973) também se apresenta como um evento cujo resultado abre a possibilidade para múltiplas análises. De fato, a guerra provocada pelos estados árabes, capitaneados pelo Egito, não conseguiu sair-se vitoriosa, pois além de não recuperar os territórios perdidos para Israel em 1967, fortaleceu o poder do inimigo. No entanto, muitos autores apresentam esta guerra como uma “vitória moral” dos árabes, tendo em vista os desdobramentos posteriores que ocasionaram a crise do petróleo (1973) com o boicote proposto pela OPEP aos países do

ocidente. Contudo, o Egito saiu fragilizado política e economicamente e Sadat percebeu que não haveria como exercer a função de liderança no Oriente Médio sem o apoio das potências.

Assim, tendo em vistas a necessidade de preservação no governo, uma vez que os questionamentos internos perduraram durante todo seu período – algumas vezes com mais intensidade e outras com menos – a opção foi buscar o alinhamento à potência ocidental, haja vista se aproximar mais do que ambicionava para o Egito. E, para ratificar esse passo, um acordo com Israel seria fundamental, uma vez que era do interesse dos EUA que a situação no Oriente Médio fosse pacificada (GHALI, 1982).

Como isso, as negociações de paz entre Egito e Israel tiveram início sob o patrocínio do presidente estadunidense, Jimmy Carter. O resultado foi o Acordo de Camp David, em 1979 – o acordo foi dividido em dois períodos: o primeiro, em 1977, resultou na saída das forças armadas israelenses de Sinai e, o segundo, em 1979, versava sobre a criação de uma autoridade palestina autônoma e, a retirada dos israelenses nas áreas ocupadas de Gaza e das Cisjordânia (GHALI, 1982). Assim,

[...] Sadat's political skill brought enormous benefit to his country. Egypt now has peace on its eastern border, and in fact it faces no serious military threat from any direction. Egypt has received tens of billions of dollars of U.S aid over the last decades, which it has used to modernize its army and thoroughly improve its national infrastructure (ALTERMAN, 1998, p. XVIII)⁵⁶.

Por fim, além da relativa estabilidade alcançada na região do Oriente Médio com o acordo, os Estados Unidos, pragmaticamente, aprofundaram a aliança com o Egito no intuito de manterem mais uma base de apoio na região, tendo em vista que a Revolução Iraniana (1979) derrubara o Xá Reza Pahlavi – importante aliado estadunidense (DARWISHEH, 2014/2015).

No intuito de reforçar a percepção de que o alinhamento com os estadunidenses não era uma demanda da população egípcia, mas sim, de seu governante, com o crescimento da interferência externa ocidental, como foi exposto

⁵⁶ “[...] A habilidade política de Sadat trouxe enormes benefícios ao seu país. Agora, o Egito tem paz na sua fronteira oriental, na verdade, não enfrenta nenhuma ameaça militar séria em qualquer região. O Egito tem recebido dezenas de bilhões de dólares dos Estados Unidos ao longo das últimas duas décadas, o qual pode ser utilizado na modernização do exército e, para melhor a infraestrutura do país”. (Tradução nossa).

nos capítulos anteriores, o governo de Sadat ainda conseguiu permanecer governando por mais algum tempo após a efetiva assinatura do Acordo de Camp David, no entanto, grande parte da população não aceitava as propostas liberalizantes do presidente e a legitimidade popular foi diluída (OSMAN, 2011).

Desse modo, não conseguindo atender à demanda da população egípcia e criando maiores inimizades com o mundo árabe, devido à sua aproximação com Israel e os EUA, seu assassinato concretizou-se no fim de uma fase do governo, mas não de um modelo de política instituída. E, para os atores externos envolvidos, o vice-presidente, Hosni Mubarak assumir o poder não trouxe mudanças substanciais.

A administração de Mubarak foi marcada pela completa subordinação egípcia aos interesses norte-americanos. Apesar de o início do governo de Mubarak se caracterizar pela tentativa de aproximação aos demais países árabes, o cenário externo não permitiu um envolvimento maior na região, já que com o final da Guerra Fria o Egito se viu envolto com a *Pax Americana*. Ou seja, Mubarak procurou seguir à risca os princípios estipulados pelos Estados Unidos: assumiu o papel de pacificador do Oriente Médio – principalmente, em relação aos palestinos e israelenses – e condenou os governos do Irã e do Hamas (OSMAN, 2010). Essa postura de subordinação aos interesses norte-americanos é perceptível no apoio concedido aos Estados Unidos e à Arábia Saudita durante a Guerra do Golfo (1990-91), ao invés de promover uma liderança com os Estados árabes.

Situação análoga pôde ser percebida com os ataques terroristas aos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, ocasião em que houve uma mudança na política externa americana com a implantação da “Guerra ao Terror”. Para sua efetivação, o presidente Bush empreendeu uma série de incursões contra os grupos terroristas e contra a proliferação das armas de destruição em massa (ADM). Muitas vezes, conforme Bandeira (2008) expõe, as ações militares não condiziam com os princípios defendidos pelos estadunidenses, mas sim com seus interesses político-econômicos ou geopolíticos,

[...] os atentados de 11 de setembro de 2001 contra as torres-gêmeas do World Trade Center, em Nova York, permitiram que o governo de Washington, sob a consigna da “war on terrorism”, intensificasse a militarização da política externa e empreendesse a campanha para

assegurar as fontes de energia – gás e petróleo – e as rotas de abastecimentos [...] (BANDEIRA, 2008, p. 17).

Seguindo a lógica de atuação para os estados aliados aos Estados Unidos na “Guerra ao Terror” – haja vista, como Bush mesmo expressou, “Quem não estiver conosco, estará com os terroristas” (2001) –, o Egito investiu os recursos para conter o terrorismo em seu território e proteger sua fronteira contra o Hamas. Além disso, Mubarak transformou o Egito em base para os militares americanos, além dos exercícios militares conjuntos (OSMAN, 2011). Assim, o Egito contemplou todos os objetivos americanos, entre eles,

A primary U.S. interest in continued good relations with Egypt is to capitalize on Egypt’s leadership role in the Arab world. [...]. Another U.S. interest in good relations with Egypt is to sustain Egypt’s moderate voice in Arab councils, and in some cases to rely upon Egypt to persuade less moderate Arab states of the wisdom of compromise [...]. A third U.S. interest is to maintain the Egyptian-Israeli peace treaty [...]. A fourth reason for maintaining good U.S.-Egyptian relations is defense cooperation in opposing threats or aggression against regional friends, as was demonstrated in the 1991 liberation of Kuwait (MARK, 2003, p. 2)⁵⁷.

Dessa maneira, Mubarak legitimou o seu governo com bases nos interesses norte-americanos na região, já que internamente a população não aceitava as suas decisões e, muito menos a subordinação aos interesses ocidentais em detrimentos ao desenvolvimento de políticas que pudessem melhorar a qualidade de vida da população. Por mais antinacionalista que possa parecer esta opção de Mubarak, o presidente egípcio se pautava no fato de que a aliança com os EUA o manteria no poder enquanto o país estivesse atuando conforme a política externa estadunidense apontasse. Ainda, para sustentar uma base de apoio que desse respaldo ao governo, a criação de uma estrutura corrupta que vivia os recursos externos foi constituída e funcionou com efetividade até 2011.

⁵⁷ “O principal interesse dos Estados Unidos em continuar as boas relações com o Egito é capitalizar no papel de liderança do Egito no mundo árabe [...]. Outro interesse norte-americano em manter uma boa relação com Egito é sustentar uma voz egípcia moderada nos conselhos árabes, e em alguns casos, deixar que o Egito persuadir os Estados árabes menos moderados a sabedoria dos compromissos. [...] Um terceiro interesse norte-americano é manter o acordo de paz do Egito e Israel [...]. [...] A quarta razão manter a relação entre os Estados Unidos e o Egito é cooperação na defesa, nos casos de ameaça ou de agressão, como demonstrado na libertação do Kuwait, em 1991” (Tradução nossa).

No entanto, com o início dos protestos, em março de 2010, Mubarak perdeu seu principal aliado, pois os Estados Unidos não queriam perder o controle do Egito e deixar de influenciar a região, por isso mesmo que tenha permanecido reticente no início dos protestos no Cairo, logo passou a apoiar os manifestantes (BOTELHO, 2011) e condenar o regime antidemocrático de Mubarak. Desta forma, o presidente egípcio perdeu o seu principal legitimador, uma vez que a opinião pública sempre percebeu suas ações com reservas. Por fim, ele resignou ao cargo no dia 25 de janeiro de 2011.

A partir da análise histórica dos governos militares egípcios é possível observar a influência da principal potência ocidental, os Estados Unidos, no suporte do governo que não nutria apoio popular – principalmente, durante o governo de Sadat e Mubarak. E, também, é possível perceber que mesmo sem desejar a influência externa, Nasser somente conseguiu continuar na liderança do seu país e do mundo árabe por meio da ajuda externa norte-americana e soviética. Assim, com base na teoria neorrealista é possível constatar que os possíveis legitimadores das políticas dos governos militares egípcios foram as grandes potências. Não se quer, contudo, dirimir o poder das manifestações populares que conseguiram derrubar o governo militar de Mubarak em 2011 e que apontaram para um momento de euforia, no qual o país poderia vivenciar pela primeira vez a democracia. No entanto, os fatos decorrentes da “Primavera Árabe” no Egito não indicam grande mudança na estrutura do sistema internacional.

A eleição de Morsi, da Irmandade Muçulmana, e sua deposição através de um golpe de Estado organizado pelos militares e, patrocinado pelos Estados Unidos aponta para um retrocesso ao período dos governos militares anteriores. Reforça esta constatação, a eleição de Sisi para a presidência. Um militar que restabelece o modelo de atuação para o Egito conforme é esperado pela grande potência, Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

- ABURISH, Said K. **Nasser: The Last Arab**. Nova Iorque: Thomas Dunne Book, 2004.
- ALEXANDER, Anne. **Nasser: His Life and Times**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2005.
- ALI, Wajahat, DUSS, Matthew. **Understanding Sharia Law**. Center for American Progress, 2011. Disponível em: < https://www.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2011/03/pdf/sharia_law.pdf>. Acessado em: 21 de março de 2015.
- ALTERMAN, Jon B. **Sadat and His Legacy: Egypt and the World, 1977-1997**. Washington Institute for Near East Policy, 1998. Disponível em: < <https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/SadatandHisLegacy.pdf>>. Acessado em: 15 de abril de 2015.
- ALY, Abdel Monem Said. **Post-Revolution Egyptian Foreign Policy**. Crown Center for Middle East Studies, nº86, novembro de 2014. Disponível em: < <http://www.brandeis.edu/crown/publications/meb/MEB86.pdf>>. Acessado em: 07 de junho de 2015.
- AMIN, Galal. **Egypt in the Era of Hosni Mubarak: 1981-2010**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2011.
- ANDERSON, Lisa. **Desmistificando a Primavera Árabe- Analisando as Diferenças entre a Tunísia, o Egito e a Líbia**. Política Externa, Vol. 20, nº 1, jun/jul/ago 2011.
- ARAÚJO, Shadia Hussein de. **O “Islã” como Força Política na “Primavera Árabe”**: Uma Perspectiva da Teoria do Discurso. História: Questões & Debates, nº 58, jan/jun 2013. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/33895/21156>>. Acessado em: 20 de janeiro de 2015.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Dimensão Estratégica e Política Externa dos Estados Unidos. In: **Revista Espaço Acadêmico**. No. 90, Nov/2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/090/90bandeira.pdf>>. Acessado em: 15 de abril de 2015.
- BOTELHO, Teresa. **Os Estados Unidos e a Primavera Árabe**. Relações Internacionais, nº 30, junho de 2011, Lisboa. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200007&script=sci_arttext>. Acessado em: 02 de junho de 2015.
- BRADLEY, John. **Inside Egypt: The Road to Revolution in the Land of the Pharaohs**. Estados Unidos: Palgrave Macmillan, 2008.

BROWN, Nathan J. Egypt's Failed Transition. In: **Journal of Democracy**, v. 24, n.4, p. 45-58, Out 2012. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Brown-24-4.pdf>>. Acessado em: 02 de junho de 2015.

BUCKWALTER, David T. **The 1973 Arab-Israeli War**. Amazon Digital Services, Inc 2012, pp. 119-137. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/navy/pmi/1973.pdf>>. Acessado em: 10/08/2014.

BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United State of America**. Washington, 17 de setembro de 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acessado em: 13 de maio de 2015.

CHOMSKY, Noam. **Poder e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005

CITINO, Nathan. **From Arab Nationalism to OPEC: Eisenhower, King Sa'ud, and the making of U.S.-Saudi relations**. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

CLEVELAND, William L; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. Estados Unidos: Westview Press, 4 ed., 2009.

COSTA, Renatho. **MAIS UMA PRIMAVERA HISTÓRICA, OS ÁRABES PLANTAM FLORES NOS DESERTOS**. Conjuntura Austral, v. 1, p. 1-11, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/19393/11652>>. Acessado em: 03 de junho de 2015.

CURADO, Pedro. **A Guerra Fria e a "Cooperação ao Desenvolvimento" com os Países Não Alinhados: um estudo de caso sobre o Egito nasserista (1955-1967)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/TESE_Pedro_doutoradoPEPI.pdf>. Acessado em: 06 de julho de 2015.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora UNB, 2001.

DANIELSON, Robert Eugene. **Nasser and Pan-Arabism: Explaining Egypt's Rise in Power**. California: Naval Postgraduate School, junho de 2007. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dtic.mil%2Fcgi-bin%2FGetTRDoc%3FAD%3DADA470058&ei=GEWDVZK4A8W5-AG7o7iICQ&usq=AFQjCNHJCF496W8SAuwbfhW8NHNx3DBgDQ>>. Acessado: 15 de janeiro de 2015.

DARWISHEH, Housam. **Regime Survival Strategies and the Conduct of Foreign Policy in Egypt**. IDE ME Review, v.2, 2015. Disponível em:

<http://www.ide.go.jp/Japanese/Publish/Periodicals/Me_review/pdf/201503_01.pdf>. Acessado em: 7 de maio de 2015.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

DIAMOND, Larry. Por que não há Democracia Árabes? In: **Journal of Democracy**, v.1, n.2, p. 17-33, Out 2012. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/JD-v2_00-Versao_Completa.pdf>. Acessado em: 18 de julho de 2014.

FARAH, Paulo Daniel. A Primavera Árabe no Machreq, Maghreb e Khalij: Motivações e Perspectivas. In: **Política Externa**. Vol. 20, no 1, jun/jul/ago, 2011, p. 45-55.

FRANCE PRESSER. General Sisi tem 96% dos votos no Egito, diz TV estatal. **G1**, 29 de maio. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/05/general-sisi-tem-96-dos-votos-no-egito-diz-tv-estatal.html>> Acesso: 18 de julho de 2014.

GHALI, Boutrus Boutrus. **The Middle East: The Foreign Policy of Egypt in the Post-Sadat Era**. Foreign Affairs, 1982). Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/1982-03-01/middle-east-foreign-policy-egypt-post-sadat-era>>. Acessado em: 12 de maio de 2015.

GRAÇA, Lúcia Áurea Leitão. **O Futuro do Islão Político no Egito: a Transição pós-Mubarak e a Influência da Ação Externa da União Europeia**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6485/2/O%20Futuro%20do%20isl%C3%A3o%20pol%C3%ADtico%20no%20egipto%20-%20FINAL%20%20refer%C3%A2ncias.pdf>>. Acessado em: 10 de maio de 2015.

GRIMM, Jannis; ROLL, Stephan. **Egyptian Foreign Policy under Mohamed Morsi: Domestic Considerations and Economic Constraints**. SWP Comments, nº 35, novembro de 2012. Disponível em: <http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C35_gmm_rll.pdf>. Acessado em: 07 de junho de 2015.

HEIKAL, Mohamed. **Autumn of Fury: The Assassination of Sadat**. Londres: Andre Deutsch, 1983.

_____. **Sphinx & Commissar: The Rise and Fall of Soviet Influence in the Middle East**. Londres: Times Newspapers Ltd., 1978.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos, o Breve Século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOURANI, Albert. **O Pensamento Árabe na Era Liberal**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva, 2009.

LARÉMONT, Ricardo René. **Revolution, Revolt, and Reform in North Africa: The Arab Spring and Beyond**. Oxfordshire: Routledge, 2014.

MANSFIELD, Peter. **Nasser e a Revolução Egípcia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

MARK, Clyde R. **Egypt-United States Relations**. Congressional Research Service, 2 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www.iwar.org.uk/news-archive/crs/19440.pdf>>. Acessado em: 10 de março de 2015.

MCDERMOTT, Anthony. **Egypt from Nasser to Mubarak: A Flawed Revolution**. Oxfordshire: Routledge, 2013.

MEARSHEIMER, John. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

METZGER, Fábio. **Egito e Turquia no Século XXI: Democracia Liberal ou Governo Misto?** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23102013-101237/pt-br.php>>. Acessado em: 05 de junho de 2015.

MIGUEL, Sérgio. **Nasser**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974.

NAGARAJAN, K. **Egypt's Political Economy and Downfall of the Mubarak Regime**. International Journal of Humanities and Social Science, v.3, n. 10, maio de 2013. Disponível em: <http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_3_No_10_Special_Issue_May_2013/3.pdf>. Acessado em: 25 de maio de 2015.

NASSER, Gamal Abdel. **A Revolução no Mundo Árabe**. São Paulo: Editora Arte Limitada, 1963.

NETO, Luiz Salgado. **A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956)**. Revista Cantareira, ed. 17, jul-dez de 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2014.

Obama Doctrine: Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>

OSMAN, Tarek. **Egypt on the Brink: From the Rise of Nasser to the Fall of Mubarak**. Estados Unidos: Yale University Press Publications, 2010.

ÖZKAN, Mehmet. **Egypt's Foreign Policy under Mohamed Morsi**. Ortadoğu Analiz, março 2013. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1230&context=mehmetozkan>>. Acessado em: 07 de junho de 2015.

PECEQUILO, Cristiana Soreanu. **A Política Externa Estadunidense: Continuidade ou Mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PIRES, Guilherme Di Lorenzo. **A Inserção da Irmandade Muçulmana na Sociedade Internacional do Oriente Médio: Um Estudo dos Aspectos Nacionais e Transnacionais**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RellInternac_PiresGD_1.pdf>. Acessado em: 13 de abril de 2015.

PRETO, Affonso Celso de Ouro. **Movimentos contra o Autoritarismo**. Política Externa, Vol. 20, nº 1, jun/jul/ago 2011.

ROCHE, Alexandre. A Primavera do Mundo Árabe-Sunita: O Islã Árabe-Sunita entre o Wahhabismo Conservador e o Espírito Crítico, entre a Política do Petróleo e a Independência Econômica. In: **Revista Conjuntura Austral**, Rio Grande do Sul, v. 2, nº.7, Ago/Set 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/22774/13192>>. Acessado em: 07 de julho de 2015.

SALEM, Mostafa F. **The Way Ahead? Na Analysis of Camp David Accords and the Egypt-Israeli Peace**. Inglaterra: University of Glasgow, 1991. Disponível em: <<http://theses.gla.ac.uk/1826/1/1991salemphd.pdf>>. Acessado em: 02 de março de 2015.

SAYED, Ahmed. **Sadat and His Legacy: Egypt and the World, 1977-1997**. Washington Institute for Near East Policy, 1998. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/SadatandHisLegacy.pdf>>. Acessado em: 15 de abril de 2015.

SHARP, Jeremy M. **Egypt: Background and U.S. Relations**. Congressional Research Service, 10 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/221319.pdf>>. Acessado em: 22 de maio de 2015.

SILVEIRA, Isadora Loreto. Continuidade e transformação no Egito no pós-Primavera Árabe: Uma nova trajetória. In: **Revista Conjuntura Austral**, Rio Grande do Sul, v. 5, n.21-22, p.4-25, 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/download/45269/28595>>. Acessado em: 18 de julho de 2014.

TAUBER, Lilian. **American Value vs. Foreign Policy Interests in Egypt**. Sweet Briar College, 2013. Disponível em: <<http://www.sbc.edu/sites/default/files/Honors/L.Tauber.pdf>>. Acessado em: 15 de abril de 2015.

VEIGUINHA, Joaquim. Mundo Árabe em Revolta. **As Rebeliões Árabes**. Revista de Reflexão e Crítica, Lisboa, nº 71/72, 2011. Disponível em: http://www.fundacaopublica.pt/wp-content/uploads/finisterra/71-72-as_rebelioes_arabes.pdf>. Acessado em: 06 de julho de 2015.

VINHA, Luís. O Inevitável Declínio do Poder Americano ou Vinho Velho em Garrafa Nova? **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 34, p. 107-135. Disponível em: www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI34_Artg07_LdV.pdf>. Acessado em: 07 de julho de 2015.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WATANABE, Lisa. **Egypt One Year After Morsi's Ouster**. Center for Security Studies Analyses in Security Policy, nº 158, julho de 2014. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/CSSAnalyse158-EN.pdf>>. Acessado em: 02 de junho de 2015.